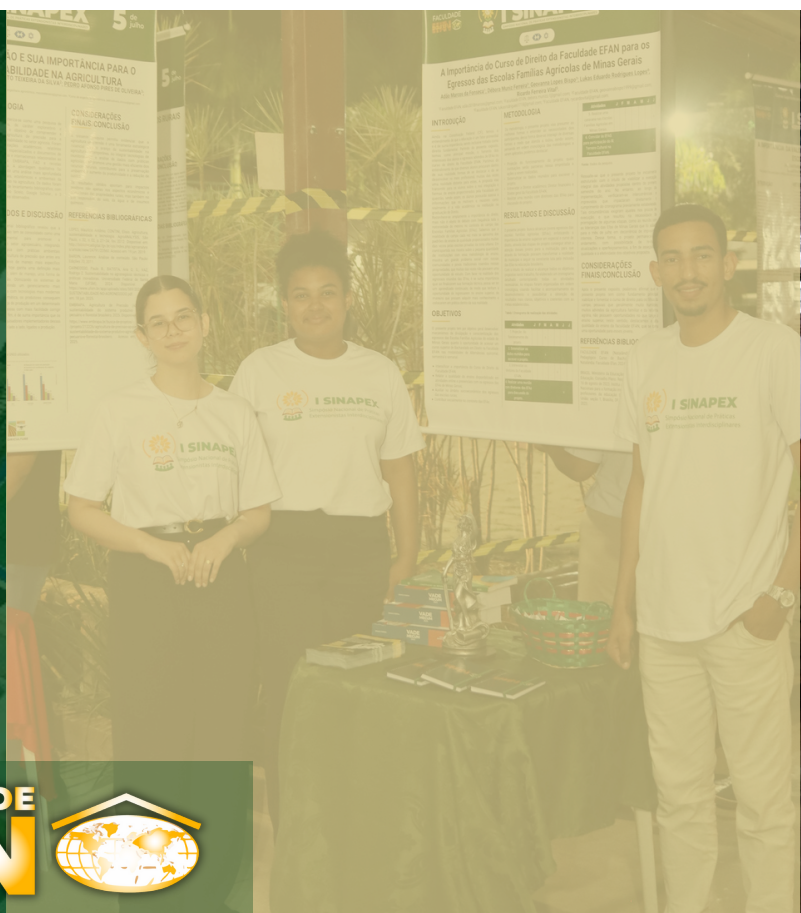




# PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA





***CORPO GESTOR***

Alex Pires Andrade

**Diretor Geral**

Adriano Gonçalves Rocha

**Diretor Administrativo – Financeiro**

Deleon Geraldo Pereira de Carvalho

**Coordenador do Curso**

***Comissão de Elaboração e Atualização do Projeto Pedagógico do Curso***

***NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE***

Rízia da Silva Andrade

Deleon Geraldo Pereira Carvalho

Weiber da Costa Gonçalves

Warley Henrique da Silva

Lilian Rodrigues Maia





## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>3</b>
<b>1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>10</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA.....	10
1.2 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA.....	10
1.3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.....	10
1.4 ENDEREÇO DO CAMPUS PRINCIPAL .....	10
1.5 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA.....	10
<b>2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>11</b>
2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL .....	12
2.2 VISÃO INSTITUCIONAL.....	12
2.3 VALORES.....	12
2.4 OBJETIVOS.....	13
<b>3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA</b> .....	<b>15</b>
3.1 DENOMINAÇÃO .....	15
3.2 MODALIDADE DE ENSINO .....	15
3.3 MODALIDADE DE OFERTA .....	15
3.4 VAGAS ANUAIS.....	15
3.5 INTEGRALIZAÇÃO .....	15
3.6 CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO .....	15
3.7 REGIME DE MATRÍCULA .....	15
3.8 REGIME DO CURSO .....	15
3.9 TURNO DE OFERTA .....	16
3.10 BASE LEGAL .....	16
<b>4 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b> .....	<b>18</b>
4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DE INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA DA FACULDADE EFAN .....	18
4.1.1 Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: a região de inserção do curso. ....	19
4.1.2 Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: contexto local e o cumprimento do pne-plano nacional de educação .....	21
4.1.3 Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: contexto profissional. ....	22
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO .....	24
4.2.1 Políticas institucionais de ensino e o curso de agronomia da faculdade efan:.....	25
4.2.2 Políticas institucionais de extensão para o curso:.....	26
4.2.3 Políticas institucionais de pesquisa (iniciação científica) para o curso:.....	26
4.2.4 Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.....	27
4.3 OBJETIVOS DO CURSO.....	29





4.3.1	Objetivo geral .....	30
4.3.2	Objetivos específicos .....	30
4.3.3	Objetivos do curso: relações com o contexto educacional.....	32
4.3.4	Objetivos do curso: relação com o perfil profissional do egresso.....	33
4.3.5	Objetivos do curso: Características locais e regionais .....	34
4.3.6	Objetivos do curso: consideração às práticas emergentes na área do curso .....	34
4.4	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO .....	36
4.4.1	Considerando às dcn 's- diretrizes curriculares para o curso de graduação em agronomia	36
4.4.2	Perfil profissional: necessidades locais e regionais .....	37
4.4.3	Perfil profissional: flexibilidade em função de novas demandas do mundo do trabalho	37
4.4.4	Perfil profissional: competências e habilidades .....	38
4.5	ÁREAS DE ATUAÇÃO .....	40
4.6	FORMAS DE ACESSO .....	40
4.7	ESTRUTURA CURRICULAR.....	41
4.7.1	Estrutura curricular: apresentação .....	42
4.7.2	Estrutura curricular: flexibilização curricular .....	54
4.7.3	Estrutura curricular: interdisciplinaridade a articulação entre os componentes curriculares no processo de formação.....	58
4.7.4	Estrutura curricular: os núcleos de fundamentação do curso de agronomia .....	60
4.7.5	Estrutura curricular – práticas de extensão .....	61
4.7.6	Estrutura curricular – acessibilidade metodológica.....	62
4.7.7	Estrutura curricular – compatibilidade da carga horária.....	63
4.7.8	Estrutura curricular – elementos inovadores .....	63
4.7.9	Estrutura curricular do curso de agronomia da EFAN.....	65
4.8	CONTEÚDOS CURRICULARES .....	72
4.8.1	Conteúdos curriculares: desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando a atualização da área do curso .....	73
4.8.2	Conteúdos curriculares: adequação das cargas horárias e das bibliografias.....	74
4.8.3	Conteúdos curriculares: a acessibilidade metodológica.....	74
4.8.4	Conteúdos curriculares: os direitos humanos, relações étnico-raciais e a educação ambiental	75
4.8.5	Conteúdos curriculares: conhecimentos inovadores .....	76
4.8.6	Conteúdos curriculares: as ementas e bibliografias do curso.....	77
4.9	METODOLOGIAS.....	146
4.9.1	A metodologia: as relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores	146
4.10	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	150





4.10.1	<b>Estágio curricular supervisionado: gestão da integração entre o ensino e o mundo do trabalho e as atualizações das práticas de estágio.....</b>	<b>152</b>
4.11	<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL).....</b>	<b>152</b>
4.11.1	<b>Aderência das atividades de complementação profissional (atividades complementares) à formação geral e específica .....</b>	<b>154</b>
4.11.2	<b>Mecanismos inovadores na regulação, gestão e aproveitamento das atividades de complementação profissional (atividades complementares) .....</b>	<b>155</b>
4.12	<b>ATIVIDADES DE EXTENSÃO .....</b>	<b>156</b>
4.13	<b>O TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....</b>	<b>156</b>
4.13.1	<b>Diretrizes preliminares .....</b>	<b>157</b>
4.13.2	<b>O repositório para os trabalhos de conclusão de curso – tcc .....</b>	<b>157</b>
4.14	<b>APOIO AO DISCENTE.....</b>	<b>158</b>
4.14.1	<b>O centro de apoio ao estudante – cae.....</b>	<b>159</b>
4.15	<b>GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....</b>	<b>170</b>
4.15.1	<b>Autoavaliação do curso de bacharelado em agronomia.....</b>	<b>172</b>
4.16	<b>TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....</b>	<b>173</b>
4.17	<b>PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....</b>	<b>174</b>
4.17.1	<b>A avaliação e a autonomia do aluno .....</b>	<b>175</b>
4.17.2	<b>A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o planejamento de ações concretas para a melhoria da aprendizagem.....</b>	<b>176</b>
4.18	<b>NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS .....</b>	<b>176</b>
4.18.1	<b>Os estudos quantitativos e qualitativos para adequação das vagas em relação ao corpo docente</b>	<b>177</b>
4.18.2	<b>Os estudos quantitativos e qualitativos para adequação das vagas à infraestrutura física e tecnológica.....</b>	<b>178</b>
<b>5</b>	<b>DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIA .....</b>	<b>180</b>
5.1	<b>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE .....</b>	<b>180</b>
5.1.1	<b>Componentes do nde – núcleo docente estruturante.....</b>	<b>180</b>
5.1.2	<b>NDE: os estudos e a atualização periódica do ppc.....</b>	<b>181</b>
5.1.3	<b>NDE: os procedimentos para permanência dos membros do nde até o ato regulatório seguinte .....</b>	<b>182</b>
5.2	<b>REGIME DE TRABALHO E ATUAÇÃO DO (A) COORDENADOR (A) DE CURSO.....</b>	<b>182</b>
5.2.1	<b>Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)</b>	<b>185</b>
5.3	<b>CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO .....</b>	<b>185</b>
5.4	<b>REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO .....</b>	<b>188</b>
5.5	<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE.....</b>	<b>189</b>





5.5.1	<b>Plano de carreira docente</b> .....	<b>189</b>
5.5.2	<b>Qualificação do corpo docente</b> .....	<b>190</b>
5.6	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR .....	190
5.7	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO OU EQUIVALENTE .....	190
5.8	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA .....	192
<b>6</b>	<b>DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA</b> .....	<b>194</b>
6.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL .....	194
6.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR .....	194
6.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES .....	194
6.4	SALAS DE AULA .....	195
6.5	ACESSO DOS ALUNOS À EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA .....	196
6.6	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR .....	196
6.7	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR .....	196
6.7.1	<b>Biblioteca: políticas do acervo</b> .....	<b>197</b>
6.7.2	<b>Política de aquisição da ies</b> .....	<b>200</b>
6.8	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA .....	201
6.9	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA .....	201
6.10	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	202
6.10.1	<b>Infraestrutura e serviços oferecidos</b> .....	<b>202</b>
6.10.2	<b>Os meios de comunicação e informação</b> .....	<b>204</b>
6.10.3	<b>Atendimento prioritário</b> .....	<b>205</b>
6.10.4	<b>Tratamento especial</b> .....	<b>205</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b> .....	<b>207</b>
7.1	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL .....	207
7.2	REGULAMENTO DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES .....	215
7.3	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA EFAN .....	225
7.4	REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....	231
7.5	MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA .....	238
7.6	REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC .....	245





## APRESENTAÇÃO

A elaboração deste PPC tem como norte as expectativas que contemplam toda a concepção institucional da Faculdade EFAN delineada em seu Projeto Pedagógico Institucional que explicita sua missão: ***“Promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de cidadãos capacitados para o meio sócio profissional, comprometidos com o desenvolvimento baseados nos princípios da sustentabilidade, enfatizando a agroecologia, valores éticos que, com competência técnica, contribua para o fortalecimento dos territórios brasileiros, com responsabilidade social e ambiental.”***

O curso de Bacharelado em Agronomia, da Faculdade EFAN tem como meta o atendimento às necessidades de toda a sociedade quanto ao acesso e atendimento a um ensino superior de qualidade e à busca de se atingir as metas de desenvolvimento social estabelecidas no âmbito brasileiro. Nesse viés, não se trata apenas de ofertar mais um curso para aumentar o número de cidadãos diplomados, mas buscar também a melhoria na formação técnica universitária dos profissionais e oportunizar a profissionalização em nível superior para camadas da população que não têm oportunidade de cursar a modalidade presencial, seja por ausência de IES, seja por já se encontrarem no mercado de trabalho e com horários restritos para estudo.

Logo, há inerente a isso uma expectativa de formar engenheiros agrônomos que façam a diferença na sociedade atual, ou seja, trata-se de assumir a importância do curso em razão de sua perspectiva histórico-cultural, tendo então como eixo articulador a formação crítica de sujeitos participantes desse processo de formação, de ter como norte a indispensável interdisciplinaridade e a busca da construção de um currículo integrador no seu percurso formativo.

Nesse contexto, as disciplinas que constituem o currículo, foram moldadas para uma sociedade cujo princípio da qualidade torna-se prioridade a partir da relação teoria-prática. Essa articulação será mediada de acordo com os recursos tecnológicos disponíveis aos alunos e professores, com uma visão inovadora de ensino, procurando possibilitar a construção do conhecimento pelo alunado com base em novos modelos e metodologias de se ensinar e aprender, independente do espaço e tempo ocupado e em diversos contextos sociais.

É dentro desta ideia que o curso de Agronomia, da Faculdade EFAN, constitui-se de uma base comum formada pelos conhecimentos das ciências agrárias aplicadas aliadas a





tecnologia que se inter-relacionam com a uma ampliação dos fundamentos do empreendedorismo no ambiente acadêmico e na sociedade e o objetivo de trabalhar os problemas socioeconômicos da realidade agrícola e agrária do Brasil, em vista da qualificação do engenheiro agrônomo, tendo em vista as especificidades regionais relativas aos aspectos qualitativos da produção agrícola e à preservação dos recursos naturais.

Para constituir um modelo de ensino centrado na relação entre os alunos e os conhecimentos a serem adquiridos no curso, a Faculdade EFAN tem como recurso didático-educacional o uso de materiais como apostilas/livros, plataformas virtuais, internet, vídeos e principalmente um excelente sistema de acompanhamento através de professores e coordenadores. É válido ressaltar também que este curso aperfeiçoa sempre seus resultados pelas experiências existentes e atendem a ampla procura de profissionais da área.

Os profissionais da área das ciências agrárias, em seus valores qualitativos, serão orientados a sempre desenvolver a capacidade de intervenção científica e técnica em seu ambiente de trabalho, assegurando a reflexão crítica permanente sobre sua prática e realidade organizacional historicamente contextualizada. Então, o que se espera deste profissional de agronomia é sua capacidade de (re)construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e profissional diante das políticas que direcionam as práticas sócio-organizacionais na sociedade.

Nos dias atuais de crise e busca da superação é importante inovar, empreender, repensar, fazer rupturas, criar uma nova formulação dos vínculos para orientar o trabalho teórico/prático e as decisões políticas institucionais.

Ressalta-se que o Curso de Bacharelado em Agronomia tem seu PPC construído coletivamente por meio do seu Núcleo Docente Estruturante – NDE que estabeleceu que o processo de ensino-aprendizagem deve ser centrado no discente como sujeito da aprendizagem e apoiado no docente como facilitador e mediador desse processo.

Buscou-se então conceber um PPC dinâmico que pode e deve ser revisto e alterado sistematicamente sempre que for necessário em função das normas legais de ensino, da proposta pedagógica da instituição, das necessidades do mercado de trabalho e de outros aspectos que se refiram à melhoria contínua de sua qualidade.

Trata-se de uma perspectiva que constitui o curso como um espaço permanente de inovação, onde a aprendizagem, o ensino, a atualização do projeto pedagógico, o perfil do profissional, as competências e habilidades, os conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais), as disciplinas (unidades curriculares, temas e conteúdos), as matrizes curriculares,





as metodologias de ensino, as atividades de aprendizagem, o processo de avaliação e a extensão encontrem espaços para discussões e, conseqüentemente, revisão de paradigmas, mudança de modelos e de hábitos e culturas.

Objetiva-se com este PPC que fique evidenciado o desejo da Faculdade EFAN em proporcionar aos alunos uma formação teórico-prática, técnica, cidadã e solidária com as necessidades do meio em que o curso será ofertado, de preparar profissionais pensantes, críticos, competentes, éticos, empreendedores, reflexivos e criativos realizando a sua essência, por meio do ensino, extensão e pesquisa, por interferência regional e nacional, por meio de um currículo flexível que permite eleger, reformular e ampliar a formação do profissional egresso aqui delineado.

**Diretor Geral EFAN**





## 1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Mantenedor: *Associação Escola Família Agrícola de Natalândia*

CNPJ: 07.395.381/0001-02

Situada à P.A Saco do Rio Preto Lote 10, Bairro: Zona Rural, 10

### 1.2 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

Professor Astolfo Moreira da Silva

### 1.3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA

Faculdade EFAN

### 1.4 ENDEREÇO DO CAMPUS PRINCIPAL

Situada à P.A Saco do Rio Preto Lote 10, Bairro: Zona Rural, 10

### 1.5 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA

Professor Astolfo Moreira da Silva



## 2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A origem da Faculdade EFAN se entrelaça com a história da luta pela terra e pela educação. Situada em um projeto de assentamento PA Saco do Rio Preto-Natalândia MG, será a primeira Faculdade da região noroeste localizada dentro de um Assentamento de reforma Agrária. Criada em 10 de junho de 2022 com o nome de Faculdade EFAN, a IES protocolou, junto ao MEC, pedido de credenciamento institucional na modalidade presencial, além da autorização dos cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Agronomia e Bacharelado em Direito, na mesma modalidade.

Sua fundação decorreu da demanda de famílias de estudantes que cursavam o curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio na escola Família Agrícola de Natalândia, pela pedagogia da alternância, que surgiu em meados de 2013. Posteriormente, aliou-se demandas mais longínquas de outros municípios da região noroeste, do norte de Minas, Goiás e Distrito Federal. Sua constituição buscou atender as demandas acadêmicas, sustentada pelo ensejo de oferta de uma educação capaz de suprir as expectativas educacionais face a educação de nível superior, ao mesmo tempo que seja inclusiva e democrática.

Assim, em sua gênese, a IES tem como anseio principal a intervenção positiva na educação brasileira em todos os seus níveis e a certeza de que somente a partir dela será possível construir um mundo justo e igualitário. Ressalte-se que a reunião dos educadores que estão à frente da gestão da IES, junto com os professores que estão auxiliando no processo educacional, tem uma sólida perspectiva acerca de sua realidade e de suas metas educacionais, constituindo a partir do seu PDI e dos PPCs dos cursos a serem autorizados, um marco diferencial na gestão de IES.

Assim, a partir de reuniões com educadores e gestores, criou-se o órgão colegiado maior da IES, o CONSUP - Conselho Superior, presidido pelo Diretor Geral, Prof. Alex Pires Andrade, que passo a passo foi delineando o projeto de constituição da EFAN até eclodir neste documento que agora é finalizado e disponibilizado não apenas ao Ministério da Educação - MEC, mas a toda a comunidade que direta ou indiretamente contribuirá permanentemente para a realização do sonho da mantenedora em auxiliar permanentemente na constituição de uma sociedade mais justa e que lhe tem como razão da sua própria existência como a democratização da educação.

A história da Faculdade EFAN, assim como da Escola Família Agrícola de Natalândia, está intimamente ligada a história de seu diretor, que atua como Coordenador Pedagógico e Administrativo da Escola Família Agrícola de Natalândia desde fevereiro de 2013. É também





Professor na mesma instituição, lecionando disciplinas como Legislação e Gestão Ambiental, Administração e Economia Rural, e Autogestão na Agricultura Familiar desde fevereiro de 2014.

Desse modo, a história da EFAN estará, doravante, ligada à história de sua mantenedora maior, bem como de todos os outros sujeitos/atores que direta ou indiretamente participaram da constituição do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, visando, a priori, mudar positivamente o futuro de milhares de cidadãos, comprovando que só é possível alcançar o bem comum e o pleno desenvolvimento a partir da Educação da defesa do direito de todos a mesma.

## 2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

A FACULDADE EFAN tem por Missão: ***“Promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de cidadãos capacitados para o meio sócio profissional, comprometidos com o desenvolvimento baseados nos princípios da sustentabilidade, enfatizando a agroecologia, valores éticos que, com competência técnica, contribua para o fortalecimento dos territórios brasileiros, com responsabilidade social e ambiental.”***

## 2.2 VISÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade EFAN será reconhecida, a nível nacional e internacionalmente, pela qualidade e excelência dos seus cursos e de sua produção científica e pelo impacto no desenvolvimento dos territórios da região e do país. Formando profissionais com competência técnica e de responsabilidade social, com condições de pensar, agir e transformar realidades, na busca por um desenvolvimento sustentável, e melhoria da qualidade de vida.

## 2.3 VALORES

- Trabalho com ética, Integridade e Transparência;
- Fortalecimento da pedagogia da alternância
- Equidade;
- Busca de excelência Institucional;





- Integração entre ambiente de vida e trabalho e o ambiente acadêmico
- Responsabilidade com a sociedade e responsabilidade ambiental, busca por desenvolvimento territorial, respeito e seriedade com a formação do estudante.

## 2.4 OBJETIVOS

- Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus respectivos setores;
- Aplicar de forma contextualizada os conteúdos, levando em consideração os instrumentos da pedagogia da alternância.
- Promover a articulação entre o conhecimento o conhecimento socioprofissional com o com a contextualização na formação do conteúdo no ambiente acadêmico.
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Ampliar e diversificar as atividades de ensino na EFAN, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão;





- Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão contínua na EFAN.





### **3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

#### **3.1 DENOMINAÇÃO**

Curso de Graduação em Agronomia

#### **3.2 MODALIDADE DE ENSINO**

Bacharelado

#### **3.3 MODALIDADE DE OFERTA**

Presencial

#### **3.4 VAGAS ANUAIS**

150 vagas (cento e cinquenta)

#### **3.5 INTEGRALIZAÇÃO**

Mínimo de 10 (dez) semestres e máximo de 16 (dezesesseis) semestres.

#### **3.6 CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO**

4.530 horas – 5 anos

#### **3.7 REGIME DE MATRÍCULA**

Semestral

#### **3.8 REGIME DO CURSO**

Seriado Semestral



### 3.9 TURNO DE OFERTA

Matutino, Vespertino e Noturno

### 3.10 BASE LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso foi concebido com base na Lei nº 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Dec. 5.773/2006; na Resolução CNE/CES nº. 02/2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que trata da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras e dos estágios à Lei 11.788/2008. A infraestrutura institucional apresenta plenas condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº. 5.296/2004. Atende as diretrizes das resoluções e legislações:

> Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, que considera como tempo presencial

> PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019, que Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

> Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências, fundamentada no Parecer CNE/CES nº 306/2004;

> Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena);

> As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);

> Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;





> As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018;



## 4 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### 4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DE INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA DA FACULDADE EFAN

Inicialmente, há que se destacar que a solicitação específica de autorização do Curso de Agronomia advém da forte convicção dos gestores da EFAN de que ele se faz permanentemente necessário para o desenvolvimento não apenas social e econômico da região de inserção da IES, mas, por tratar-se de um profissional que se destaca no contexto social e agrário, trata-se de um curso que constituirá um egresso que trará à IES e à sociedade em que se insere a perspectiva de ser um dos agentes capazes de auxiliar a dirimir as mazelas do seu contexto, além, é claro de se fazer premente entre as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE de estabelecer uma política de expansão do ensino superior que diminua as desigualdades de ofertas educacionais existentes entre as diferentes regiões do país.

Nesse contexto, há que se destacar as diferenças marcantes no número de engenheiros agrônomos formados na região interiorana do Sudeste, em relação ao restante das regiões do Brasil, distorção esta que demonstraremos nas próximas seções.

Da mesma forma, é inegável a amplitude de espaço de trabalho para o graduado em Agronomia, haja vista a área de atuação desse profissional se estender para vários ramos dentre eles destacamos: Indústria alimentícia, Manejo e otimização do solo (uma das áreas em alta), Zootecnia, Tecnologia e Agricultura (uma das áreas de trabalho da Agronomia mais bem-pagas).

Assim, a região metropolitana de Natalândia-MG em que se situa a EFAN, formada por vários municípios que serão descritos a seguir, possui as características necessárias para a oferta do curso, bem como é incontestável a relevância do curso de Agronomia para o próprio Estado de Minas Gerais que teve um grande crescimento econômico nos últimos anos, mas se manteve com índices alarmantes de desigualdade social e baixo acesso à justiça para as camadas menos favorecidas da população.

Assim, a busca pela autorização do curso ultrapassa os limites da demanda por profissionais da área do curso e adentra na busca de proteção de direito e garantias individuais e sociais fundamentais da população da Região Sudeste, região está conhecida nacionalmente pelos altos índices de exclusão social e de falta de acesso aos direitos básicos e de constituição da cidadania plena.





Dessa forma, este Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia pressupõe o conhecimento da realidade local e regional, enquanto construção social, política, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil da EFAN, voltada à prestação de serviços educacionais da ordem privada, porém com norte no interesse coletivo.

Pelas características do Estado de Minas Gerais, o curso buscará atender a uma vocação de servir à comunidade, ao promover a extensão e proporcionar o permanente e efetivo envolvimento de professores e acadêmicos, através de programas e atividades desenvolvidas no curso.

Assim, o Curso de Agronomia da EFAN transita pelas instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando as linhas básicas de ação da IES e orientando-se por valores que resguardam a primazia da dignidade da pessoa humana sobre as coisas e interesses materiais; reconhecendo o acesso à justiça pela população como meta permanente.

#### 4.1.1 Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: a região de inserção do curso.

CIDADE	POPULAÇÃO
Arinos	17888
Bonfinópolis de Minas	5867
Buritiz	25179
Cabeceira Grande	774
Dom Bosco	3818
Formoso	11945
Natalândia	3306
Unaí	83808
Uruana de Minas	3256
<b>TOTAL</b>	<b>155.841</b>

Fonte: Formulação Própria

A EFAN está localizada em Natalândia, município do Estado de Minas Gerais, a microrregião de Unaí que chegou no ano de 2021 a atingir aproximadamente 155 mil habitantes, Natalândia tem uma população de 3.306 como mostra o quadro acima.

Considerado um centro local de baixa influência nos municípios vizinhos, o município de Natalândia é do entorno da região de Unaí, Minas Gerais. Dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes pela cultura e lazer.

Natalândia é o 10º município mais populoso da pequena região de Unaí, com 3,3 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 51,7 milhões de, sendo que 41,1% do valor



adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da administração pública (40,1%), da agropecuária (40,1%) e da indústria (4,1%).



Fonte: wikipédia

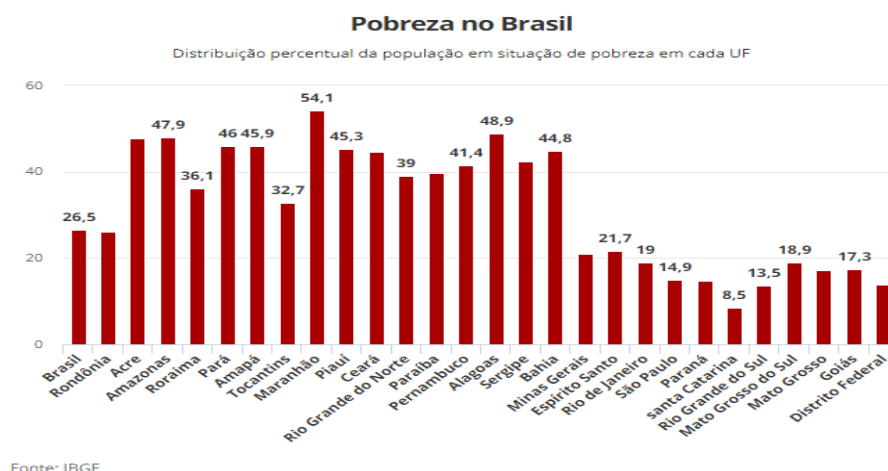
Natalândia abriga em seu território considerável potencial espeleológico ainda pouco explorado, localizado nas ocorrências de rocha calcária. A publicação "As Grutas em Minas Gerais - 1939, IBGE", descreve algumas cavernas na região do Riacho dos Cavalos. Desde 2013, um grupo efetua o levantamento do patrimônio espeleológico do município, somando a identificação de 18 cavernas. Mas os levantamentos ainda se encontram em estado inicial e o volume de cavernas deve ser consideravelmente ampliado.

Outrossim, a Pandemia do COVID-19 que se iniciou em 2020 trouxe mazelas na área no aspecto socioeconômico na região que levará décadas para encontrar um equilíbrio e voltar aos índices de crescimento que se estabeleciam no período pré-pandemia.

Em nível de inserção estadual, há que se ressaltar que o Estado de Minas Gerais tem a expectativa de possuir uma população no ano de 2023 de 21 411 923 milhões de habitantes que residem em um estado da federação que possui uma riqueza ímpar, Minas Gerais é o quarto estado com a maior área territorial e o segundo em quantidade de habitantes, localizada na Região Sudeste do país.

Apesar dessa riqueza, conforme já destacamos, Minas Gerais Conforme dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), com base do CadÚnico do governo federal, quase três milhões de mineiros estão na extrema pobreza – o número corresponde a 13,9% da população. Em 2020, quando a pandemia começou, eram 2,7 milhões de pessoas que viviam com uma renda familiar per capita mensal de até R\$ 89 – quase 14% dos mais de 21 milhões de habitantes do estado. O crescimento foi de quase 10% em pouco mais de um ano.





Cerca de 1,5% da população vive sem nenhum tipo de renda em Minas Gerais, quando a média nacional é de 2,4%. Além disso, 24,3% vivem com renda de um quarto a meio salário e outros 27,4 % vivem com renda entre meio a um salário-mínimo no estado.

Vale lembrar que todos esses dados são de 2019, ou seja, a crise pandêmica agravou ainda mais a situação, sendo que ainda não há dados para se estabelecer um parâmetro das mazelas sociais do momento e, tampouco, como será a situação e os resultados por décadas.

Quanto mais se adentra no interior do Estado de Minas Gerais, maior são as mazelas e as desigualdades sociais.

Desse modo, em seu contexto regional mais imediato, a EFAN tem como norte preponderante o auxílio na alteração de paradigma estadual a partir da educação superior, haja vista não ser apenas o número de pessoas com ensino superior que são beneficiados por uma Faculdade, mas toda a população dada a relação entre a IES e sociedade por meio de atividades extensionistas e a inserção de novos profissionais no mercado de trabalho.

#### 4.1.2 Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: contexto local e o cumprimento do pne-plano nacional de educação

Conforme já destacamos no início deste capítulo, é inegável que a iniciativa de ofertar um Curso de Bacharelado em Agronomia na região da EFAN, advém, a priori, da perspectiva de diminuir as diferenças marcantes entre os números de formados dos municípios brasileiros, em especial na cidade de Natalândia que não possui um investimento necessário em termos de acesso ao Ensino Superior e ausência de políticas públicas de inclusão universitária. Trata-se, portanto, das prerrogativas da democratização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.





A ampliação da oferta de cursos de graduação é importante porque possibilita uma maior visão política e cidadã, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, conseqüentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área da iniciativa pública, os investimentos na criação de cursos de Bacharelado em Agronomia em Universidades Públicas nos últimos anos não comportaram tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de ampliação da oferta do ensino superior que cresceu muito na última década, estamos ainda bem longe da meta de 40% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 21%).

Assim, pode-se afirmar que o curso de Agronomia da EFAN tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma centrado na concentração de profissionais especializados da área relegados apenas em determinadas regiões do país, mas viabilizar a oportunidade de acesso ao campo de trabalho, como um direito à cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de Agronomia entre as diferentes regiões do país.

#### **4.1.3 Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: contexto profissional.**

De acordo com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), atualmente, estima-se que o Brasil conte com cerca de 150 mil engenheiros agrônomos focados em atender as necessidades dos produtores.

Agronomia é um campo da Gestão Ambiental abarcado pelas ciências agrárias, sendo uma área multidisciplinar que inclui subáreas aplicadas das ciências naturais, exatas, sociais e econômicas que trabalham em conjunto visando aumentar a compreensão da agropecuária e aperfeiçoar as práticas agrícolas e zootécnicas, por meio de técnicas e tecnologias em favor de uma otimização da produção dos pontos de vista econômico, técnico, social e ambiental, minimizar o gasto de energia em conformidade com as condições ambientais mutáveis.



O surgimento da agronomia foi mediante a necessidade de sobrevivência humana na terra e era caracterizada pelo cultivo primitivo de extração, mas que atendeu a demanda por certo tempo, o que permitiu a permanência dos indivíduos em um local, passou por inúmeras mudanças e foi base da economia de muitas sociedades. Atualmente essa atividade se tornou algo muito mais abrangente e de extrema importância para a economia mundial.

### VAGAS DE AGRONOMIA EXISTENTES NA MICRORREGIÃO DE UNAÍ

MUNICÍPIO	QUANT. DE IES COM OFERTA DO CURSO	QNT DE VAGAS PÚBLICAS	QNT DE VAGAS PRIVADAS	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS
Arinos	1	40	0	40
Bonfinópolis de Minas	0	0	0	0
Buritiz	0	0	0	0
Cabeceira Grande	0	0	0	0
Dom Bosco	0	0	0	0
Formoso	0	0	0	0
Natalândia	0	0	0	0
Unaí	2	50	100	150
Uruana de Minas	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>90</b>	<b>100</b>	<b>190</b>

O IBGE projeta que a população brasileira no mesmo ano chegou aproximadamente 212 milhões de habitantes (segundo o instituto, um novo brasileiro nasce a cada 20 segundos). Como mostra o quadro acima a microrregião do Unaí tem apenas duas cidades com oferta para o curso de Agronomia, que são Unaí e Arinos, juntas as duas cidades ofertam apenas 190 vagas, sendo 90 vagas públicas e 100 vagas privadas para toda a população da região. Com um total de aproximadamente 155 mil habitantes na região de Unaí, fica em média 1 vaga para cada 815 habitantes para o curso de Agronomia.

Sendo assim, com a devida tomada de consciência e com o apoio irretirável das Instituições de Ensino Superior de forma que insiram profissionais qualificados no mercado de trabalho, que o curso de Agronomia da Faculdade EFAN objetiva formar, profissionais que também sejam amplamente capacitados e que transformem a sua própria realidade e de seus próximos.

Por fim, vale ressaltar também a consciência plena da IES acerca do perfil do seu ingressante no Curso de Agronomia: sediado em uma região de claras desigualdades sociais, o curso não se constitui apenas como um instrumento para formar Agrônomos, mas como um





meio pelo qual se é possível diminuir a distância entre os cidadãos e a justiça e interferir positivamente na sociedade e no ambiente em que se constitui o próprio curso, efetivando assim o Estado Democrático e o acesso à educação superior e a todas as profissões e cargos, a que todos os cidadãos almejam e têm igual direito.

## 4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se instituiu a gênese deste gênero de documento institucional, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana e profissional em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Faculdade EFAN, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real definindo ações, estabelecendo o que alcança, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação do Curso e NDE do Curso), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim, este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO que sustenta o cumprimento da missão institucional e social da Faculdade EFAN.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde *"todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer"*. Assim, o futuro engenheiro agrônomo formado na EFAN além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz. Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no





ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de um processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC do Curso deverá prever situações didáticas em que seus futuros profissionais egressos coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

#### **4.2.1 Políticas institucionais de ensino e o curso de agronomia da faculdade efan:**

A interação, a comunicação, o empreendedorismo, a relação indissociável teoria-prática e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação do ensino na Área de Agronomia, buscando o desenvolvimento de situações de aproximação com os contextos econômicos, organizacionais que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade, pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere também ao uso de recursos tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, bem como o desenvolvimento de visitas às empresas e instituições privadas que possuem engenheiros agrônomos em seus quadros, nas comunidades em que os alunos se inserem etc., além do desenvolvimento de atividades que associem ao ensino as Atividades de Complementação Profissional, as pesquisas e investigações por meio de projetos de pesquisa, jornadas acadêmicas e outras atividades associadas direta e indiretamente ao ensino.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação deverá, além da melhoria dos processos agrários, reverter-se também na consolidação dos projetos agroindustriais e do agronegócio junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a sociedade brasileira, em especial as regionalizações estabelecidas, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

Conforme preconiza o PPI da IES, o curso de Agronomia estabelecerá o ensino por meio de Unidades Curriculares, denominadas neste PPC como “disciplinas”, cada qual lidando com uma temática ou área, sem esquecer as outras já estudadas ou que virão ainda a ser abordadas na continuidade do curso.



Nesse viés, as perspectivas da flexibilidade e da interdisciplinaridade são aspectos de suma importância para a gestão do curso e se constituirão por meio de Atividades de Complementação Profissional, Práticas Interdisciplinares e o diálogo constante entre as disciplinas.

#### **4.2.2 Políticas institucionais de extensão para o curso:**

Estabelecida no âmbito do PPI da IES, as atividades de extensão em Agronomia devem se constituir de uma maneira a atender as expectativas do curso para ações extensionistas ligadas às necessidades da economia local e das questões sociais das comunidades da região da IES. Além disso, os cursos de extensão que serão privilegiados são aqueles que devem auxiliar na capacitação dos futuros engenheiros agrônomos.

Como não é de bom tom engessar tais atividades, o Projeto Pedagógico aponta para o momento em que devem ser efetivadas as atividades e traz “sugestões” de aplicação, considerando as competências e habilidades que o aluno possui naquele momento.

Assim, pode-se afirmar categoricamente que o curso faz um vínculo concreto entre o Ensino e a Extensão, a partir do momento em que sugere a aplicação dos conhecimentos aprendidos pelos alunos para a comunidade da região de inserção, bem como promove a pesquisa (iniciação científica), pois abre espaços para que os alunos investiguem a realidade em que se inserem e promovam discussões e debates sobre o seu contexto profissional.

Desse modo, conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade, empreendedorismo e inovação e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica universitária para construir um rol de conhecimentos úteis ao engenheiro agrônomo.

A extensão universitária é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade.

As atividades de Extensão são desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade.

#### **4.2.3 Políticas institucionais de pesquisa (iniciação científica) para o curso:**





Quanto à pesquisa, apesar de ser uma IES isolada e não ter a obrigação de se estabelecer nesse âmbito, a Faculdade EFAN acredita na pesquisa, tanto que desde sua gênese já defende a criação de projetos de iniciação científica com alunos e professores.

Assim, para o curso de Bacharelado em Agronomia da IES privilegiará as investigações em termos de problemáticas relacionadas as atividades realizadas nos setores de agroindustriais, controle de qualidade, conservação do meio ambiente, e sustentabilidade, áreas estas de grande impacto na região de inserção.

Para tal, as disciplinas Práticas Interdisciplinares que já são inseridas no início do curso de Agronomia as quais serão descritas nas próximas seções, serão fundamentais para compor espaços de investigação ou iniciação científica. Desse modo, o próprio currículo incentivará a participação em projetos desse gênero tanto a alunos quanto aos professores do curso.

Observa-se, ainda, a existência de normas específicas para a iniciação científica, prevendo a publicação dos resultados das pesquisas no formato de artigos em revistas acadêmicas e nos seminários/simpósios de iniciação científica promovidos pela IES. Assim, a programação e o procedimento das pesquisas na instituição obedecem à resolução que discorre sobre tal assunto.

Vale destacar também que a IES planeja, após a autorização do curso, lançar uma revista específica de Agronomia, tudo para que desde o início de suas atividades fomente um espaço para a discussão e investigação de problemas e fatos característicos da região de inserção, envolvendo tanto docentes quanto discentes.

#### **4.2.4 Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.**

Ao conceber e promover o processo formativo do seu Curso Superior de Bacharelado em Agronomia, a EFAN almejou atender aos mais elevados padrões de ensino, capazes de garantir o sucesso de seus egressos, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Nessa perspectiva, a partir do seu currículo e das ações constantemente promovidas no âmbito do curso, este Projeto Pedagógico tem o propósito de constituir um processo formativo capaz de estabelecer profissionais generalistas, com uma base de conteúdo que permita o uso de ferramentas inerentes à atividade profissional, para ser um professor nos estágios iniciais de profissionalização e naqueles que, já tendo vencido as barreiras inerentes ao mercado, dispõem para um novo patamar de competitividade.

Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática





docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica escolar para construir um rol de conhecimentos úteis ao profissional.

Nessa perspectiva de ensino, os atores do processo não se limitam única e exclusivamente em disseminar e aprender os conhecimentos necessários para a formação profissional, afinal, trata-se da construção do homem como ser social e histórico, com capacidade de intervir na sua própria realidade. Do mesmo modo, além da busca constante pela qualificação docente para a mediação dos conhecimentos, faz-se necessário que o ensino não se constitua de maneira fragmentada, mas a partir do princípio dialógico.

Assim, como já apontamos, estabelecida a partir das concepções político-pedagógicas no PDI e PPI da Faculdade EFAN, a pesquisa/iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e o Curso pretendem firmar na comunidade e região de inserção. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes, leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil.

A extensão universitária, como anteriormente apontada, é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a faculdade e a sociedade. As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas no regimento da instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento e PDI;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;
- As obrigações financeiras e as responsabilidades de cada envolvido;
- As orientações gerais para apresentação de proposta de curso de extensão.

As atividades de pesquisa e extensão, bem como seus coordenadores, devem andar integrados, pois a ação de um reflete na necessidade do outro. A programação e o procedimento de ambas na instituição obedecem às resoluções que discorrem sobre elas e as normatizam.

Dessa forma, a partir das reflexões postuladas acima, definiu-se uma concepção teórico-metodológica para o Curso articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na



interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o Projeto Pedagógico.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares estabelecidas em lei, a saber:

- a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágios, Atividades de Complementação Profissional, etc.;
- b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará;
- c) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;
- d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- e) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- f) Respeito à ética profissional;
- g) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso pretende adotar a concepção da formação profissional que interage teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação, voltado para:

- a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade profissional e buscar alternativas para os problemas concretos;
- b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à profissão;
- c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma práxis social nas dimensões técnica e ético-política;
- d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional. Para constituir essa prática formativa, a Coordenação e o NDE do Curso constituíram as concepções do curso a partir dos objetivos abaixo delineados.

#### 4.3 OBJETIVOS DO CURSO



Antes de adentrar mais precisamente na explicitação dos objetivos geral e específicos do curso, ressaltamos que o NDE estabeleceu uma análise que considera vários fatores como o contexto educacional, perfil do egresso, demandas do mundo do trabalho, etc., conforme se descreve nos tópicos a seguir.

#### 4.3.1 Objetivo geral

O Curso de bacharelado em Agronomia tem como objetivo principal a **Preparar agrônomos com formação técnico-generalista e integral, capazes de promover os níveis de produção e produtividade agropecuária, aplicando tecnologia, métodos e conhecimentos técnicos para propor soluções concretas para os problemas agrários, e atender as transformações das organizações do terceiro setor, organizações sociais atuando nos diversos campos de sua formação.**

Nesse contexto, o curso de Agronomia da EFAN tem como vocação a formação integral do profissional Agrônomo, promovendo durante o percurso formativo a integração do homem com a terra, a partir de empreendimentos de interesses sociais, econômicos, humanos e ambientais, no trato crítico e inovador das questões relacionadas com a melhoria das condições das comunidades rurais e o desenvolvimento agrícola regional.

#### 4.3.2 Objetivos específicos

Através do desenvolvimento de conhecimentos científicos, tecnológicos e práticos, o Curso de bacharelado em Agronomia apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Formar o agrônomo pautado pela plena articulação entre conhecimentos científicos e prática profissional.
- Possibilitar o pleno exercício da interdisciplinaridade de saberes provenientes de diferentes áreas do conhecimento científico na área da agronomia.
- Propiciar ações pedagógicas que permitam desenvolver no estudante formas de pensar, atitudes e comportamentos pautados nos princípios de respeito à flora e à fauna; de conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água; do uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente; do emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo.





- Propiciar ao profissional formado atuar nos âmbitos do desenvolvimento do agronegócio brasileiro, bem como da agricultura familiar, buscando a sustentabilidade, com ênfase no enfoque agroecológico, na tecnologia e na proteção ambiental.
- Analisar, avaliar, orientar e fiscalizar o processo de produção, beneficiamento e conservação de produtos de origem animal e vegetal.
- Planejar, coordenar e executar projetos e ações de caráter socioeconômico, bem como desenvolver a consciência e responsabilidade social, utilizando-se dos conhecimentos da sociologia, comunicação, política, economia, administração, comercialização, legislação e educação, a fim de promover a organização e o bem estar da população e de atendimento às expectativas sociais do profissional Agrônomo.
- Formar agrônomos que tenham perfil de Liderança, bem como capacidade elaborar, executar e gerenciar projetos agrícolas, levando-se em consideração a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico.
  - Preparar um agrônomo que apresente capacidade administrativa e empreendedora.
  - Estimular o aperfeiçoamento profissional através de capacitação continuada.
  - Efetivar o domínio das ferramentas de comunicação e de tecnologia para o exercício da agronomia.
- Fornecer aos alunos ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho.
  - Gerar o espírito ético na área da agronomia.
  - Fornecer a consciência de co-responsabilidade para com o desenvolvimento socioeconômico regional.
- Ter ciência de seu papel frente às necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais.
- Articular saberes do trabalho fragmentados pelo capital e a apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que permitam compreender os sentidos do trabalho emancipado e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho, estimulando práticas de trabalho associado para forjar uma nova sociedade para além do capital.
- Adequar calendário acadêmico em atenção as diferentes realidades e contextos da região.
- Promover eventos acadêmicos, institucional e de cursos, aberto a comunidade externa com a proposta de disseminar o conhecimento do curso, assim como entender as necessidades do ambiente externo.



### 4.3.3 Objetivos do curso: relações com o contexto educacional

Ao delinear os aspectos gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que o mesmo se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

a) **Qualidade da Educação Básica:** é de senso e conhecimento comum no Brasil que a Educação Básica, considerando aqui o percurso desde a educação infantil até o final do ensino médio, apresentam índices alarmantes de resultados negativos em termos de desenvolvimento dos educandos. Assim, foram priorizados na configuração dos objetivos do curso, aspectos como o déficit de linguagem, raciocínio lógico, ciências exatas e conhecimentos gerais da área sociológica e filosófica. Assim, objetivos como “domínio das ferramentas de comunicação”, “Capacitar o aprendizado contínuo e autônomo, tanto na formação, quanto na prática profissional” e “visão e anseios de contribuir para as transformações da sociedade, com plena consciência dos Direitos humanos e a expectativa socioambiental” foram perspectivas estabelecidas como objetivos do curso.

b) **Educação Básica Pública:** o contexto educacional brasileiro e regional, em geral, apresentam cenários de inversão de papéis: alunos egressos do ensino médio particular se inserem nas vagas de IES públicas e os alunos egressos do ensino médio da rede pública se inserem nas vagas de IES particulares. Porém, há sempre a heterogeneidade desses ingressantes em cursos de graduação de IES particulares e, portanto, esta diversidade de alunos deve ser prevista. Dessa forma, esse cenário também foi considerado para o estabelecimento dos objetivos do curso, sendo que “a educação continuada” ou “a capacidade de autonomia” inserem-se nos objetivos do curso como forma de suplantarem as diferenças de ambos os ingressantes, tudo a partir de ferramentas que no decorrer do PPC e da matriz curricular serão claramente delineados, em especial nas expectativas de disciplinas de cunho orientado.

Dentro do novo contexto educacional que se apresenta no Brasil, a Faculdade EFAN busca atender as demandas do MEC como posicionar seu aluno com diferenciais através de suas próprias propostas.

A Faculdade EFAN prevê no andamento de seus cursos uma série de ações motivadoras da pesquisa em confluência com o mercado. Dentre as práticas educacionais destacadas, a Faculdade EFAN prevê sanar as deficiências provenientes advindas do ensino médio para possibilitar que seu corpo de estudantes tenha um aproveitamento amplo das disciplinas. A autonomia do estudante, assim como o incentivo à ressignificação frente aos novos modelos educacionais também foram vislumbrados neste PPC.



A concepção deste PPC busca adequar-se às realidades do novo *mindset* de mercado associando a práticas educacionais inovadoras, as tecnologias previstas e a diversidade do ser, buscando a democracia do ensino e a ampliação do acesso à educação ensino superior associada às questões inerentes à atualidade como a vivência da diversidade no ambiente da IES, dos Direitos humanos, o acesso às novas tecnologias e os espaços para as mais diferentes vivências do contexto da educação, pesquisa e da construção da carreira do profissional da agronomia.

A Faculdade EFAN tem consciência de que a educação é um processo social que atinge diretamente a comunidade na qual está inserida, abrindo horizontes de possibilidades aos seus estudantes e pretende, através dessa mentalidade, contribuir para o fortalecimento da sociedade e o acompanhamento de seus alunos.

#### 4.3.4 Objetivos do curso: relação com o perfil profissional do egresso

Ao delinear os objetivos do curso, o NDE estabeleceu que não é possível estabelecer qualquer objetivo sem que exista uma estreita relação com o perfil profissional constituído para o curso.

Essa relação se estabelece junto à descrição do perfil profissional do egresso, a partir da relação Objetivos X Perfil que resulta em competências e habilidades que estão configuradas neste PPC.

Destaquem-se aspectos como capacidade técnica e anseios sociais e humanísticos que fazem parte do perfil do egresso e que podem claramente ser relacionados entre os objetivos do curso, perfil do egresso e a matriz curricular.

O perfil do profissional egresso da Faculdade EFAN tem por fim atender critérios educacionais e mercadológicos. No que diz respeito as questões educacionais, estão previstos nos objetivos deste PCC que o egresso detenha as capacidades pontuadas pelas Diretrizes Curriculares, além de atingir os objetivos do curso e seu posicionamento no mercado.

A Faculdade EFAN pretende garantir a entrega de um profissional autônomo e consciente em suas decisões na carreira e junto à comunidade, capaz de utilizar o meio e suas ferramentas a seu favor e para o melhoramento das empresas locais, regionais e globais.

Além da concepção do curso em si, este PPC e as ações da IES garantem o acompanhamento do egresso e seu possível retorno para o estímulo do estudo contínuo e especializado através da própria instituição sanando as ausências de mercado que existem na região e ampliando as possibilidades de oferta e posicionamento para crescimento e evolução da mesma.



O egresso da Faculdade EFAN estará ciente da necessidade de um olhar transdisciplinar acerca das práticas agrárias, sociais e administrativas. Possuirá então as devidas capacidades para gerenciar sua carreira com a percepção das necessidades e oportunidades da região em que se insere. Utilizará de sua vocação assim como do seu aprendizado para integrar teoria e prática.

Seguindo princípio da educação continuada, o aluno egresso da Faculdade EFAN terá meios para prosseguir na pós-graduação da IES atendendo as efetivas demandas de seu próprio desempenho profissional.

#### **4.3.5 Objetivos do curso: Características locais e regionais**

Aspectos como as diferenças regionais que compõem o estado de Minas Gerais, da mesma forma que as diferenças percebidas dentro dos centros urbanos e rurais, foram consideradas nos objetivos do curso, em especial na configuração de um profissional generalista, haja vista a diversidade de negócios na região de inserção da IES.

Além disso, na configuração das expectativas locais e regionais, o NDE considerou a necessidade de atividades de inovação peças-chave para o desenvolvimento local. Assim, objetivos como “Atender as demandas das empresas, oferecendo ao mercado, profissionais capacitados e atualizados, com visão sistêmica, aptos a pensar e agir estrategicamente frente aos desafios organizacionais”; “Contribuir para o desenvolvimento da região de inserção, mediante políticas de inclusão social e o acesso ao mercado de trabalho;” foi delineados considerando a realidade local e, para tal, foram estabelecidas também nas competências e habilidades (perfil do egresso) e garantidas na matriz curricular do curso.

#### **4.3.6 Objetivos do curso: consideração às práticas emergentes na área do curso**

Ao delinear objetivos como “empreender na área”, “autonomia de aprendizado”, “formação continuada” e “capacidade de liderança”, o NDE demonstra já no início da construção do curso que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho.

No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é “fornecer ferramentas para o desenvolvimento humano e profissional e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área das ciências agrárias”.





Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade mais generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas, haja vista a sua formação consciente de busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e ao mercado de trabalho, bem como a sua capacidade analítica do contexto profissional em que se insere.

A garantia de realização desses objetivos poderá ser vislumbrada nos capítulos seguintes do PPC, em especial na matriz curricular e nos conteúdos curriculares para o curso.

Diante do cenário de crise concomitante ao surgimento de novas tecnologias, novos modelos de ensino e práticas de mercado, a Faculdade EFAN está atenta para formar um profissional capaz de se adaptar às rápidas mudanças de sua profissão assim como atender as mais variadas demandas.

O escopo metodológico, as matrizes assim como as ações da Faculdade EFAN preveem a formação de um aluno ativo e atento às práticas emergentes da agronomia.

A Faculdade EFAN tem ciência de que as práticas emergentes assim como as novas tecnologias não funcionam por si só, assim constrói-se através delas uma transversalidade em entre disciplinas e ações pedagógicas da IES.

Através da disciplina de Empreendedorismo e Projeto Profissional, a IES busca uma formação transdisciplinar capaz de tornar o profissional um construtor autônomo de sua própria carreira, se adequar às práticas de mercado e promover ações de transformação do mesmo através de uma visão holística sem abandonar as contribuições que podem levar à comunidade na qual está situado, em uma perspectiva do regional para o global.

A Faculdade EFAN prevê além das tomadas de ação nas disciplinas, palestras e eventos que incluam de forma salutar as inovações e as questões sejam elas de ordem tecnológica para seus alunos, compreendendo que tomada de ações diferenciadas são novas formas de tecnologia.

Em seu site da Faculdade EFAN prevê a publicação textos semanais com notícias atualizadas advindas das melhores fontes de informação, assim como orienta seus professores a abordar em conjunto com o conteúdo os assuntos da atualidade nos mais diversos níveis.

O aluno egresso da instituição deve ter a consciência da evolução do mercado e das necessidades de constante atualização já previstas através de uma formação permanente em cursos livres, MBA's e especializações nas áreas de maior destaque.

O Curso também realizará palestras *online* a fim de ordenar as novas modalidades de mercado que surgirem sempre que for sentida a necessidade de atualizar o corpo discente, prevendo-se uma palestra pelo menos por semestre sobre o mercado e as novas práticas.





Faz parte dos objetivos do curso de graduação Faculdade EFAN a interseção entre os conteúdos tradicionais e a observância constante com as práticas inovadoras e emergentes de mercado também através das disciplinas de Tópicos Especiais que serão atualizadas sempre que o NDE assim acreditar ser necessário. As práticas emergentes são previstas através dos novos modelos e sua aplicabilidade o que também ocorre através das disciplinas de Atividades de Complementação Profissional.

**Dessa forma, alguns dos objetivos previstos são:**

- Estimular o autoconhecimento das competências individuais existente nas empresas, assim como identificar ações empreendedoras desde os primeiros semestres.
- Fomentar a relação pesquisa e mercado.
- Promover ações que visem a facilitação da comunicação seja através da estrutura da IES com videoconferências ou com trabalhos em grupos e *smartclass*, assim como palestras com convidados externos que possam tratar de novas práticas como o empreendedorismo social e o nomadismo digital.
- Promover a autonomia na busca por sua colocação no mercado e a identificação com o próprio curso.
- Fomentar o interesse nas novas áreas sabendo diferenciar as propostas cabíveis ou não a sua realidade.

#### 4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

##### 4.4.1 Considerando às dcn's- diretrizes curriculares para o curso de graduação em agronomia

Para constituir o perfil profissional do egresso do seu curso de Bacharelado em Agronomia, a EFAN considerou a Resolução nº 1, de 2 de Fevereiro de 2006 (Diretrizes Curriculares), o perfil geral do seu aluno ingressante e as perspectivas da sua inserção regional, nos âmbitos político, social e geográfico.

Desse modo, ao final do curso de Bacharelado em Agronomia da EFAN, almeja-se ter como perfil do egresso **“um agrônomo, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a exercer as atribuições que a legislação profissional lhe confere, comprometido com o desenvolvimento agrícola no âmbito tecnológico, participativo,**





sustentável e solidário, tendo sempre como norte o respeito ao meio ambiente, aos agricultores e à sociedade como um todo”.

Nessa expectativa de formação, o egresso também terá *conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e do agronegócio, e ainda, será estimulado a desenvolver capacidade para empreender na área agrícola, de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, e receberá conhecimentos essenciais de Agronomia, para identificação, resolução de problemas e tomada de decisão.*

#### 4.4.2 Perfil profissional: necessidades locais e regionais

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade regional e local no que concerne às necessidades da área da Agronomia.

Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade.

Na configuração do perfil do egresso foram consideradas as relações do número de agrônomos por número de cidadãos brasileiros, bem como o número de empresas brasileiras e as diferenças entre as diversas regiões brasileiras.

Assim, conforme pode ser vislumbrado no perfil do egresso do curso de Agronomia da Faculdade EFAN, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade.

#### 4.4.3 Perfil profissional: flexibilidade em função de novas demandas do mundo do trabalho

Para compor o Perfil Profissional do Egresso e os demais aspectos que compõem a formação do (a) Engenheiro (a) Agrônomo (a) da Faculdade EFAN, o NDE do curso considerou a diferença primordial entre profissão e carreira.

Neste sentido, foi primordial o ajuste entre o perfil, objetivos e as garantias de cumprimento destes que se darão por meio de disciplinas e conteúdos estudados e discutidos ao longo do curso. Dessa forma, conforme poderá se vislumbrar tanto nas competências do perfil do egresso como nos conteúdos do próprio curso, houve uma preocupação para com o planejamento e assentamento da carreira dos alunos.



Além disso, vale destacar que um projeto não pode ser plenamente engessado, ou seja, deixa-se neste documento o afã de acompanhar o desenvolvimento da sua aplicação de modo que há qualquer tempo possa-se inserir novas expectativas ao perfil do egresso ou a outros aspectos que compõem o documento, conforme as necessidades reais do curso e dos alunos.

Destaquem-se os componentes como Tópicos Especiais em Agronomia que podem facilitar em muito a inserção de novas necessidades do mercado de trabalho no curso, bem como os temas das Práticas Interdisciplinares que podem ter os temas alterados conforme as necessidades emergentes do mercado de trabalho.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado a seguir, o perfil profissional do egresso delineado para o curso de Bacharelado em Agronomia da Faculdade EFAN foi construído em uma relação contínua com os objetivos para o curso que estabelecem a consciência com as adaptações ao mundo do trabalho, próprio da sociedade globalizada.

#### 4.4.4 Perfil profissional: competências e habilidades

Conforme já explicitado em tópicos anteriores, o perfil do egresso do curso de Agronomia da Faculdade EFAN é concebido como profissionais-cidadãos, com formações generalistas e técnicas, capazes de intervir de maneira responsável, positiva e crítica nas organizações públicas e privadas e na realidade social mais abrangente, a fim de identificar e solucionar problemas nos diversos ambientes organizacionais, bem como ter capacidade e perspectivas inovadoras e empreendedoras, sempre em consonância com as expectativas socioambientais e culturais.

Neste sentido, o curso estabelece competências e habilidades relativas a esse perfil em que, entende-se por competência profissional, a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho efetivo de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

Assim, para cumprir os objetivos e alcançar esse perfil desejado, estabelecem-se as seguintes competências e habilidades para o curso:

- Raciocínio lógico associado à capacidade de observação, interpretação e análise crítica e difusão de resultados no setor produtivo agrícola;
- Domínio da comunicação nos diferentes níveis linguísticos;
- Capacidade de acompanhamento da evolução tecnológica no contexto ambiental e agrícola;





- Capacidade de aplicar conhecimentos essenciais para identificação de problemas que envolvem a agricultura;
- Conhecer os fatores de produção agrícola e combiná-los com eficiência técnica e econômica;
- Aplicar conhecimentos matemáticos, científicos e tecnológicos e instrumentais na agronomia;
- Estar apto a prestar assessoria, auditoria e consultoria nas áreas que envolvem sua competência;
- Atuar em obras rurais, irrigação e drenagem, bem como outras atividades necessárias ao manejo agrícola;
- Trabalhar com mecanização e implemento agrícola;
- Realizar levantamento topográfico e fotointerpretação para fins agrícolas
- Desenvolver atividades de manejo e exploração de culturas de cereais, olerícolas, frutíferas, oleaginosas e forragens, bem como o melhoramento e propagação vegetal e a produção de sementes e mudas;
- Aplicar técnicas de criação, manejo, alimentação, melhoramento genético e produção animal;
- Conhecer as tecnologias de processamento, classificação, conservação, armazenamento e controle de qualidade de produtos de origem animal e vegetal;
- Conhecimentos sobre fitopatologia, entomologia, plantas daninhas, defesa fitossanitária , composição, toxicidade e técnicas de aplicação de fungicidas, herbicidas e inseticidas;
- Efetuar classificação e levantamento de solos;
- Ter domínio de conhecimentos sobre química , fertilidade e aspectos ambientais e agrícolas corretivos, manejo e conservação;
- Compreensão sobre a economia e desenvolvimento agrário, planejamento e administração de propriedades agrícolas e extensão rural;
- Ter capacidade para elaborar e analisar projetos envolvendo aspectos de mercado, localização, caracterização, custos, rentabilidade nos diferentes setores da atividade agrícola;
- Atuar no manejo sustentável de áreas silvestres e de reflorestamento, da exploração e industrialização de madeiras.



#### 4.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Compete ao engenheiro agrônomo desempenhar as atividades profissionais previstas na Resolução nº 218, de 29.06.73, do CONFEA, e atuar nos seguintes setores: manejo e exploração de culturas de cereais, olerícolas, frutíferas, ornamentais, oleaginosas, estimulantes e forrageiras; produção de sementes e mudas; doenças e pragas das plantas cultivadas; paisagismo; parques e jardins; silvicultura; formulação e aplicação de fungicidas, herbicidas e inseticidas; toxicidade; controle integrado de doenças de plantas, plantas daninhas e pragas; classificação e levantamento de solos; química e fertilidade do solo, fertilizantes e corretivos; manejo e conservação do solo, de bacias hidrográficas e de recursos naturais renováveis; controle de poluição na agricultura; economia e crédito rural; planejamento e administração de propriedades agrícolas e extensão rural; mecanização e implementos agrícolas; irrigação e drenagem; pequenas barragens de terra; construções rurais; tecnologia de transformação e conservação de produtos de origem animal e vegetal; beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas; criação de animais domésticos; nutrição e alimentação animal; pastagem; melhoramento vegetal; e, melhoramento animal.

Na nova concepção da formação do engenheiro agrônomo, são identificados outros espaços sociais diferentes de sua atuação, resguardando as conquistas de muitos anos de luta da categoria, que se encontram consubstanciadas desde a Lei no 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que “Regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, e dá outras providências” e da Resolução anteriormente apresentada.

#### 4.6 FORMAS DE ACESSO

O ingresso nos cursos da Faculdade EFAN é realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital da Faculdade EFAN, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova.



- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso.

- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, para que possam concorrer a vagas nos cursos de graduação da IES.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: A Faculdade EFAN poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente autorizadas ou reconhecidas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros;

- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: Poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;

- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;

- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou cancelaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;

- Transferência interna: Poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado na Faculdade EFAN. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão na Faculdade EFAN integra o Regimento Geral Interno da IES.

As vagas para o processo seletivo são estabelecidas em edital e normatizadas pelo Conselho Superior da Faculdade EFAN e devidamente homologadas pela Direção Geral.

A efetivação da matrícula é feita de acordo com a definição de currículo estabelecida pelo Colegiado do Curso, respeitada a disponibilidade de vagas autorizadas pelo MEC.

#### 4.7 ESTRUTURA CURRICULAR



#### 4.7.1 Estrutura curricular: apresentação

A estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Agronomia, da Faculdade EFAN é resultante, essencialmente, da reflexão sobre a missão da IES, do curso, da concepção, da visão, dos objetivos e do perfil do egresso, objetivando, a priori, contemplar ao que dispõem as Diretrizes Curriculares do MEC.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas teóricas e práticas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influenciam no processo de decisão.

Assim, obedecendo às prerrogativas das Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso está organizado de modo a oferecer ao aluno, referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

As estratégias adotadas no curso para relacionar o processo de ensino à realidade dos alunos foram construídas com a participação do colegiado do curso e o NDE. Vale destacar que o curso desenvolveu pesquisa própria de levantamento do perfil do corpo discente e docente, adotando práticas metodológicas de ensino, de revisão de conteúdo, bem como de capacitação docente, a partir das evidências demonstradas. O princípio da contextualização permite pensar o currículo de forma abrangente, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão e reprodução do saber.

A contextualização envolve o estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre o aluno e o objeto de conhecimento, favorecendo uma aprendizagem significativa, uma vez que está baseada nos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos alunos.

O currículo do Curso de Agronomia, está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como com o universo mercadológico onde o engenheiro agrônomo deve ser sujeito das transformações sócio-político-econômicas demandadas pela sociedade.

O curso será ofertado na Pedagogia da Alternância, um modelo de ensino-aprendizagem que valoriza especificidades do território, na medida em que considera indissociável a formação em ambiente escolar e na comunidade na qual estão inseridos, integrando o trabalho intelectual nos estudos acadêmicos com o mundo do trabalho real, incluindo o trabalho emancipado como princípio educativo. Dessa forma, busca-se a valorização e o conhecimento em profundidade da cultura e os modos de vida local, bem como





o compromisso ético dos sujeitos com processos de transformação social, visando, por meio da formação humana, crítica, integral, o trabalho emancipado, conectado com as estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário

Assim sendo, os conteúdos das disciplinas contemplam temas transversais do cotidiano do perfil deste profissional e das organizações, desenvolvendo competências que o capacite a uma visão holística da realidade global e regional, propiciando ao egresso favorecer a inserção produtiva de indivíduos e organizações num mundo, cujas fronteiras, tornam-se voláteis, baseadas em relacionamentos complexos, em virtude de uma forte competitividade que impõe as revisões constantes dos modelos organizacionais vigentes.

Para tal, a matriz curricular apresenta disciplinas de formação básica, específica do Agrônomo e teórico-práticas, distribuídas ao longo de dez períodos, da mesma forma que as atividades acadêmicas complementares serão oferecidas aos discentes, propiciando a integração entre teoria e prática necessária a formação deste profissional requerido pelas organizações.

A interdisciplinaridade, por sua vez, está garantida na Matriz Curricular através do diálogo constante entre as diferentes disciplinas que a compõe, demarcada por uma metodologia de ensino onde o discente é levado a refletir e a propor soluções sobre situações do universo organizacional, apresentadas através de estudos de casos, pesquisas em organizações e debates sobre temas propostos pelos docentes conteudistas, por meio dos debates promovidos em sala de aula.

#### 4.7.1.1 A pedagogia da alternância na Faculdade-EFAN

A Pedagogia da Alternância consiste em um dos pilares centrais do Curso de ensino superior em Administração da FACULDADE-EFAN e orienta os processos de formação dos DISCENTES. Tem-se o objetivo de, ao assumir a sucessão de tempos-espços, promover uma maior integração entre teoria e prática, na tentativa de reunificar o *homo faber* e o *homo sapiens*.

Ressalta-se o reconhecimento da centralidade dos diferentes tempos e espaços educativos que interagem e contribuem para a formação dos sujeitos. Alguns aspectos fundamentais podem ser observados como relevantes neste diálogo: *os tempos e espaços educativos que promovem mudanças e uma outra dinâmica da organização escolar, distribuindo parte do ensino e aprendizagem para o tempo escola e parte para o tempo comunidade ou meio socioprofissional; a organização do trabalho pedagógico dos/as educadores/as; a organização do planejamento curricular; um outro processo de produção do*





*conhecimento e, conseqüentemente, uma outra forma de gestão, baseada na autogestão pela comunidade.*

Quanto a organização escolar, a Pedagogia da Alternância amplia o território educativo ao articular os tempos-espços escolares com os tempos-espços na família, comunidade e território. No caso da FACULDADE EFAN, esses tempos serão denominados de Tempo-Escola (TE) Tempo no Meio Socioprofissional (MSP). Desta forma, organiza-se atividades de ensino-aprendizagem nos dois espços-tempos. As pesquisas, as leituras, os trabalhos exercícios (para casa) que os acadêmicos realizam durante o tempo família-comunidade-território, contam como carga horária, portanto, registra-se como tempo letivo. A interlocução dos tempos e espços faz interagir os conhecimentos que ocorrem nas diferentes experiências formativas em que os sujeitos participam. Propicia-se com isso, aproximações com os saberes que ocorrem na vida cotidiana dos próprios sujeitos, nos processos de trabalho e nas práticas sociais, culturais, onde o trabalho emancipado é tomado como princípio educativo.

Uma outra organização escolar requer outra forma de organização do trabalho pedagógico. Por isso, a Pedagogia da Alternância, desafia a organização coletiva do trabalho pedagógico. E este desafio se torna ainda maior pois não significa apenas uma integração para um trabalho associado e relacionado entre pares no espço educativo, mas numa articulação também entre professores, educadores, monitores na escola e demais sujeitos envolvidos e que protagonizam os processos formativos no território: familiares, educandos/as, gestores/as, lideranças comunitárias, organizações e movimentos sociais, culturais e sindicais, profissionais, empresas etc. Nesta perspectiva a alternância ganha um patamar de pedagogia da cooperação pelas relações que ela exige para se tornar de fato uma ação educativa integrativa e desafia os/as educadores/as a uma consciência de formação humana como prática emancipatória dos sujeitos pela hegemonia da classe trabalhadora.

Na Pedagogia da Alternância, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico ganham força, quando se promove a articulação da formação dos sujeitos com o espço da produção da existência, propiciando a unidade do trabalho intelectual e manual. Para tanto, faz-se necessário uma organização diferenciada do trabalho pedagógico na escola e noutros espços formativos com base numa compreensão da formação humana crítica e transformadora, rompendo a dicotomia teoria-prática, valorizando os saberes e as experiências dos sujeitos na sua diversidade de produção das condições de existência, seja na produção no campo, nas águas ou nas florestas e nas cidades. Assim, a Pedagogia do Movimento, a Pedagogia Crítica jogam luzes para esta perspectiva que a Pedagogia da Alternância se coloca.





Sendo a alternância uma pedagogia das relações entre espaços e tempos e sujeitos, organizações sociais etc. esta requer outra forma de organizar o currículo em um Plano de Formação Orgânico entre conteúdos vivenciais e acadêmicos. Assim, deseja-se que o currículo seja baseado em diagnóstico participativo, envolvendo todos os sujeitos da educação, inclusive educandos/as, suas famílias, organizações e movimentos sociais, empresariais, cooperativas etc. O currículo é organizado englobando saberes vivenciais, relacionados com os saberes da formação específica do Curso de Administração. O pensamento dialógico de Freire contribui dando sentido ao currículo contextualizado, que parte da realidade nas suas múltiplas dimensões: política, social, econômica, cultural, ambiental etc. Assim, os saberes do trabalho, das práticas culturais de diferentes tradições, da ciência e da tecnologia são planejados de forma inter e transdisciplinar, provocando outra lógica no processo de produção e socialização do conhecimento.

Ainda cabe destacar neste aspecto, que a formação por alternância potencializa a interculturalidade na organização do currículo escolar quando afirma identidades e modos de vida próprios dos territórios camponeses na sua diversidade e conflitualidades. Assim, os saberes que emergem da complexidade da vida, na sua heterogeneidade, incorporados no currículo desafiam as práticas docentes a saberem manejá-los e relacioná-los com os demais saberes acadêmicos, da ciência, da tecnologia, na perspectiva da construção e socialização de novos conhecimentos significativos para o bem viver do território.

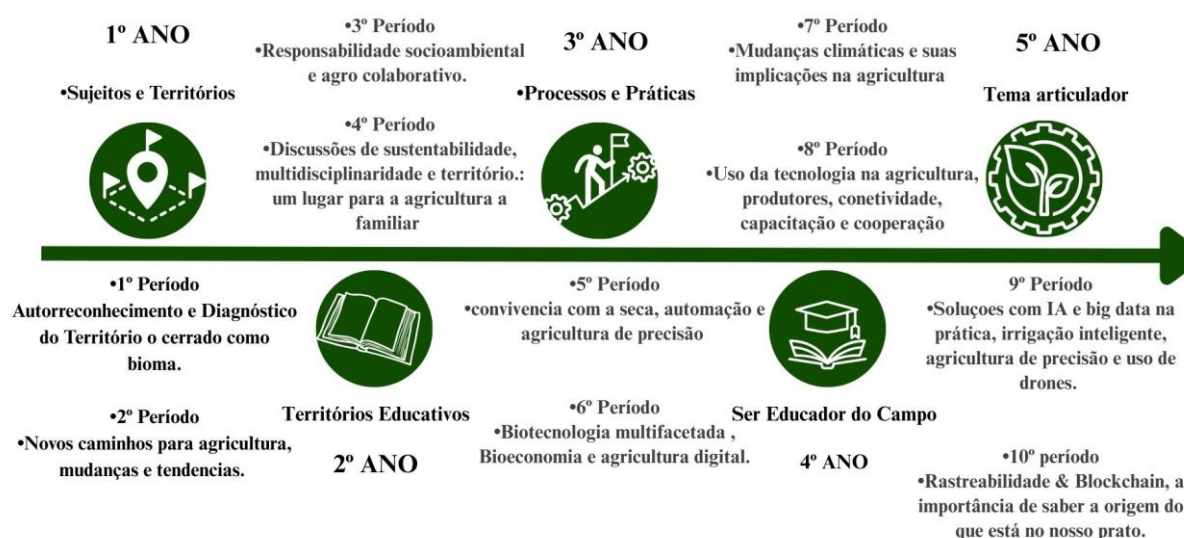
Por fim, a Pedagogia da Alternância constrói outra relação no processo de construção do conhecimento, tendo a realidade do território como princípio e fim do processo educativo. Sendo assim, a pesquisa se torna princípio metodológico central, a exemplo do Plano de Estudo como pesquisa da realidade.

A pesquisa, proposta no contexto da alternância, envolve todos os sujeitos participantes dos processos educativos a produzir conhecimentos articulando teoria e prática, ou seja, os saberes vivenciais com os saberes acadêmicos. Neste sentido, a pesquisa envolvente, participante, torna as comunidades, os movimentos sociais, sindicais, empresas, cooperativas etc. como sujeitos educativos e coprodutores de conhecimentos, rompendo a lógica do entendimento da comunidade como lugar apenas de experimentação, de aplicação e validação de práticas ou simplesmente lugar de levantamento de dados que interessam somente ao pesquisador e a academia. A comunidade, compreendida como sujeito coletivo, passa a ser vista e respeitada como espaço educativo que estabelece relações diversas, inclusive com a escola, a partir de desejos, necessidades e interesses próprios, com os quais as pesquisas precisam interagir.





A pesquisa, assim como outras tantas mediações didático-pedagógicas apropriadas, centrais para a formação entre tempo escola e meio socioprofissional podem proporcionar a indissociabilidade entre estes tempos e espaços formativos, entre o ensino-pesquisa e extensão, promovendo formação contínua e comprometida com a realidade. Afinal, além da pesquisa, a FACULDADE EFAN adotará Mediações Didática específicas da Pedagogia da Alternância, visando promover um processo educativo contínuo, integral, articulado entre os tempos-espaços formativos: tempo-faculdade, tempos no meio socioprofissional.



#### 4.7.1.2 Mediações didáticas da pedagogia da alternância na Faculdade-EFAN

A pesquisa, proposta no contexto da alternância, envolve todos os sujeitos participantes dos processos educativos a produzir conhecimentos articulando teoria e prática, ou seja, os saberes vivenciais com os saberes acadêmico-científicos. Neste sentido, a pesquisa envolvente, participante, torna as comunidades como sujeitos educativos e coprodutores de conhecimento, rompendo a lógica do entendimento da comunidade como lugar apenas de experimentação, de aplicação e validação de práticas ou simplesmente lugar de levantamento de dados que interessam somente ao pesquisador e a academia. A comunidade, compreendida como sujeito coletivo, passa a ser vista e respeitada como espaço educativo que estabelece relações diversas, inclusive com a escola, a partir de desejos, necessidades e interesses próprios, com os quais as pesquisas precisam interagir. A pesquisa, assim como outras tantas mediações



didático-pedagógicas apropriadas, centrais para a formação entre tempo escola/faculdade e tempo família/comunidade/território podem proporcionar a indissociabilidade entre estes tempos e espaços formativos, promovendo formação contínua e comprometida com a realidade. Adota-se o princípio das Mediações Didática da Alternância incluindo os seguintes instrumentos e atividades pedagógicas:

#### **4.7.1.3 *The Study Plan ( O Plano de Estudo)***

O Plano de Estudo (PE), como é intitulado na Faculdade-EFAN, é um instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância, fundamental à articulação entre Tempo Faculdade e Tempo Comunidade. Esse instrumento favorece a interdisciplinaridade entre os conteúdos estudados em cada semestre do curso e as vivências concretas dos/as estudantes em seus territórios, possibilitando a ampliação da reflexão e da compreensão sobre o processo de formação do/a acadêmico.

O PEF consiste em um roteiro de investigação, cujo objetivo é aprofundar a compreensão sobre os territórios dos educandos, a partir dos temas abordados pelas disciplinas de determinados períodos, configurando-se, também, como oportunidade de inserção de elementos da vida concreta dos estudantes nas discussões e reflexões acadêmicas. Desse modo, uma diferença marcante entre o PE consiste no aumento da abrangência e do grau de complexidade do entendimento do território exigido pela formação no ensino superior, além da superação do lugar de jovem em formação que demanda acompanhamento familiar para a posição de jovem/adulto em formação profissional.

#### **4.7.1.4 *Common Placement (Colocação em Comum)***

A Colocação em Comum é um instrumento da Pedagogia da Alternância que promove a socialização dos Planos de Estudo ou Projetos de Estudo, para a organização dos conhecimentos adquiridos na realidade vivida pelo estudante, em articulação com os saberes acadêmicos oferecidos ao longo do curso. O objetivo central desse instrumento pedagógico é a identificação de temas ligados à habilitação do curso, a fim de que sejam aprofundados nas disciplinas oferecidas na grande curricular. Além disso, a Colocação em Comum possibilita uma melhor compreensão do seu papel como educador do campo na proposição e resolução de questões ligadas à educação, à vida no território e à sociedade em geral.



Os docentes do Curso acompanham e facilitam o processo decorrente da Colocação em Comum para que haja participação efetiva e ativa dos estudantes. Além do mais, provocam o debate, problematizam os temas trazidos pelos estudantes e propõem os pontos de aprofundamento para as disciplinas ministradas em cada semestre do Curso.

Por essas razões, a Faculdade-EFAN apresenta currículo diferenciado, apropriado à realidade concreta do território regional, visando atender as necessidades reais dos estudantes e buscando a interação do mesmo com a sua própria formação. Nesse projeto educativo, o estudante passa a ser agente ativo de todo o processo.

#### **4.7.1.5 *Problem Based Learning (Aprendizagem Baseada em Problemas,)***

O método Problem Based Learning, ou Aprendizagem Baseada em Problemas, é uma abordagem educacional que coloca o aluno no centro do processo de aprendizado. Ao invés de apenas receber informações de forma passiva, os estudantes são desafiados a resolver problemas do mundo real, estimulando a formação humanística ao promover a reflexão sobre questões éticas, sociais e culturais. Nesse contexto, os alunos são incentivados a desenvolver habilidades de pensamento crítico, empatia e colaboração, fundamentais para uma atuação profissional e cidadã responsável.

A formação humanística proporcionada pelo Problem Based Learning também está intimamente ligada ao comprometimento ético dos futuros profissionais. Ao se depararem com desafios complexos e situações éticas delicadas durante a resolução de problemas, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre as implicações de suas decisões e ações, fortalecendo sua consciência moral e responsabilidade social. Dessa forma, a abordagem PBL contribui para a construção de profissionais mais éticos e engajados com o bem-estar coletivo.

Além disso, o método Problem Based Learning visa o desenvolvimento da competência técnica, científica e pessoal dos alunos. Através da resolução de problemas práticos e contextualizados, os estudantes adquirem não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidades práticas essenciais para sua atuação profissional. Ao mesmo tempo, são incentivados a buscar informações, analisar criticamente evidências e tomar decisões embasadas, fortalecendo sua competência científica. Por fim, o PBL também estimula o desenvolvimento pessoal dos alunos, promovendo a autoconfiança, resiliência e capacidade de adaptação diante de desafios diversos.

#### **4.7.1.6 *Think Tanks:***





Os think tanks são responsáveis por realizar pesquisas, estudos, relatórios e eventos para promover debates sobre temas de interesse público. Compostos por especialistas em diversas áreas, essas organizações tratam de pautas multidisciplinares e que afetam diversas camadas da sociedade

Estes grupos ou instituições desempenharão um papel de advocacy para políticas públicas, com foco em explicar, mobilizar e articular os atores. Será uma atuação interdisciplinar, em um diálogo envolvendo diversas áreas, como segurança internacional, globalização, governança, economia internacional, questões ambientais, segurança alimentar, assistência técnica, informação e sociedade, redução de desigualdades e saúde.

As pesquisas, contribuirão com análises e recomendações para um ambiente de troca de conhecimento, permitindo, inclusive, que os formadores de políticas públicas tenham ferramentas para tomar decisões mais embasadas, além de ter um papel importante na disseminação de conhecimento à sociedade

#### 4.7.1.7 *Case speakeres (intervenção externa)*

"Case speakeres (intervenção externa)". Essa metodologia é muito interessante e pode trazer ótimos resultados para as instituições de ensino. O Case speakeres é uma abordagem que busca trazer intervenções externas para dentro das instituições de ensino, por meio da participação de palestrantes, especialistas e profissionais renomados em determinadas áreas, no aprofundamento dos planos de estudos e discussões de alternativas para resolução das situações problemas vivenciadas e discutidas entre faculdade e estudante. Essa metodologia visa enriquecer o ambiente de ensino/aprendizagem com diferentes perspectivas, conhecimentos e experiências, contribuindo para a inovação e o desenvolvimento dos docentes e discentes e instituições de ensino.

É importante ressaltar que a realização de intervenções externas por meio de case speakeres pode proporcionar um impacto significativo na cultura organizacional didático pedagógico, estimulando a reflexão, a motivação e o aprendizado contínuo dos estudantes. A diversidade de visões e insights trazidos pelos palestrantes externos contribui para a ampliação do repertório dos discentes e para a construção de um ambiente mais dinâmico e inspirador.

A metodologia do Case speakeres também pode ser um importante recurso para promover a Troca do conhecimento e a valorização dos saberes empíricos diversos, promovendo o diálogo entre as experiências vivenciais e os ensinamentos científicos. Através das palestras e intervenções externas, estudantes têm a oportunidade de se atualizar sobre as tendências do mercado, das





inovações emergentes, adquirir novas habilidades e se conectar com referências em suas áreas de atuação.

É importante destacar que, a implementação bem-sucedida do Case speakeres requer uma cuidadosa seleção de palestrantes alinhados aos objetivos e valores da instituição e do curso, assim como um planejamento estratégico que integre as intervenções externas ao contexto interno da IES. Ao adotar essa metodologia, a Faculdade- EFAN podem fortalecer sua cultura de aprendizado, inovação e crescimento contínuo.

#### 4.7.1.8 O *Microlearning*

O *Microlearning* na educação é uma abordagem que se baseia na entrega de conteúdo educacional em pequenas unidades, geralmente de curta duração, para facilitar a absorção e retenção do conhecimento. Essa metodologia permite que os alunos aprendam de forma rápida e eficiente, muitas vezes por meio de dispositivos móveis, o que se alinha perfeitamente com o estilo de vida atual, onde a agilidade e a praticidade são essenciais.

Ao dividir o conteúdo em pequenas partes, o *microlearning* torna o processo de aprendizado mais acessível e flexível, permitindo que os alunos encaixem as sessões de estudo em suas rotinas diárias. Além disso, essa abordagem é especialmente eficaz para reforçar conceitos importantes e facilitar a aplicação prática do conhecimento adquirido.

Outro benefício do *microlearning* na educação é a possibilidade de personalização do ensino, uma vez que os discentes podem escolher os tópicos específicos que desejam aprender ou revisar. Isso promove um engajamento mais significativo e aumenta a motivação para a aprendizagem contínua.

Em resumo, o *Microlearning* é uma ferramenta poderosa na educação contemporânea, oferecendo uma maneira eficiente e personalizada de adquirir conhecimento. Sua aplicação pode revolucionar a forma como os estudantes absorvem informações e se desenvolvem academicamente.

**ACOMPANHAMENTO PERSONALIZADO:** consiste na divisão dos alunos proporcionalmente, pelo número de monitores e cada monitor se responsabiliza por acompanhar, durante o período na EFA aquele número de alunos designado pela equipe. Significa dizer que durante a estadia na EFA, cada aluno receberá o acompanhamento do seu tutor, seja ele de cunho pedagógico, administrativo, se já um aconselhamento, enfim, em toda e qualquer circunstância que o aluno, no interior da EFA precisar e sentir a vontade para expor ao seu tutor.





- **REUNIÃO PEDAGÓGICA:** não é um instrumento pedagógico propriamente, mas é uma ferramenta importante no ciclo do plano de estudo, pois permite que durante todo o período de aulas (quinze dias ou uma semana, dependendo da forma organizativa da EFA) todo o aprofundamento teórico realizado seja para fundamentar a prática vivenciada no dia a dia pelos estudantes e seus familiares.

- **ATIVIDADE DE RETORNO** :consiste no instrumento pedagógico que, como o próprio nome diz é uma ação planejada para permitir que os estudantes possam dar um retorno a sua família, sua comunidade, sobre o tema de plano e estudo daquela sessão. Este retorno pode se dar de diversas formas, que vai desde a socialização que foi estudada na EFA, junto à família, para os casos dos estudantes mais novos, até uma intervenção prática na realidade da comunidade para aqueles com idade mais avançada.

- **AVA- A AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM:** representa uma ferramenta essencial na mediação didática, especialmente no contexto de ensino e aprendizagem modernos, onde a tecnologia desempenha um papel central. As plataformas síncronas, um dos componentes dos AVAs, permitem interações em tempo real entre alunos e professores, facilitando um diálogo dinâmico e construtivo sobre os temas e questões propostos pelo projeto do curso. As plataformas síncronas dentro dos AVAs são ferramentas poderosas para a mediação didática, proporcionando um espaço dinâmico para discussão e interação em tempo real que enriquece a experiência de aprendizagem. Ao superar os desafios técnicos e logísticos, essas plataformas podem maximizar o potencial de aprendizado e contribuir significativamente para o sucesso do projeto educacional.

- **TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO III:**A Faculdade EFAN, sempre comprometida com a excelência educacional e a relevância social de seus cursos, considera o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) III como uma etapa crucial no processo de formação de seus alunos. Este módulo do curso não é apenas uma exigência acadêmica, mas uma oportunidade significativa para que os estudantes possam interagir e dialogar diretamente com a comunidade em que estão inseridos. A apresentação dos resultados da pesquisa realizada durante o TCC III é vista como uma mediação didática essencial, pois permite que o conhecimento produzido seja compartilhado e potencialmente aplicado no território onde a faculdade e seus alunos estão localizados. O TCC III proporciona uma ponte entre o conhecimento acadêmico e as necessidades reais da comunidade. Ao apresentar os resultados da pesquisa para a comunidade local, os alunos não apenas divulgam suas descobertas, mas também recebem feedback direto dos stakeholders locais, o que enriquece sua experiência de aprendizado e fortalece sua capacidade de aplicar teoria na prática. Portanto, a Faculdade EFAN vê o TCC III não apenas como um requisito acadêmico, mas como uma mediação didática estratégica que reforça o compromisso da instituição com a

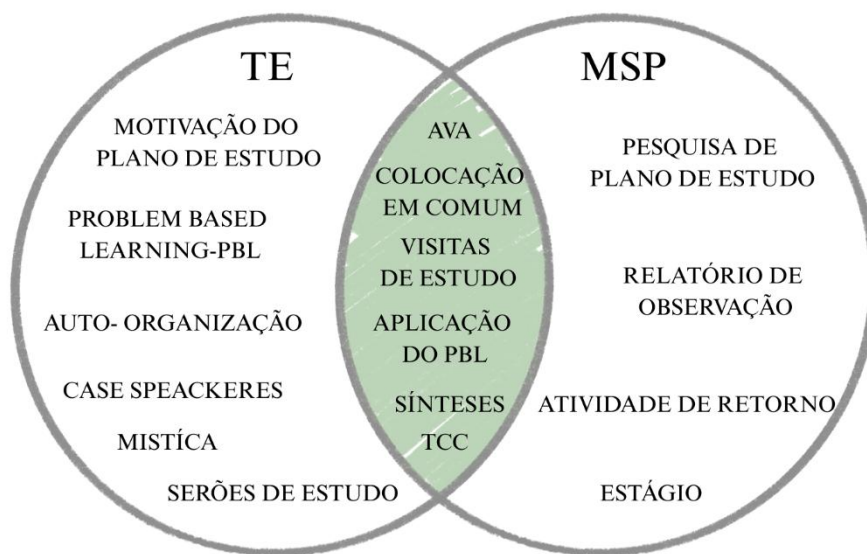




educação responsável e engajada socialmente. Ao promover essa interação entre alunos e comunidade, a Faculdade EFAN reafirma seu papel como uma instituição que não apenas educa, mas também serve ativamente à sua comunidade, fomentando um ambiente de aprendizado dinâmico e socialmente responsável.

- **VISITAS DE ESTUDO:** As visitas de estudo são uma ferramenta pedagógica valiosa que permite aos alunos vivenciar o aprendizado de forma prática e contextualizada. Essas atividades podem atuar como mediações didáticas eficazes, pois proporcionam uma experiência de aprendizagem que transcende os limites da sala de aula, oferecendo uma compreensão mais profunda e integrada dos conteúdos estudados. Além disso, as visitas de estudo facilitam a identificação e análise de problemas em diversos aspectos, permitindo que a comunidade escolar explore soluções conjuntas. Portanto, as visitas de estudo representam uma poderosa mediação didática que não só enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também capacita os alunos a identificar, analisar e contribuir para a resolução de problemas reais. Ao integrar essas experiências no currículo, a comunidade escolar pode desempenhar um papel ativo na transformação social e no desenvolvimento de soluções sustentáveis para os desafios enfrentados pela comunidade e pelo mundo em geral.

### O FUNCIONAMENTO DAS MEDIAÇÕES NOS TEMPOS E ESPAÇOS EDUCATIVOS NA FACULDADE EFAN



#### 4.7.1.9 Criação de laboratório de práticas para docentes





No "Laboratório de Práticas", os docentes teriam a oportunidade de compartilhar experiências, trocar ideias e aprimorar suas práticas por meio de discussões, workshops e atividades colaborativas. O objetivo principal seria promover a reflexão sobre as metodologias de ensino utilizadas na pedagogia da alternância, identificar boas práticas e propor melhorias com base nos resultados obtidos.

Além de ser um espaço de formação contínua para os docentes, incentivando a atualização e aprofundamento dos conhecimentos sobre a pedagogia da alternância, o laboratório também poderia servir como um espaço de pesquisa e inovação. Os docentes teriam a oportunidade de desenvolver projetos e estudos relacionados à pedagogia da alternância, contribuindo para o avanço dessa abordagem educacional.

A criação do "Laboratório de Práticas" fortaleceria a cultura de avaliação e aprimoramento constante das práticas pedagógicas na pedagogia da alternância no ensino superior. Seria um espaço onde as práticas poderiam ser revisadas e avaliadas a partir dos resultados obtidos, permitindo uma constante busca por melhorias e aperfeiçoamento.

Em suma, o "Laboratório de Práticas" seria um importante recurso para os docentes que trabalham com a pedagogia da alternância no ensino superior. Ele proporcionaria um ambiente propício para a troca de experiências, a reflexão sobre as práticas pedagógicas, a pesquisa e a inovação, contribuindo para a qualidade do ensino e aprendizagem nessa abordagem educacional.

#### **4.7.1.10 Laboratórios didáticos**

Os laboratórios didáticos oferecem um ambiente propício para os alunos aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula, realizando experimentos, simulações e atividades práticas relacionadas à sua área de estudo. Essas práticas permitem que os alunos desenvolvam habilidades técnicas, aprimorem sua capacidade de solução de problemas e fortaleçam sua compreensão dos conceitos teóricos.

A participação dos docentes nesses laboratórios é fundamental, pois eles podem orientar os alunos, fornecer instruções adequadas, esclarecer dúvidas e garantir a segurança durante as atividades práticas. Os docentes também podem utilizar essas práticas como oportunidades para avaliar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e oferecer feedback personalizado.

Além disso, os laboratórios didáticos promovem a interação entre os alunos, permitindo a colaboração e o trabalho em equipe. Os estudantes têm a oportunidade de





compartilhar conhecimentos, discutir ideias, resolver problemas em conjunto e desenvolver habilidades de comunicação.

A inclusão de práticas em laboratórios didáticos no ensino superior contribui para uma formação mais completa e prepara os alunos para os desafios do mercado de trabalho. Eles têm a oportunidade de vivenciar situações reais da sua área de estudo, adquirindo experiência prática que será valiosa em suas futuras carreiras.

Em resumo, a inclusão de práticas em laboratórios didáticos, com a participação dos alunos acompanhados pelos docentes, enriquece o processo de ensino e aprendizagem no ensino superior. Essa abordagem proporciona uma experiência prática, desenvolve habilidades técnicas e promove a interação entre os alunos, preparando-os de forma mais completa para os desafios profissionais que enfrentarão.

#### **4.7.2 Estrutura curricular: flexibilização curricular**

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha de disciplinas ou acréscimo de Atividades de Complementação Profissional na estrutura curricular.

Desse modo, o curso de Bacharelado em Agronomia foi constituído de modo a implementar a flexibilização curricular através das Práticas Interdisciplinares, práticas de extensão, Iniciação Científica, das disciplinas optativas, da participação em projetos de extensão, participação em seminários da própria IES constituídos via webconferência e a promoção de eventos locais e regionais promovidos pelos coordenadores voltados à educação e a conhecimentos diversos.

Assim, o curso está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o PDI, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES. A pedagogia da alternância permite essa integração entre ambiente de ensino e ambiente de vivência.

##### ***4.7.2.1 Estrutura Curricular - Flexibilização Curricular: Atividades de Complementação Profissional***





Outra forma de flexibilização automática do currículo são as atividades complementares que na EFAN são nomeadas de Atividades de Complementação Profissional que são componentes curriculares obrigatórios do curso de Bacharelado em Agronomia. Em resumo, são estudos e atividades dentre as quais podem ser destacadas as visitas monitoradas, iniciação científica, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

Para o curso em questão, concentra-se a carga horária de 180 (cento e oitenta) horas, devendo seu cumprimento ser distribuído ao longo do Curso e podem ser desenvolvidas na modalidade presencial ou à distância.

Os alunos deverão enviar através do Portal do Aluno de realização das Atividades de Complementação Profissional. Não serão computadas atividades cuja documentação possua data anterior do início do curso. As horas computadas em uma atividade não poderão ser consideradas em outras atividades, mesmo que sejam afins.

É de competência da Secretaria Acadêmica da Faculdade EFAN a análise dos documentos e respectiva atribuição dos créditos de Atividades de Complementação Profissional de cada aluno, dentro dos termos fixados na regulamentação específica.

As Atividades de Complementação Profissional possuem algumas características inerentes a esses cursos. Dimensionadas em termos de carga horária mínima e na sua concepção como atividades de livre escolha do aluno a partir de eventos das mais diversas áreas, caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais dessas atividades são os de **flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos**, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como Agrônomo, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agronomia, optou-se por constituir as Atividades de Complementação Profissional na formalização de disciplinas/componentes curriculares semestrais. Dessa forma, em todos os semestres, o aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados àqueles que apreende nas várias disciplinas do currículo e da prática profissional.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser



constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais.

#### ***4.7.2.2 Estrutura Curricular – Flexibilidade: Aderência das Atividades de Complementação Curricular à Formação Geral e Específica***

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES oferta e incentiva a participação dos alunos em:

- a) Eventos que abordem temas relacionados à cidadania como Educação Ambiental, Responsabilidade Social e Ética; Que abordem temas de formação cidadã;
- b) Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação, incluindo em Língua Estrangeira;
- c) Cursos e Eventos que visem à inclusão e a acessibilidade;
- d) Trabalho voluntariado em órgãos, ONGS e nas instituições de ensino;
- e) Eventos e Projetos de cunho social da IES;
- f) Eventos e cursos que visem a divulgação e o aprendizado de novas tecnologias;
- g) Disciplinas de Formação Geral cursadas em outras IES ou cursos, com conteúdo não integrantes do currículo de Agronomia da EFAN.

No que diz respeito à Formação Específica do curso, serão reconhecidas carga-horária para aproveitamento de estudos em atividades específicas, ofertadas pela IES e por outras instituições, que visam à qualificação profissional do aluno, incluindo aquelas aderentes aos componentes das ciências da educação.

Em termos de Formação Específica do Curso, também serão aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área, com conteúdo não integrantes do currículo de Agronomia da EFAN.

Há que se destacar que o Nivelamento Acadêmico, Projetos Integradores e as Práticas de Extensão não podem ser aproveitados como carga horária de Atividades de Complementação Curricular.

#### ***4.7.2.3 Estrutura Curricular – Flexibilidade: Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades de Complementação Curricular***

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada dialogaram com o CONSUP da IES explicitaram suas demandas e dúvidas em relação à gestão das Atividades de Complementação





Curricular em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, no curso de Agronomia as Atividades de Complementação Curricular se constituíram de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre.

Com isso, a IES oferta muitos eventos de extensão e pesquisa, bem como os alunos frequentam com maior assiduidade e desempenho essas atividades diversas.

Outrossim, as Atividades de Complementação Curricular são ofertadas aos alunos, atividades estas que vão desde a semana acadêmica de Agronomia, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que o curso tem uma coordenação específica para as Atividades de Complementação Curricular que formam uma comissão constituída, semestralmente (ao final de cada semestre), para organizar e publicar o edital que orienta os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios. Esta mesma comissão fica responsável pela avaliação das Atividades de Complementação Curricular apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado.

Essa Comissão de Análise de Atividades de Complementação Curricular tem como atribuições:

- I – Elaborar e orientar os alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;
- II – Divulgar, após deliberação do colegiado, as atividades aceitas como complementares e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;
- III – Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;
- IV- Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria;
- V – Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas-horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;





VI – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades de Complementação Curricular em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;

VII – Fazer cumprir o calendário de Atividades de Complementação Curricular do Curso de Agronomia;

VIII – Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação o Colegiado do Curso.

IX – Componentes de formação considerando os instrumentos da pedagogia da alternância: Constituídos por temas transversais, que dialoga com a realidade do estudante, permitindo maior compreensão e envolvimento desses atores. Plano de estudo, folha de observação e estágios.

#### **4.7.2.4 Estrutura Curricular - Flexibilidade: Conteúdos Optativos**

Os conteúdos optativos foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso.

Vale destacar que, progressivamente este elenco de disciplinas optativas poderá ir sendo ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área e as necessidades demandas pelo processo formativo real.

#### **4.7.3 Estrutura curricular: interdisciplinaridade a articulação entre os componentes curriculares no processo de formação**

Ciente da necessidade de diálogo entre as disciplinas e dos conteúdos curriculares para que o processo de ensino-aprendizagem não se converta em um fim, mas um meio, o NDE buscou constituir a matriz curricular e os seus respectivos conteúdos considerando ferramentas e ações que façam convergir diversos conhecimentos, tanto no âmbito vertical do currículo como horizontal.





#### ***4.7.3.1 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Práticas Interdisciplinares***

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, estabelecer-se naturalmente o processo de iniciação científica, conhecer a realidade profissional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, bem como a inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre serão desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre os conhecimentos apreendidos no curso.

Destaque-se que, além da necessária interdisciplinaridade, esses conteúdos curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

Nos semestres em que se incluem as Práticas Interdisciplinares, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores diversos projetos de pesquisa, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos a partir do material instrucional e da orientação dos professores.

Ressalte-se que as Práticas Interdisciplinares são normatizadas por regimento e manual próprios, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica (VIDE ANEXO).

#### ***4.7.3.2 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado***

O Estágio Curricular Supervisionado é concebido como o momento em que o aluno precisará estabelecer o diálogo entre todos os conhecimentos do curso.

Desse modo, a experiência de estágio na EFAN deve ser estabelecida como uma forma de evidenciar e comprovar as competências e habilidades adquiridas pelo aluno no processo de formação.

Assim, a interdisciplinaridade também se constitui a partir do Estágio Curricular Supervisionado, o qual será discutido em capítulos posteriores deste Projeto Pedagógico.





#### 4.7.4 Estrutura curricular: os núcleos de fundamentação do curso de agronomia

Em face dessas perspectivas curriculares, a proposta curricular está paramentada numa concepção de profissão e formação profissional que prima pela articulação dos conteúdos e disciplinas, bem como pela estruturação dos núcleos de fundamentação que tem como eixos a formação básica da engenharia, o núcleo de conteúdos profissionais essenciais, destinado a caracterização da identidade do profissional, e o núcleo de conteúdos profissionais específicos, que visa aperfeiçoar a formação do profissional.

Eles são descritos no art.7º da Resolução N° 1, de 2 de fevereiro de 2006, conforme será especificado a seguir:

I - O núcleo de conteúdos básicos será composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Informática e Expressão Gráfica.

II - O núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias; Biotecnologia, Fisiologia Vegetal e Animal; Cartografia, Geoprocessamento e Georreferenciamento; Comunicação, Ética, Legislação, Extensão e Sociologia Rural; Construções Rurais, Paisagismo, Floricultura, Parques e Jardins; Economia, Administração Agroindustrial, Política e Desenvolvimento Rural; Energia, Máquinas, Mecanização Agrícola e Logística; Genética de Melhoramento, Manejo e Produção e Florestal. Zootecnia e Fitotecnia; Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e Gestão Ambiental; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água, Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais; Tecnologia de Produção, Controle de Qualidade e Pós-Colheita de Produtos Agropecuários.

III - O núcleo de conteúdos profissionais específicos deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria.





A pedagogia da alternância permite o cumprimento da carga horária de forma eficiente e produtiva, pois, garante ao estudante vivências de conteúdos em salas de aulas e pesquisas e aplicação do conhecimento em suas realidades comunitárias.

#### 4.7.5 Estrutura curricular – práticas de extensão

Como já discutimos neste projeto, a regulamentação para a extensão segue a resolução do ano de 2018 CNE/CES que projeta o mínimo de 10% de atividades de extensão inseridas na matriz curricular dos cursos de graduação no Brasil.

Assim, como necessidade de atualização, o tripé ensino- pesquisa-extensão sofreu modificações do início do protocolo até essa atualização do projeto, tudo de forma que o curso possa acompanhar as mudanças socioeconômicas locais, regionais e nacionais, as quais estão interferindo em outros campos, como o cenário social que é o foco das atividades extensionistas previstas em lei.

Logo, o foco das atividades de extensão da EFAN segue o norte da resolução que versa sobre tal atividades que têm como foco a relação entre a IES e a comunidade, interferindo de maneira positiva e proativa na formação de cidadãos e na intervenção de problemas locais.

Dessa forma, nos semestres em que as atividades de extensão se constituem como componentes curriculares obrigatórios, os alunos deverão compor a carga horária estabelecida participando de:

- a) Cursos que envolvam questões como Direitos Humanos e Educação Ambiental voltados à participação da comunidade;
- b) Cursos que abordem a inclusão em seus mais diversos aspectos com a participação da comunidade;
- c) Prestação de serviços à comunidade pelos alunos e professores;
- d) Produção de mudanças na própria instituição utilizando os conhecimentos adquiridos;
- e) Dentre outras.

Dessa forma, justifica-se a necessidade do ingresso da extensão na carga horária nos cursos superiores de graduação, seguindo Diretrizes da Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual cumpre o estabelecido pelo PNE 2014-2024, tão logo devem ser desempenhados projetos de atividades extensionistas pelas IES, executando primordialmente ações de maior relevância em seu meio de inserção.

Em consonância ao Art.5º estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:



I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Os projetos de extensão, serão utilizados como métodos auto avaliativos da IES para aperfeiçoamento do ensino. A avaliação será utilizada como ferramenta de constante atualização dos objetivos do curso, assim como qualificação docente e perfil do egresso, para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras e manter-se em constante atualização.

As práticas de extensão, ainda conforme a Resolução, compõem até 10% da carga horária dos cursos de graduação de forma que a conhecimento acadêmico possa dialogar com a sociedade por meio do principal instrumento de transformação da acadêmica, o (a) aluno (a), utilizando-se de uma estrutura que deve ser planejada de acordo com realidade efetiva e constantemente avaliada de forma que possa assegurar resultados nessa interação dialógica.

#### **4.7.6 Estrutura curricular – acessibilidade metodológica**

Na concepção da Estrutura Curricular, o NDE considerou que as metodologias e técnicas de aprendizagem devem ser priorizadas no curso de Agronomia, por meio de adaptações curriculares de conteúdos programáticos. Neste sentido, os professores devem conceber o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional; promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com qualquer tipo de necessidade.

Assim, diferente do que ocorre em outras IES o processo de nivelamento não se dará unicamente no início do curso, mas em todos os semestres a partir da intervenção do Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento.





Além disso, há que se destacar a disciplina Tópicos Especiais em Agronomia que não possui ementário, mas sim uma forma de compor a ementa conforme as necessidades dos alunos no momento das disciplinas optativas.

Vale destacar também, a disciplina de Libras que é optativa no curso e terá um profissional docente qualificado no momento da escolha dos alunos pelo componente.

A IES possui ainda um Plano de Acessibilidade que traz aspectos que envolverão todos os cursos, em especial no que tange às acessibilidades atitudinal e pedagógica.

#### **4.7.7 Estrutura curricular – compatibilidade da carga horária**

**Primeiramente, deve-se destacar que todas as medidas de horário neste Projeto Pedagógico de Curso foram estabelecidas a partir de horas-relógio, ou seja, 1 hora/aula=60 minutos.**

Assim, todo o dimensionamento da carga horária de cada um dos componentes curriculares foi discutido pelo NDE de modo que fosse possível repassar aos alunos todos os conhecimentos das ementas (geral) que nos planos de ensino serão convertidos em conteúdo programático (específico).

As cargas horárias das disciplinas foram dimensionadas de modo que fossem compatíveis também com centenas de outros cursos no Brasil, assim as transferências dos alunos para a Faculdade EFAN e vice versa, poderão ser feitas sem prejuízo ou problemas de adaptação curricular.

Destaque-se que a carga horária mínima para o curso, conforme as DCNs é de 3.600 (três mil e seiscentas) horas e o NDE inseriu 890 horas a mais visando que seus projetos inovadores que não fazem parte dos currículos comuns de Agronomia não causassem prejuízo aos conhecimentos específicos, como no caso a carga horária das Práticas Interdisciplinares.

#### **4.7.8 Estrutura curricular – elementos inovadores**

Ao estabelecer as suas expectativas acerca da inovação do currículo, o NDE considerou que a esfera do conhecimento técnico-científico não esgota a tarefa da formação no âmbito do ensino superior, afinal, em todas as modalidades de profissionalização, há ainda a esfera da cultura simbólica, ou seja, cabe também à formação prestada pelas faculdades fornecer ao futuro profissional a capacidade de inserir-se na dinâmica da sociedade em que vai atuar.





Esta esfera envolve desde o domínio das diferentes linguagens até a postura ética, passando pela sensibilidade estética e pela consciência política.

Desse modo, do profissional que se forma na Faculdade EFAN espera-se, minimamente:

1. Que se aproprie do acervo de conhecimentos científicos relativos a seu campo de trabalho;
2. Que domine um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre a Agronomia e sobre a própria sociedade;
3. Que desenvolva uma sensibilidade a valores culturais necessários para inserir-se ética e politicamente em sua sociedade histórica.

Desse modo, ao buscar inovações para o curso a Faculdade EFAN estabeleceu um currículo que possui componentes não engessados para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras, a saber:

a) As Práticas Interdisciplinares => Além dos conhecimentos inerentes a formação geral e específica, esses componentes curriculares abrem a possibilidade de o aluno apropriar-se de conhecimentos por ele construídos.

b) Tópicos Especiais => Não encontrado em outro currículo no Brasil, os tópicos especiais, do modo como são pensados na Faculdade EFAN se estabelecem não como um conhecimento ou conjunto de conhecimentos a serem adquiridos, mas um espaço de construção em que alunos e professores poderão mediar as suas necessidades por meio do currículo.

c) Empreendedorismo e Projeto Profissional=> Como poderá ser vislumbrado nos cursos de graduação da Faculdade EFAN, a disciplina visa com que o aluno não apenas conheça a realidade profissional em que vai se inserir, mas inicie um processo de concepção da sua vida profissional.

d) Pedagogia da alternância: Trata-se de componentes que estabelece uma conexão entre o ensino teórico e as práticas vivenciais. Buscando promover aprendizagem baseado em problemas.

A Faculdade EFAN tem consciência de que sua atribuição, ao preparar os profissionais nos diversos campos do mercado de trabalho, não é só repassar uma instrução técnica, mas também assegurar a formação integral dos seus alunos, cabe-lhe uma responsabilidade social da qual decorrem exigências específicas:

a) Uma lida rigorosa com o conhecimento, de onde a necessidade do investimento na prática de iniciação científica, no domínio de metodologias especializadas de investigação, no compromisso com a competência técnica, assegurem uma formação mais flexível.





b) Um compromisso ético-político: o profissional de Agronomia a ser formado é antes de tudo uma pessoa, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana bem como um cidadão que precisa se comprometer com a democratização das relações sociais, dotando-se de uma nova consciência social.

c) Uma concepção de si mesma como lugar de formação profissional, sem dúvida, mas fundada na construção rigorosa do conhecimento, na qualidade da prática técnica, na sensibilidade ética e política, na construção da cidadania emancipadora. Para tanto, impõem-se uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolvam um complexo investimento e que não se dará unicamente neste Projeto Pedagógico, mas durante a aplicação dele no percurso formativo e na história do curso.

#### 4.7.9 Estrutura curricular do curso de agronomia da EFAN

O curso de Agronomia da Faculdade EFAN adota Pedagogia da Alternância, uma estratégia de organização dos tempos e espaços escolares, bem como do processo de ensino-aprendizagem que integra diferentes territórios educativos: escola, família, comunidade, movimento sociais, instituições, pessoas e distintos saberes: populares e acadêmicos visando facilitar acesso e permanência bem como proporcionar uma experiência educacional omnilateral (integral), baseada no pensamento pedagógico crítico, no trabalho como princípio educativo; apropriada às necessidades do mundo moderno, crítica sobre o trabalho alienado e propositiva sobre o trabalho associado. Neste sentido, a estrutura do curso é dividida em ciclos de funcionamento, que juntos compõem o total de horas de cada disciplina.

**1. Tempo Escola:** Nesta fase, cada disciplina será composta de 70% do tempo previsto na carga horária. Essas aulas são fundamentais para o estabelecimento das bases teóricas e fundamentos do curso. Durante este período, ocorrerão:

- Apresentação de casos por *speakers* convidados, que trazem experiências reais e práticas para a sala de aula.
- Introdução ao método de Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), onde os alunos começam a trabalhar em casos práticos.
- Apresentação do plano de estudo com tema gerador e eixo temático, que guiará os alunos ao longo das disciplinas do período/semestre.
- Discussão de teorias e fundamentos essenciais para o entendimento da disciplina.





**2. Uso do ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como mediações didáticas da alternância:** Aulas Síncronas: Correspondendo a 20% da carga horária de cada disciplina. Esta etapa utiliza a tecnologia para promover aulas síncronas online. Durante essas sessões, os alunos:

- Organizam e discutem o desenvolvimento do PBL iniciado na fase presencial, através de seminários.
- Realizam seminários de aprendizagem onde apresentam as aprendizagens adquiridas e as propostas de intervenção baseadas nos problemas estudados do Plano de Estudo.

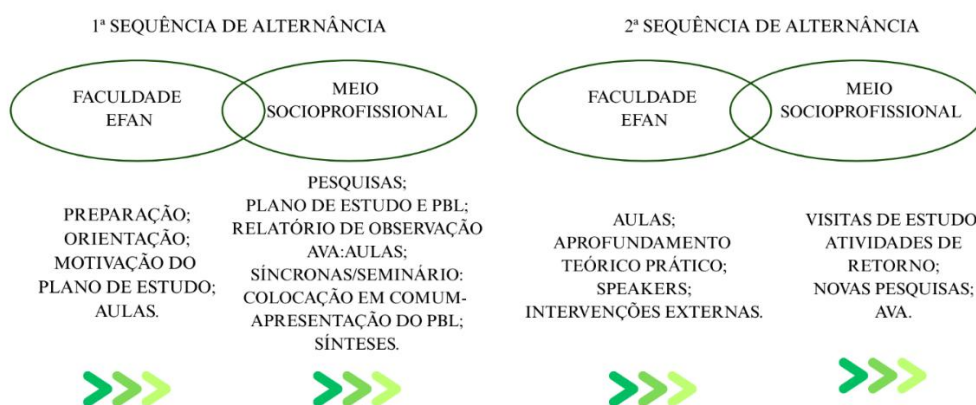
**3. Meio Socioprofissional:** Correspondendo a 10% da carga horária da disciplina os estudantes são encorajados a realizar pesquisas e aprofundamento fora do ambiente acadêmico tradicional, voltando sua atenção e foco para o ambiente e o território que estão inseridos. Neste ciclo, eles:

- Aplicam o conhecimento adquirido em contextos reais e profissionais.
- Aprofundam o estudo do PBL e do plano de estudo através de pesquisa aplicada, visitas a espaços de formação diverso ou participação em atividades que complementem sua formação.

Essa abordagem integrada assegura que os alunos do curso de Administração não apenas aprendam os conceitos teóricos essenciais, mas também desenvolvam habilidades práticas e profissionais importantes, preparando-os de maneira eficaz para os desafios do mercado de trabalho. A Pedagogia da Alternância, portanto, representa um equilíbrio entre teoria, prática e aplicação profissional em situação real, essencial para a formação de juristas administradores, críticos, competentes e atualizados.

Em síntese, os ciclos de funcionamento das sequências de alternâncias podem ser visualizados da seguinte forma:

Funcionamento das sequências de alternâncias na Faculdade EFAN:



Fonte: Adaptado de Gimonet, 2007 – Ciclo da aprendizagem em alternância.





Na formação por alternância as aulas ocorrem de distintas maneiras, no Tempo Escola e no Meio Socioprofissional. Há uma previsão de 70% da carga horária para o TE, complementada com 40% na Estadia socioprofissional, sendo que, destas 20% serão por meio do AVA (aulas síncronas em formato de seminários e outras metodologias ativas e 10% para atividades de pesquisa, relatórios, organização do Caderno da Realidade e Atividade de Retorno no Meio Socioprofissional. As aulas no TE e no MSP se complementam.

**Observação:** A carga horária de 20% para aulas síncronas no AVA, poderá variar para menos a depender da disciplina e a partir de análise do NDE. Neste caso, a carga horária de 10% para as demais atividades previstas no MSP poderá aumentar, fechando nos 30%.

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH Teórica	CH prática	CHT	PRÉ-REQUISITOS
1º	Introdução a Agronomia	40			
	Metodologia Científica	40			
	Matemática básica	40			
	Biologia Celular	40	20		
	Agroecologia e Educação ambiental	40			
	Botânica	30	10		
	Língua Portuguesa	20			
	Prática Interdisciplinar I		20		
	Atividades de Complementação Profissional I	20			
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>270</b>	<b>50</b>	<b>320</b>	
SEMESTRE	DISCIPLINA	CH Teórica	CH prática	CHT	PRÉ-REQUISITOS
2º	Física básica	40	20		
	Estatística Básica	60			
	Ética, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável	40			
	Química Geral	40	20		
	Geologia e Mineralogia do solo	40	20		
	Prática Interdisciplinar II		20		
	Atividades de Complementação Profissional II	20			





	Práticas de Extensão Universitária I	10	40		
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>240</b>	<b>100</b>	<b>340</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
3°	Nutrição Mineral de plantas	60			
	Anatomia vegetal	30	10		<b>Biologia Celular</b>
		20	20		
	Cálculo Diferencial e Integral 2	40			
		40			
	Microbiologia	40	10		
	Sociologia Rural, Territórios e Políticas Públicas para Agricultura Familiar	40			
	Química orgânica	50	10		<b>Química Geral</b>
	Prática Interdisciplinar III		20		
	Atividades de Complementação Profissional III	20			
	Práticas de Extensão Universitária II	10	40		
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>290</b>	<b>90</b>	<b>380</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
4°	Morfologia Vegetal	30	10		<b>Anatomia vegetal</b>
	Genética	60			
					<b>Geologia e Mineralogia do solo</b>
	Pedologia	60	20		
	Desenho técnico, Construções e instalações Rurais	40	20		
	Administração, Economia Rural, associativismo e cooperativismo.	40			
	Prática Interdisciplinar IV		20		
	Atividades de Complementação Profissional IV	20			
	Práticas de Extensão Universitária III	10	40		
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>240</b>	<b>110</b>	<b>350</b>
<b>5°SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
	Bioquímica	60			





	Noções de Anatomia e Fisiologia Animal	40	20		
	Experimentação Agrícola	60			
	Climatologia e Meteorologia Agrícola	50			
	Hidráulica	60			
	Atividades de Complementação Profissional V	20			
	Práticas de Extensão Universitária IV	10	50		
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>300</b>	<b>70</b>	<b>370</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
6°	Fisiologia Vegetal	40	20		Bioquímica
	Fertilidade do Solo, adubos e adubações	40	20		Pedologia
	Entomologia Geral	60	20		
	Fitotecnia I (Milho e arroz)	40			
	Conservação do Solo e da Água	40			
	Atividades de Complementação Profissional VI	20			
	Práticas de Extensão Universitária V	10	40		
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>260</b>	<b>70</b>	<b>370</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
7°	Melhoramento Genético de Plantas e biotecnologia	60			Genética
	Zootecnia e Nutrição Animal	50	10		
	Fitotecnia II (feijão e soja)	40			
	Fitopatologia básica	40	20		Microbiologia
	Topografia e Georreferenciamento	40	20		
	Plantas Daninhas e Seu Manejo	40			
	Atividades de Complementação Profissional VII	20			
	Práticas de Extensão Universitária VI	10	30		





	<b>SUBTOTAL</b>	<b>320</b>	<b>60</b>	<b>380</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
<b>8º</b>	Irrigação e Drenagem	60			Hidráulica
	Entomologia Agrícola	40	20		Entomologia geral
	Tecnologia e Produção de Sementes	40	20		
	Máquinas e mecanização Agrícola	60			
	Fitopatologia aplicada	40	20		Fitopatologia básica
	Trabalho de Conclusão de Curso I	20			
	Atividades de Complementação Profissional VIII	20			
	Práticas de Extensão Universitária VII	10	40		
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>320</b>	<b>70</b>	<b>390</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
<b>9º</b>	Avaliação de Impactos Ambientais e Manejo de Bacias hidrográficas	40			
	Controle de Qualidade e Pós-Colheita de Produtos Agropecuários	40			
	Fitotecnia III (algodão e café)	40			
	Trabalho de Conclusão de Curso II	40			
	Estágio Supervisionado I		90		
	Olericultura Geral	60			
	Empreendedorismo e Projeto Profissional	30			
	Armazenamento de Grãos	40			
		50			
	Atividades de Complementação Profissional IX	20			
	Práticas de Extensão Universitária VIII	10	50		
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>340</b>	<b>140</b>	<b>480</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH prática</b>	<b>CHT</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>
<b>10º</b>	Fruticultura	60			





Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal	50			
Trabalho de Conclusão de Curso III	20			
Estágio Supervisionado II		90		
Paisagismo de Parques e Jardins e Floricultura	40			
	40			
Comercialização Agrícola, Marketing e Agronegócio	40			
Optativa	20			
Práticas de Extensão Universitária IX	10	50		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>240</b>	<b>140</b>	<b>380</b>	

### DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplinas	C.H.
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	20
Tópicos Especiais em Agronomia	20
Direitos Humanos	20
Agronegócio Digital	20
Direito Agrário	20
Direito Ambiental	20

### DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
DESCRIÇÃO	Horas	% CH Total
Estágio Supervisionado	180	5%
Atividades de Complementação Profissional	180	5%
Práticas de Extensão	470	12%
Carga Horária – Teórica	2550	65%
Carga Horária - Prática	440	11%
Práticas Interdisciplinares	80	2%
<b>C.H TOTAL DO CURSO</b>	<b>3900</b>	<b>100%</b>

Em cada disciplina presente na matriz curricular, teremos 70% de aulas no tempo escola, 20% de aulas síncronas em AVA, como mediações didáticas, em atenção à PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 que Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por





Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; e, 10% da carga horária em alternância em atenção Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, que considera como tempo presencial.

#### 4.8 CONTEÚDOS CURRICULARES

No que concerne aos conteúdos curriculares, o NDE estabeleceu como parâmetro o atendimento às DCN's para o curso e o Contexto Educacional em que se estabelece a IES, a inserção regional do curso e o conhecimento dos professores do curso que buscaram inovar e constituir expectativas de atendimento ao que preconizam os objetivos traçados para o curso e o perfil do egresso.

- A carga horária do curso é de 4.670 horas (Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006);
- Libras está sendo oferecida como disciplina optativa conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005);
- O tempo mínimo de integralização é de 10 semestres (5 anos) conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007;
- Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido na DCN do curso conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006;
- O estágio supervisionado com 180 horas, e as Atividades Complementares com 200 horas;
- De acordo com a DCN do Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório, e está previsto neste PPC e aplicado ao curso;
- Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado nas disciplinas de Língua Portuguesa; Relações Étnico-Raciais; e nas atividades complementares.
- As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas nas disciplinas de Agroecologia e Educação Ambiental e Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade;



- Atende à Resolução CNE N° 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em todo curso, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Sociologia Rural e Direitos Humanos.
- A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso atende a Resolução CNE/CES n° 3 de 02 de julho de 2007, sendo utilizado a hora relógio de 60 minutos.
- As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018 estão presentes no transcurso dos semestres letivos do curso no componente curricular de Práticas de Extensão totalizando 470 horas o que representa mais de 10% do total da carga horária do curso para sua integralização.
- Resolução CNE/CP n° 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, que considera como tempo presencial.

#### **4.8.1 Conteúdos curriculares: desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando a atualização da área do curso**

Ao estabelecer o perfil do egresso do curso como um profissional generalista, com capacidade técnica para atuar nos mais diversos tipos de organizações públicas e privadas, sempre com anseios voltados à gestão e à ética, o NDE buscou a partir dos núcleos e eixos formativos já delineados em capítulos anteriores deste PPC determinar todos os conteúdos passíveis de constituir as ementas de modo que os planos de ensino contemplem o ementário como um todo e possam diversificar ou ampliar os conhecimentos.

Neste sentido, ao invés de descrever de maneira minuciosa cada um dos componentes curriculares, o NDE estabeleceu os conteúdos curriculares de maneira mais global, de modo que os professores possam construir conteúdos programáticos menos engessados, mas sempre atentos ao cumprimento do ementário.

Essa prerrogativa é essencial para a construção de conteúdos curriculares novos, ou seja, aqueles que se fazem a partir da atualização da área do curso, pois ao possuir uma ementa (conteúdo curricular) menos descritivo e mais global, o professor tem a possibilidade de ampliar os conhecimentos sempre que necessário.

O perfil generalista do egresso, bem como os anseios sociais e éticos estão inseridos em várias ementas que vão acompanhando conteúdos básicos e específicos.





Destaque também para as Práticas Interdisciplinares que podem mudar os seus temas há qualquer tempo, e, portanto, poderão também atender às atualizações na área, bem como melhorar ainda mais a configuração do perfil do egresso do curso.

#### **4.8.2 Conteúdos curriculares: adequação das cargas horárias e das bibliografias**

No que diz respeito às cargas horárias, o NDE teve o cuidado de compor os conteúdos curriculares e adequar a estrutura curricular conforme as suas necessidades e as Diretrizes Curriculares do Curso.

No que diz respeito às bibliografias, o NDE reuniu-se e adequou as bibliografias considerando como base o mínimo de 3 títulos da bibliografia básica e 5 da complementar. Fez-se tal expectativa levando em consideração a disponibilidade das editoras na plataforma digital.

Foram alinhados clássicos da literatura e títulos capazes de ampliar os horizontes de conhecimentos dos alunos.

Vale destacar que todas as expectativas estão disponíveis em um relatório que aponta a justificativa de escolha de cada um dos livros para os conteúdos curriculares do curso.

#### **4.8.3 Conteúdos curriculares: a acessibilidade metodológica**

No início de cada semestre letivo serão constituídos os Seminários Pedagógicos nos quais os professores poderão juntos construir seus planos de ensino a partir dos conteúdos curriculares disponibilizados no PPC.

Desse modo, para cada conteúdo será estabelecida a possibilidade de acesso para cada aluno que tenha algum tipo de necessidade especial, conforme segue:

a) Quando necessário, os professores poderão determinar o aprendizado a partir da gravação dos conteúdos curriculares para os alunos com limitações visuais (áudio), ou, ainda, a transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e o uso do software VOXI ou semelhante.

b) Para os alunos com deficiência auditiva, os conteúdos curriculares deverão ser considerados na perspectiva de um profissional tradutor de LIBRAS e/ou da transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e uso do VLIBRAS ou semelhante.

c) Para os alunos com algum tipo necessidade especial deverá ser imediatamente acionado o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, de modo a constituir programas de conteúdos especiais para tais alunos, incluindo o reforço em férias etc.





Enfim, a cada semestre, professores deverão se reunir e, conforme as necessidades, determinar a aplicação dos conteúdos curriculares conforme as necessidades dos alunos.

#### **4.8.4 Conteúdos curriculares: os direitos humanos, relações étnico-raciais e a educação ambiental**

Além dos aspectos ligados as expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

**1) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.**

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

- a) Disciplina=> **Língua Portuguesa:** Será indicado aos professores que se utilizem de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados as relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
- b) Disciplina=> **Relações Étnico-Raciais:** Disciplina voltada para a temática.
- c) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional:** Todo o semestre é ofertados cursos que abordam o tema em questão.

Obs.\* Além dos nortes acima, vale destacar que a IES possui um Programa Institucional de Direitos Humanos e Inclusão que traz uma programação de ações voltadas ao debate, estudo e conscientização acerca das diversidades e das relações étnicas, há também o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social (VIDE PDI).





**2) Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.**

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

a) Disciplina=> **Língua Portuguesa**: Os docentes serão orientados a utilizarem textos e temas de redação voltados às questões ambientais, tudo com o objetivo que se possibilite a discussão e a sensibilização do aluno nos anseios da educação ambiental;

b) Disciplina=> **Agroecologia e Educação ambiental**: a disciplina em questão trata especificamente do tema preconizado pela legislação em tela.

c) Disciplina=> **Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável**: a disciplina visa tratar temas e conceitos da economia ecológica, movimentos globais e seus reflexos no ambiente.

d) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional**: Todo o semestre é ofertado cursos que abordam o tema em questão.

Obs.\* Além das possibilidades acima, a IES possui um Núcleo de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (Vide PDI) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

**3) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.**

a) Disciplina=> **Língua Portuguesa**: os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;

b) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional**: Todo o semestre é ofertado cursos que abordam o tema em questão.

Obs.\* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

**4.8.5 Conteúdos curriculares: conhecimentos inovadores**





Primeiramente, o NDE destaca que, atualmente, vive-se numa era tecnológica onde, muitas vezes, a concepção do termo inovação tem sido utilizada de forma enfática, incisiva e determinante, porém equivocada na prática diária, uma vez que tem sido concebida, corriqueiramente, somente como um produto ou equipamento.

Neste sentido, já na gênese do currículo o NDE preparou-o de modo que se possa atender às rápidas descobertas e práticas que surgem no dia a dia. Assim, disciplina como os Tópicos Especiais I e II já deve ser considerada inovadora ao passo que abrem para o curso a flexibilidade de poder inserir sistematicamente novos conhecimentos para os alunos sempre que são divulgados e comprovados na sua eficácia.

Outrossim, deve-se destacar conteúdos inovadores que não são da ordem comum dos cursos de Agronomia tradicionais no Brasil, como a disciplina Empreendedorismo e Projeto Profissional que visa oportunizar aos alunos em todos os cursos de graduação da Faculdade EFAN as perspectivas de uso diverso da sua profissão e dos conhecimentos adquiridos na Faculdade.

Destaque-se também a disciplina Práticas Interdisciplinares que trarão uma riqueza de expectativas de conhecimentos prático-teóricos sobre a Agronomia.

Além desses conteúdos acima, o curso traz para o aluno a possibilidade de estudar conhecimentos que não são comuns em cursos de Agronomia (VIDE DISCIPLINAS OPTATIVAS).

Por fim, vale destacar o cuidado na perspectiva da tecnologia que nos leva a repensar a inerente capacidade do ser humano em buscar inovações capazes de transformar seu cotidiano, visando uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal. Dessa forma, o engenheiro agrônomo não deve buscar apenas se adequar ao surgimento de novos equipamentos e técnicas, mas de novas mudanças sociais que ocorrem com uma velocidade nunca antes vista.

#### **4.8.6 Conteúdos curriculares: as ementas e bibliografias do curso**

### **1º SEMESTRE**

#### **INTRODUÇÃO A AGRONOMIA**

##### **EMENTA:**

Projeto político pedagógico do curso de Agronomia. Regulamentação do exercício profissional e mercado de trabalho. Evolução da agricultura. Fatores e sistemas de produção agropecuária.





Empreendedorismo e economia rural. Industrialização e comercialização. Pesquisa e extensão na agropecuária.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARIEIRA, Jailson de. Oliveira. **Fundamentos do agronegócio**. Indaial: Uniasselvi, 2017. (BV CURADORIA)

ALFARO, Adriane Theodoro Santos;... [et al.]. **Agronomia: elo da cadeia produtiva. V. 1**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. (BV CURADORIA)

RAMOS, Soares Raquel. **Fundamentos da agricultura**. Indaial: Uniasselvi, 2021. (BV CURADORIA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

LEMKE, Stella;...[et al.]. **Produção e Industrialização de Alimentos**. Cuiabá: UFMT, 2013. (BV CURADORIA)

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (BV CURADORIA)

SCHULTZ, Glauco;...[et al.]. **Políticas públicas e privadas e competitividade das cadeias produtivas agroindustriais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (BV CURADORIA)

WAGNER, Saionara Araújo;...[et al.]. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (BV CURADORIA)

SILVA, R. C. D. **Planejamento e Projeto Agropecuário**. São Paulo: Editora Érica, 2015. (BV-SARAIVA)

**Introdução à agronomia**, ABBOULD, Antonio Carlos de Souza, ed, intercienca , 2013 (FÍSICO)

#### **METODOLOGIA CIENTÍFICA**

##### **EMENTA:**

Fundamentos da metodologia científica. As diferentes formas de conhecimento. O conhecimento científico. Métodos. O processo de pesquisa. O pré-projeto e o projeto de pesquisa. Experimento. Tipos de publicações científicas. Trabalho de Curso (TCC), Ética no trabalho científico.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**





LOSE, Alicia Duhá. **Metodologia do trabalho científico**. Salvador: UFBA, 2019. (BV CURADORIA)

SILVA, Douglas Fernandes da; ... [et al.]. **Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo : Blucher Open Access, 2020. (BV CURADORIA)

LISE, Fernanda;... [et al.]. **Etapas da construção científica: da curiosidade acadêmica à publicação dos resultados**. Pelotas: UFPel , 2018. (BV CURADORIA)

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. **Introdução à pesquisa**: contribuições para o projeto de pesquisa e monografia de graduação e pós-graduação na sociedade de classes. Goiânia: Phillos, 2019. (BV CURADORIA)

MORAES, Maria Laura Brenner de. **Metodologia de Pesquisa Técnica e Científica**. Cuiabá: UFMT, 2015. (BV CURADORIA)

ZAMBELLO, Aline Vanessa;... [et al.]. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. (BV CURADORIA)

PRODANOV, Cleber Cristiano;... [et al.]. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. (BV CURADORIA)

FRANZIN, Sergio Francisco Loss. **Orientação para prática profissional e pesquisa**. Cuiabá: UFMT, 2015. (BV CURADORIA)

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas, 2018 (FÍSICO)

### **MATEMÁTICA BÁSICA**

#### **EMENTA**

Revisar e aprofundar conceitos básicos de matemática do Ensino Fundamental e Médio, proporcionando ao aluno um melhor aproveitamento do seu curso.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

COSTA, Kiara Lima. LIMA, Diego Ponciano de Oliveira; VERAS, Darlan Portela. **Matemática básica 1**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2017. (BV CURADORIA)

SOUSA, Fernando Luis Vieira de. **Matemática básica I**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2011. (BV CURADORIA)



FERREIRA, Guttenberg Sergistótanos Santos. **Matemática básica II**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2018. (BV CURADORIA)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

SHITSUKA, C. D. W. M.; SHITSUKA, D. M.; ROCCA, J. E.; SHITSUKA, R. I. C. M.; SHITSUKA, R. **Matemática Aplicada**. São Paulo: Editora Érica, 2017. (BV SARAIVA)

MACEDO, Marcos Antônio de. **Matemática discreta**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. (BV CURADORIA)

DOMINGUES, H.; IEZZI, G. **Álgebra Moderna**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (BV SARAIVA)

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (BV SARAIVA)

NOBREGA, Pedro do Nascimento. **Equações diferenciais**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 1. (BV CURADORIA)

IEZZI, Gelson; *et al.* **Matemática** - Volume único. Editora: Atual, 2015 (FÍSICA)

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática Básica para Cursos Superiores**, Editora: ATLAS, 2018. (FÍSICA)

**BIOLOGIA CELULAR**

**EMENTA:**

Estudo da diversidade celular e da organização da célula procariota e eucariota. Biogênese de estruturas subcelulares. Aspectos morfológicos, bioquímicos e funcionais da célula, de seus revestimentos, compartimentos e componentes sub-celulares. Inter-relação morfofuncional dos componentes celulares. Perspectivas atuais de investigação científica em biologia celular A organização geral dos vírus. Biomoléculas. Membranas Biológicas. Transporte através de membranas. Processos de divisão celular que garantem o crescimento, desenvolvimento e perpetuação da espécie.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BOUZON, Zenilda Laurita. **Biologia celular**. Florianópolis: UFSC, 2016. (BV CURADORIA)

ARAGÃO, Maria Erivalda Farias de. **Biologia celular**. Fortaleza: EdUECE, 2018. (BV CURADORIA)

FERNANDES, Marcos Gino;... [*et al.*]. **Práticas de biologia celular**. Dourados: UFGD, 2017. (BV CURADORIA)



### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ROCHA, Marla Piumbini;... [et al.]. **Atividades práticas em biologia celular**. Pelotas : Ed. UFPel, 2018. (BV CURADORIA)

BARONEZA, José Eduardo;... [et al.]. **Atividades práticas em biologia celular**. Fortaleza: Edições UFC, 2019. (BV CURADORIA)

SILVA, Douglas Fernandes; ... [et al.]. **Manual teórico e prático de histologia**. São Paulo: Blucher Open Acess, 2019. (BV CURADORIA)

MONTANARI, Tatiana. **Embriologia: Texto, atlas e roteiro de aulas práticas**. Porto Alegre: Edição do autor, 2013. (BV CURADORIA)

GOMES, Marcos de Lucca M.; ... [et al.]. **Práticas de Histologia Básica e Embriologia**. São Mateus: UFES, 2016. (BV CURADORIA)

JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. **Histologia Básica - Texto e Atlas**. 14ª ed. Gen, 2023. (FÍSICO)

ALBERTS, Bruce. **Fundamentos da Biologia Celular**. Editora: Artmed Editora Ltda., capa mole em português, 2017 (FÍSICO)

### **AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

#### **EMENTA:**

Histórico da agricultura sustentável. A Agroecologia histórico e princípios. Referencial Teórico da Agroecologia. Rumos e desafios da Agroecologia. Ecossistemas naturais e Agroecossistemas, conceitos, princípios e cultivos múltiplos. Os serviços da biodiversidade nos agroecossistemas. Princípios básicos de agroecossistema sustentável. Agroecologia base social - Agricultura familiar e camponesa- categorias e caracterizações. Agricultura Convencional versus Agroecologia. A modernização conservadora da agricultura. Problemas ambientais, perda da biodiversidade e poluição. Impactos socioambientais no cerrado. Agrotóxicos, justiça social e ambiental. Desenvolvimento Local Sustentável. Políticas públicas: PNATER; PNAE, PAA, PNAPO, PRONACAMPO. Planos e Programas regionais desenvolvidos na perspectiva agroecológica. Manejo em Agroecossistemas em bases Agroecológicas.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

NASCIMENTO, Alexsandra Sousa. **Agroecologia**. São Luís: IFMA, 2014. (BV CURADORIA)



FILIPPIM, Eliane Salete; ... [et al.]. **A aprendizagem para a sustentabilidade na trajetória de vida.** Joaçaba: Unoesc, 2017. (BV CURADORIA)

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de;...[et al.]. **Agrotóxicos e agroecologia: enfrentamentos científicos.** Anápolis: UEG, 2019. (BV CURADORIA)

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

PACHECO, Juliana Thaisa Rodrigues; ... [et al.]. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. V. 1.** Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

GONÇALVES, Alicia Ferreira; ... [et al.]. **Do desenvolvimento à sustentabilidade : políticas socioambientais e experiências comunitárias.** João Pessoa: UFPB, 2019. (BV CURADORIA)

FARIA FILHO, José Rodrigues de; ... [et al.]. **Educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: contribuições para o ensino de graduação.** Niteroi: Eduff, 2019. (BV CURADORIA)

AGUILERA, Jorge González;... [et al.]. **Enfoque interdisciplinar na educação ambiental.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr; ... [et al.]. **Fundamentos em gestão ambiental.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. (BV CURADORIA)

OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de; ... [et al.]. **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade.** Caxias do Sul, RS : Educs, 2017. (BV CURADORIA)

BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. **Gestão Ambiental.** São Paulo: Editora Érica, 2017. (BV-SARAIVA)

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia – contribuição para um mundo com alimentos sem veneno,** ED. Expressão Popular. (FÍSICO)

### **BOTÂNICA**

#### **EMENTA:**

Estudo da célula vegetal com ênfase à parede celular. A histologia vegetal e suas relações com desenvolvimento da planta. Classificação, evolução, biologia, formas de vida, estrutura e função dos diferentes grupos vegetais. Estudo dos aspectos envolvidos com a reprodução sexuada dos vegetais Angiospermas: polinização e fecundação.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**





ANDRESSA. **Botânica I**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)

HENRIQUE, Anaíze Borges. **Botânica 1. v.1**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008. (BV CURADORIA)

RIZZINI, Cecília Maria. **Botânica II. v. 1**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008. (BV CURADORIA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

LEMONS, Jesus Rodrigues. **Morfologia e anatomia vegetal: uma abordagem prática**. Teresina: EDUFPI, 2022. (BV CURADORIA)

PEREIRA, Roberta Andressa. **Diversidade de fanerógamos**. Indaial: Uniasselvi, 2020. (BV CURADORIA)

SARTORI, Valdirene Camatti;...[*et al.*]. **Plantas Alimentícias Não Convencionais**. Caxias do Sul: Educs, 2020. (BV CURADORIA)

RAMOS, Soares Raquel. **Fundamentos da agricultura**. Indaial: Uniasselvi, 2021. (BV CURADORIA)

GHODDOSI, Sheila Mafra. **Revegetação e fitorremediação**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)

MORAES, Maria Helena; SANO, Paulo Takeo; GUIMARÃES, Katia Cylene. **"Introdução à Botânica"**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (FÍSICO)

SOUZA, Vinicius C. e LORENZI, Harri. **Botânica Sistemática** 4ª edição, ed. Plantarum, 2019. (FÍSICO)

#### **LÍNGUA PORTUGUESA**

##### **EMENTA:**

A Língua Portuguesa como fonte de comunicação oral e escrita. A linguagem falada e escrita, em seus diversos níveis de linguagem, proporcionando habilidades linguísticas de produção textual oral e escrita. Variedade linguística. Concepções e estratégias de leitura. O processo de produção textual. Diversidade dos gêneros textuais. Aspectos linguístico-gramaticais aplicados aos textos. A argumentação nos textos orais e escritos.

Os gêneros textuais da esfera acadêmica. Redação oficial.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**





MARTINO, A.; LENZA, P. **Português Esquematizado**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (BV SARAIVA)

SQUARISI, D. **50 Dicas para o Uso da Concordância Verbal e Nominal**. São Paulo: Saraiva, 2021. (BV SARAIVA)

TERRA, E. **Leitura e Escrita na era Digital**. São Paulo: Saraiva, 2021. (BV SARAIVA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

TERRA, E. **Práticas de Leitura e Escrita**. São Paulo: Saraiva, 2019. (BV SARAIVA)

TERCIOTTI, S. H. **Português na Prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (BV SARAIVA)

AZEVEDO, R. **Português**. São Paulo: Saraiva, 2016. (BV SARAIVA)

NADOLSKIS, H. **Normas de Comunicação em Língua Portuguesa**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (BV SARAIVA)

RICINO, E. R.; TERCIOTTI, S. H. **Redação na Prática**. São Paulo: Saraiva, 2012. (BV SARAIVA)

KOCH, I. G. V., & ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2015 (FÍSICO)

#### **PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES I**

##### **EMENTA:**

O componente curricular Prática Interdisciplinar é estabelecido com o objetivo de proporcionar o diálogo entre os conhecimentos e as disciplinas, afinal o aluno precisa movimentar vários saberes para poder compô-lo. Além disso, a partir do vínculo teoria-prática, o trabalho visa aproximar o aluno desde o início de sua graduação e em vários momentos do percurso formativo, da realidade social, econômica e jurídica da qual faz parte e na qual poderá exercer a sua profissão. Dessa forma, neste semestre, em grupos de 5 a 10 alunos, será constituído e executado um projeto de pesquisa a partir do tema: **O Planejamento de carreira do profissional da Agronomia na sua região de inserção.**

Sob orientação de um professor da área agrônômica, os alunos irão a campo investigar, entrevistar e conhecer os profissionais em Agronomia da sua região de inserção e as suas possibilidades de carreira.

Deverão ser envolvidas no trabalho atividades de base teórica, discussões e sistematização de reflexões sobre o tema, resultando em um trabalho que envolverá os seguintes conteúdos:



Introdução à Universidade. Introdução ao Curso. Técnicas de Elaboração de Projeto. Conhecendo a profissão. O Agrônomo da Região de Inserção da EFAN e suas áreas de atuação.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

SOUZA, Júlio Cesar Lopes de. **Gestão de carreiras**. Indaial: Uniasselvi, 2020. (BV CURADORIA)

MARTINS, Daniele de Lourdes Curto da Costa. **Desenvolvimento gerencial e liderança**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)

COSTA, Daniele de Lourdes Curto da. **Gestão por competência e do conhecimento**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Brasília: MTE, 2010. (BV CURADORIA)

REIF, Estelamaris;... [et al.]. **Rotinas de Pessoal**. Indaial: Uniasselvi, 2020. (BV CURADORIA)

PEZZI, Cíntia Regina;...[et al.]. **Práticas de Recursos Humanos**. Curitiba: IFPR, 2013. (BV CURADORIA)

COSTA, Jorge André Santos da;... [et al.]. **Processos de recursos humanos**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)

FARBER, Suzana Gauche. **Tendências em recursos humanos**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)

**ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL I****EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

## Regulamento dos Cursos de Graduação

### 2º SEMESTRE

#### FÍSICA BÁSICA

##### EMENTA:

Introdução: Grandezas Físicas, Representação Vetorial, Sistemas de Unidades. Movimento e Dinâmica da Partícula. Trabalho e Energia. Momento Linear. Cinemática, Dinâmica das Rotações e Equilíbrio Estático.

##### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Leonardo Luiz e. **Física para Ciências Agrárias e Ambientais**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019. (BV CURADORIA)

CORRADI, Wagner;...[et al.]. **Fundamentos de Física I**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2019. (BV CURADORIA)

CORRADI, Wagner;...[et al.]. **Fundamentos de Física III**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2019. (BV CURADORIA)

##### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Alexandre Leite dos;...[et al.]. **Ensino de Física: experiências, pesquisas e reflexões**. Teresina: EDUFPI, 2019. (BV CURADORIA)

ALMEIDA , Maria Antonieta T. **Introdução às ciências físicas 1. v.2**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2016. (BV CURADORIA)

COTTA, Tathiana Moreira. **Introdução a física experimental**. Manaus: Editora UEA, 2019. (BV CURADORIA)

CUNHA, André Felipe Vieira da. **Física Aplicada**. Recife: IFPE, 2016. (BV CURADORIA)

BARROS, Marina Valentim;...[et al.]. **Física, Termodinâmica, Ondas e Ótica**. Belo Horizonte: edição dos autores, 2016. (BV CURADORIA)

SOUZA, Carlos Farina de. **Física 1A**. v.2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. (BV CURADORIA)

#### ESTATÍSTICA BÁSICA





Ementa: Estatística descritiva. Conjuntos e probabilidade. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade. Distribuições especiais de variáveis aleatórias discretas e contínuas. Teoria da amostragem. Teoria da estimação. Teste de hipóteses. Regressão linear e correlação.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FARIAS, Ana Maria Lima de. **Probabilidade e estatística**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. (BV CURADORIA)

MILAN, Luis Aparecido. **Estatística Aplicada**: São Carlos: UFSCar, 2014. (BV CURADORIA)

SALSA, Ivone da Silva; MOREIRA, Jeanete A. **Probabilidade e estatística**. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2014. (BV CURADORIA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALVES, Vilmar dos Santos. **Estatística Aplicada**. Cuiabá: UFMT, 2014. (BV CURADORIA)

FERREIRA, Paulo Maia. **Estatística e probabilidade**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. (BV CURADORIA)

SILVA, Jorge Luiz de Castro e; FERNANDES, Maria Wilda; ALMEIDA, Rosa Livia Freitas de. **Estatística e probabilidade**. 3 ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. (BV CURADORIA)

SILVA, Jorge Luiz de Castro e;...[et al.]. **Estatística e Probabilidade**. Fortaleza: EdUECE, 2015. (BV CURADORIA)

OLIVEIRA, José Sérgio Casé de. **Estatística aplicada às ciências sociais aplicadas II**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. (BV CURADORIA)

COSTA, Paulo Roberto da. **Estatística**. Santa Maria: UFSM, 2011. (BV CURADORIA)

MURTEIRA, Bento. **Introdução à Estatística - 4ª Edição**, Ed. Escolar Editora, 2023. (FISICO)

### **ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **EMENTA:**

Ética e Exercício Profissional; Doutrinas Éticas Fundamentais; O sistema CONFEA/CREA/MUTUA; Leis, Decretos e Resoluções; Códigos de Ética do Engenheiro Agrônomo. Classificação da Responsabilidade Social. Relações Internacionais e





Responsabilidade Social. Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade nos Negócios. Práticas Socioambientais Estratégicas. Os problemas econômicos, sociais e ambientais; o dilema do desenvolvimento versus meio ambiente; o desafio para conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente. Conflitos socioambientais. Abordagem do conceito de sustentabilidade corporativa e de sistemas de indicadores de sustentabilidade

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

PACHECO, Juliana Thaisa Rodrigues; ... [et al.]. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. V. 1.** Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

GONÇALVES, Alicia Ferreira; ... [et al.]. **Do desenvolvimento à sustentabilidade: políticas socioambientais e experiências comunitárias.** João Pessoa: UFPB, 2019. (BV CURADORIA)

ANDRADE, Inacilma Rita Silva. **Ética geral e profissional.** Salvador: UFBA, 2017. (BV CURADORIA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARANTES, Elaine. **Ética e Cidadania.** Curitiba: IFPR, 2013. (BV CURADORIA)

ARANTES, Elaine Cristina. **Ética no Setor Público.** Curitiba: IFPR, 2012. (BV CURADORIA)

ASSMANN, Selvino José. **Filosofia e ética.** Florianópolis: UFSC, 2009. (BV CURADORIA)

ABEGÃO, Luís Henrique. **Métodos, ideologia e ética nas organizações:** volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. (BV CURADORIA)

GUIMARÃES, Bruno Almeida. **A ética desde Lacan:** implicações filosóficas da crítica ao sujeito autoconsciente. Ouro Preto: UFOP, 2015. (BV CURADORIA)

STEWART, James. **Cálculo,** Volume 1. 7ª edição. São Paulo, Cengage Learning, 2013 (FÍSICO)

#### **QUÍMICA GERAL**

#### **EMENTA**

Teoria Atômica e Estequiometria. Estrutura Eletrônica. Tabela Periódica. Ligação Química. Gases, sólidos e Líquidos. Soluções.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**





MENDES, Carmem Lucia de Oliveira. **Elementos de Química Geral. V. 1.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. (BV CURADORIA)

MENDES, Carmem Lucia de Oliveira. **Elementos de Química Geral. V. 2.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. (BV CURADORIA)

VOIGT, Carmen Lúcia;...[*et al.*]. **Princípios de Química.** Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

PAVANELLI, L. D. C. **Química Orgânica** . São Paulo: Editora Érica, 2014. (BV SARAIVA)

BARBOSA, G. P. **Química Analítica.** São Paulo: Editora Érica, 2014. (BV SARAIVA)

BARP, E.; SILVA, E. L. **Química Geral e Inorgânica.** São Paulo: Editora Érica, 2014. (BV SARAIVA)

SILVA, E. L. **Química Aplicada.** São Paulo: Editora Érica, 2014. (BV SARAIVA)

NOWACKI, C. D. C. B.; RANGEL, M. B. A. **Química Ambiental.** São Paulo: Editora Érica, 2014. (BV SARAIVA)

#### **GEOLOGIA E MINEROLOGIA DO SOLO**

##### **EMENTA:**

Rochas, minerais e intemperismo. Fatores e processos de formação do solo. Propriedades físicas, químicas e morfologia do solo. O perfil do solo. O solo na paisagem.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise do solo.** Embrapa Solos. Rio de Janeiro.1997. (BV CURADORIA)

SANTOS, Humberto Gonçalves dos;...[*et al.*]. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília: Embrapa, 2018. (BV CURADORIA)

FAQUIN, Valdemar. **Nutrição Mineral de Plantas.** Lavras: UFLA, 2019. (BV CURADORIA)

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

PEREIRA, Ana Maria Alves. **Geologia Ambiental.** Manaus: IFAM, 2014. (BV CURADORIA)



- LICCARDO, Antonio;...[et al.]. **Os minerais**: elementos da geodiversidade. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017. (BV CURADORIA)
- SILVA, Marcus Vinícius Chagas da. **Geologia Geral**. Fortaleza: EdUECE, 2015. (BV CURADORIA)
- REETZ, Harold F. **Fertilizantes e o seu uso eficiente**. São Paulo: ANDA, 2017. (BV CURADORIA)
- DAMASCENO, Giselle Chagas. **Geologia, mineração e meio ambiente**. Cruz das Almas: UFRB, 2017. (BV CURADORIA)
- MALAVOLTA, E. **Manual de Nutrição Mineral de Plantas**. 1. Ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2006. 638 p (FÍSICO)
- PIMENTEL, M. M. **Mineralogia**: Conceitos e aplicações. São Paulo: Oficdelina de Textos, 2015. (FÍSICO)
- SILVA, Narali Marques da, TADRA, Rafaela Marques s. **geologia e pedologia** – editora: InterSaberes- 2017. (FÍSICO)

## DISCIPLINA: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES II

### EMENTA:

O componente curricular Prática Interdisciplinar é estabelecido com o objetivo de proporcionar o diálogo entre os conhecimentos e as disciplinas, afinal o aluno precisa movimentar vários saberes para poder compô-lo. Além disso, a partir do vínculo teoria-prática, o trabalho visa aproximar o aluno desde o início de sua graduação e em vários momentos do percurso formativo, da realidade social, econômica e jurídica da qual faz parte e na qual poderá exercer a sua profissão. Dessa forma, neste semestre, em grupos de 5 a 10 alunos, será constituído e executado um projeto de pesquisa a partir do tema: **O Acesso à Agronomia na Região de Inserção da IES**

Sob orientação de um professor da área Agronômica, os alunos irão a campo investigar, entrevistar e conhecer as áreas da agrônoma.

Deverão ser envolvidas no trabalho atividades de base teórica, discussões e sistematização de reflexões sobre o tema.

Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da EFAN para outros cursos e para todos os períodos do Curso de Agronomia.



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARIEIRA, Jailson de. Oliveira **Fundamentos do agronegócio**. Indaial: Uniasselvi, 2017. (BV CURADORIA)

ALFARO, Adriane Theodoro Santos;... [et al.]. **Agronomia: elo da cadeia produtiva**. V. 1. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. (BV CURADORIA)

RAMOS, Soares Raquel. **Fundamentos da agricultura**. Indaial: Uniasselvi, 2021. (BV CURADORIA)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

LEMKE, Stella;...[et al.]. **Produção e Industrialização de Alimentos**. Cuiabá: UFMT, 2013. (BV CURADORIA)

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (BV CURADORIA)

SCHULTZ, Glauco;...[et al.]. **Políticas públicas e privadas e competitividade das cadeias produtivas agroindustriais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (BV CURADORIA)

WAGNER, Saionara Araújo;...[et al.]. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (BV CURADORIA)

**ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL II****EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

**PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)**



**EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

**3º SEMESTRE**

**NUTRIÇÃO MINERAL DE PLANTAS**

**EMENTA:**

Nutrientes minerais essenciais. Composição mineral das plantas. Cultivo de plantas em solução nutritiva. Absorção e transporte de nutrientes. Diagnóstico do estado nutricional das plantas. Nutrição foliar. Nutrição e qualidade de produtos agrícolas. Relação entre nutrição e fertilidade do solo. Função dos Nutrientes nas Plantas. Elementos benéficos e tóxicos. Adubação foliar.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FAQUIN, Valdemar. **Nutrição Mineral de Plantas**. Lavras: UFLA, 2015. (BV CURADORIA)

PAULILO, Maria Terezinha Silveira;...[et al.]. **Fisiologia Vegetal**. Florianópolis: UFSC, 2015. (BV CURADORIA)

MENDES, Roselita Maria de Souza. **Princípios de fisiologia vegetal**. Fortaleza: EdUECE, 2015. (BV CURADORIA)





#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COSTA, Alexandra Rosa da. **Nutrição mineral em plantas vasculares**. Évora: Universidade de Évora, 2014. (BV CURADORIA)

PEIXOTO, Clovis Pereira;...[*et al.*]. **Princípios de fisiologia vegetal: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Pod, 2020. (BV CURADORIA)

DIAS, João Paulo Tadeu;...[*et al.*]. **Usos e aplicações de reguladores vegetais**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2020. (BV CURADORIA)

TULLIO, Leonardo;... [ *et al.*]. **Características dos solos e sua interação com as plantas**. Ponta Grossa:Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

SILVA-MATOS, Rachel Salustriano da;... [ *et al.*]. **Desafios e perspectivas do plantio direto**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

#### **ANATOMIA VEGETAL**

##### **EMENTA:**

Célula Vegetal. Tecidos vegetais. Anatomia dos órgãos vegetativos e de reprodução das espermatófitas. Estágios primário e secundário do crescimento da planta. Técnicas de laboratório.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

RODRIGUES, Ana Cláudia. **Anatomia Vegetal**. Florianópolis: UFSC, 2015. (BV CURADORIA)

CORTEZ, Priscila Andressa. **Manual prático de morfologia e anatomia vegetal**. Ilhéus: Editus, 2016. (BV CURADORIA)

LEMOS, Jesus Rodrigues. **Morfologia e anatomia vegetal: uma abordagem prática**. Teresina: EDUFPI, 2022. (BV CURADORIA)

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARRUDA, Emília Cristina Pereira de. **Guia teórico-prático de anatomia vegetal: identificando células e tecidos**. Recife: UFPE, 2021. (BV CURADORIA)

DIAS, João Paulo Tadeu;... [ *et al.*]. **Usos e aplicações de reguladores vegetais**. Belo Horizonte : EdUEMG, 2020. (BV CURADORIA)





RUPPELT, Bettina Monika;...[*et al.*]. **Plantas medicinais**: conhecendo algumas espécies. Curitiba: UFPR, 2020. (BV CURADORIA)

ALMEIDA, Marcilio de;...[*et al.*]. **Morfologia do caule de plantas com sementes**. Piracicaba: USP, 2014. (BV CURADORIA)

## CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL

### EMENTA:

Números Reais e Funções de uma Variável. Limites e Continuidade. Cálculo Diferencial e Aplicações. Cálculo Integral e Aplicações. As funções Logaritmo e Exponencial. Aplicações de integrais definidas. Integral imprópria.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DA SILVA, Mario Olivero; ... [*et al.*]. **Cálculo III**. Volume único. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2016. (BV CURADORIA)

HORBACH, Jaqueline Luiza. **Cálculo diferencial e integral III**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)

MAGALHÃES, Celius Antonio. **Navegue por belas paisagens do cálculo**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019. (BV CURADORIA)

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VILCHES, Mauricio A. Cálculo. **Volume I**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. (BV CURADORIA)

VILCHES, Mauricio A. Cálculo. **Volume III**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. (BV CURADORIA)

VELLOSO JUNIOR, Walter Ferreira. **Cálculo é fácil**. Pirassununga: Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, 2020. (BV CURADORIA)

BIANCHINI, Waldecir. **Aprendendo Cálculo de Várias Variáveis**. V. I. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. (BV CURADORIA)

CARNEIRO, Carlos E. I. Prado; ... [*et al.*]. **Introdução elementar as técnicas do cálculo diferencial e integral**. São Paulo, USP-Instituto de Física, 2018. (BV CURADORIA)

## MICROBIOLOGIA

### EMENTA:





Caracterização e classificação dos micro-organismos. Nutrição e cultivo. Metabolismo microbiano. Ecologia microbiana. Controle de micro-organismos. Micro-organismos e Engenharia Genética. Técnicas de coleta, manipulação e análise de micro-organismos.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HOLANDA, Cecília Maria de Carvalho Xavier. **Manual de bacteriologia e de enteroparasitos**. Natal, RN : EDUFRN, 2017. (BV CURADORIA)

CEBALLOS, Beatriz Susana Ovruski de;... [et al.]. **Técnicas de microbiologia sanitária e ambiental**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. (BV CURADORIA)

REIS, Angela Adamski da Silva; SANTOS, Rodrigo da Silva. **Microbiologia básica**. Aparecida de Goiânia: Nasser, 2016. (BV CURADORIA)

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Módulo 5 :Tecnologias em Serviços de Saúde: descrição dos meios de cultura empregados nos exames microbiológicos. Brasília: Anvisa, 2013. (BV CURADORIA)

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Módulo 1: Biossegurança e Manutenção de Equipamentos em Laboratório de Microbiologia Clínica. Brasília: Anvisa, 2013. (BV CURADORIA)

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Módulo 2: Controle Externo da Qualidade. Brasília: Anvisa, 2013. (BV CURADORIA)

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Módulo 3 : Principais Síndromes Infecciosas. Brasília: Anvisa, 2013. (BV CURADORIA)

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Módulo 4 : Procedimentos Laboratoriais: da requisição do exame à análise microbiológica e laudo final. Brasília: Anvisa, 2013. (BV CURADORIA)



## SOCIOLOGIA RURAL, TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

### EMENTA:

O curso visa dar o embasamento geral sobre o tema das políticas públicas para a agricultura, ressaltando três aspectos: a) o tratamento dispensado à análise e à avaliação de políticas públicas por diferentes abordagens teórico-metodológicas envolvendo, inclusive, o processo comparativo de experiências internacionais; b) um exame dos procedimentos, mecanismos, instrumentos e metodologias empregados na formulação/análise de políticas públicas no setor rural, à luz das questões tratadas no âmbito das novas configurações da agricultura, da política macroeconômica e dos aspectos político-institucionais; c) uma seleção de temas e questões que informam a experiência concreta de contextos específicos de políticas para o meio rural, incluindo a análise histórica do processo de formulação, implementação, gestão e execução de políticas agrícolas e agrárias. Abordagem da sociologia como instrumento que permite analisar as ações que ocorrem em diferentes espaços sociais, com destaque às atividades rurais. O processo de modernização tecnológica e a formação e consolidação dos complexos agroindustriais, como também da noção de cadeias produtivas. Campesinato e agricultura familiar: conceituações, histórico de formação no Brasil e tendências modernas. Estudos da realidade regional e local. Os Direitos Humanos, seus fundamentos e construção. As políticas públicas de educação em direitos humanos.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIMONCIC, Flávio; GRIN, Mônica. **História e sociologia V.1**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. (BV CURADORIA)

LIMONCIC, Flávio; GRIN, Mônica. **História e sociologia V.2**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V. 2. (BV CURADORIA)

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de;...[et al.]. **A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano. V. 1**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

MACHADO, Maria Izabel;...[et al.]. **A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano. V. 2**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)





DYE, T. R.. Mapeamento os modelos de análise de políticas públicas. In Heidemann, F. G.; Salm, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Brasília: Editora UnB, 2005.

FARAH, M.F.S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. Revista de Administração pública, v. 50, n.6, p. 959-979, 2016.

FARIA, C.A.P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.51, fev., 2003.

FARIA, C.A.P.; MARQUES, E. Política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Edunesp, 2013.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, n. 21, jun., 2000.

## QUÍMICA ORGÂNICA

Ementa: Estrutura e propriedades do carbono; ligações químicas; grupos funcionais; nomenclatura dos compostos orgânicos; Alcanos: análise conformacional; forças intermoleculares; estereoquímica. Reações orgânicas: ácidos e bases, substituição, eliminação e adição.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Sônia Maria Oliveira. **Química orgânica I**. Fortaleza: EdUECE, 2015. (BV CURADORIA)

SILVEIRA, Ana Júlia. **Química Orgânica Teórica**. Belém: UFPA, 2015. (BV CURADORIA)

ZORNIO, Clarisse Fedosse. **Química Orgânica I**. Indaial: Uniasselvi, 2018. (BV CURADORIA)

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, Rodrigo. **Química VII**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012. (BV CURADORIA)

SILVA, Ivan dos Santos. **Abordagem física de compostos orgânicos**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

PINTO, Angelo C.;... [et al.]. **A química perto de você: experimentos de Química Orgânica**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2012. (BV CURADORIA)

MARCONDES, Maria Eunice Ribeiro;...[et al.]. **Química Orgânica: reflexões e propostas**. São Paulo: CPS, 2017. (BV CURADORIA)



PINTO, Angelo C.;...[*et al.*]. **A química perto de você: Experimentos de Química Orgânica.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2012. (BV CURADORIA)

### DISCIPLINA: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES III

#### EMENTA:

O componente curricular Prática Interdisciplinar é estabelecido com o objetivo de proporcionar o diálogo entre os conhecimentos e as disciplinas, afinal o aluno precisa movimentar vários saberes para poder compô-lo. Além disso, a partir do vínculo teoria-prática, o trabalho visa aproximar o aluno desde o início de sua graduação e em vários momentos do percurso formativo, da realidade social, econômica e jurídica da qual faz parte e na qual poderá exercer a sua profissão. Dessa forma, neste semestre, em grupos de 5 a 10 alunos, será constituído e executado um projeto de pesquisa a partir do tema: **Empreendedorismo na Área Agrônômica.** Sob orientação de um professor da área agrônômica, os alunos irão a campo pesquisar acerca das empresas de serviços jurídicas na região de inserção, buscando determinar a quantidade, a qualidade, as finanças, a sustentabilidade, os recursos humanos empregados etc.

Deverão ser envolvidas no trabalho atividades de base teórica, discussões e sistematização de reflexões sobre o tema.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIOVANELA, Adriana;... [*et al.*]. **Empreendedorismo.** Indaial: Uniasselvi, 2017. (BV CURADORIA)

MENDONÇA, Rosângela Míriam L. **O. Economia criativa: práticas para inovação e desenvolvimento.** Belo Horizonte: EdUEMG, 2019 (BV CURADORIA)

SANTOS, Renato Lima dos; SOUZA, Lady Day Pereira de. **Empreendedorismo.** Cuiabá: Instituto Federal do Rondônia, 2015. (BV CURADORIA)

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RUSSO, Suzana Leitão;... [*et al.*]. **Propriedade intelectual, tecnologias e empreendedorismo.** Aracaju: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2017. (BV CURADORIA)

MARCOVITCH, Jacques;... [*et al.*]. **Pioneirismo e educação empreendedora: projetos e iniciativas.** São Paulo: Com-Arte, 2018. (BV CURADORIA)



GITMAN, Lawrence J. ... [et al.]. **Introdução ao negócios**. Texas: OpenStax, 2018. (BV CURADORIA)

ABREU, Antonio Jorlan Soares de;... [et al.]. **Mulheres empreendedoras: entre o batom ao planejamento estratégico**. São Luís: IFMA, 2019. (BV CURADORIA)

MASSENSINI, Ariana Ramos. **Empreendedorismo**. Cuiabá: UFMT, 2011. (BV CURADORIA)

### **ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL III**

#### **EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

### **PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)**

#### **EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do





curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

#### **4º SEMESTRE**

### **MORFOLOGIA VEGETAL**

Organização dos organismos fotossintetizantes não produtores de sementes (“criptógamas”): morfologia externa e interna, histórico de vida, relações evolutivas, importância econômica e ecológica.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CORTEZ, Priscila Andressa. **Manual prático de morfologia e anatomia vegetal**. Ilhéus: Editus, 2016. (BV CURADORIA)

LEMONS, Jesus Rodrigues. **Morfologia e anatomia vegetal: uma abordagem prática**. Teresina: EDUFPI, 2022. (BV CURADORIA)

RODRIGUES, Ana Cláudia. **Anatomia Vegetal**. Florianópolis: UFSC, 2015. (BV CURADORIA)

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALMEIDA, Marcílio de. **Morfologia da raiz de plantas com sementes**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2014. (BV CURADORIA)

ALMEIDA, Marcílio de. **Morfologia do caule de plantas com sementes**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2014. (BV CURADORIA)

SILVA, Regina Célia Viana Martins da;...[*et al.*]. **Noções morfológicas e taxonômicas para identificação botânica**. Brasília: Embrapa, 2014. (BV CURADORIA)

PAULILO, Maria Terezinha Silveira;...[*et al.*]. **Fisiologia Vegetal**. Florianópolis: UFSC, 2015. (BV CURADORIA)

MENDES, Roselita Maria de Souza;...[*et al.*]. **Princípios de fisiologia vegetal**. Fortaleza: EdUECE, 2015. (BV CURADORIA)

### **GENÉTICA**



**EMENTA:**

Bases físicas da herança. Bases químicas da herança. Processos de síntese e expressão gênica. Mutações e variações cromossômicas. Mecanismo de distribuição dos genes. Genética mendeliana. Extensões do mendelismo. Ligação gênica e mapeamento cromossômico. Noções de genética de populações e quantitativa.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- MAIA, Maria de Mascena Diniz;... [et al.]. **Genética geral para universitários**. Recife: EDUFRPE, 2015. (BV CURADORIA)
- BITNER-MATHÉ;...[et al.]. Blanche C. **Genética básica**. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010. (BV CURADORIA)
- PORTO, Valberto Barbosa. **Genética**. Fortaleza: EdUECE, 2015 (BV CURADORIA)
- GRIFFITHS, Anthony J. F. DOEBLEY, John Catherine Peichel, et al **“Introdução à Genética”** 12<sup>a</sup> ed., 768 p., 2022. (FÍSICO)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- MACHADO, Eleuza Rodrigues;...[et al.]. **As ciências biológicas e a construção de novos paradigmas de conhecimento**. V. 2. Ponta Grossa: Atena, 2020. (BV CURADORIA)
- FALEIRO, Fábio Gelape;...[et al.]. **Biotecnologia: estado da arte e aplicações na agropecuária**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2011. (BV CURADORIA)
- TROTT, Alexis. **Genética**. Indaial: Uniasselvi, 2019. (BV CURADORIA)
- DALLAGNOL, Leandro José;...[et al.]. **Resistência genética: de plantas a patógenos**. Pelotas: UFPel, 2018. (BV CURADORIA)
- TROTT, Alexis. **Genética**. Indaial: Uniasselvi, 2020. (BV CURADORIA)

**PEDOLOGIA**

**EMENTA:**

Composição geral do solo. Perfil de solo: horizontes e camadas. Mineralogia de solos. Fatores de formação de solos. Processos Pedogenéticos. Propriedades físicas e químicas dos solos. Sistema água-solo. Classificação dos solos. Manejo e conservação dos solos. Aplicações de estudos de solos no planejamento. Aulas práticas: Classificação expedita, perfil de solo, horizontes e camadas, propriedades morfológicas dos solos, análises de lâminas de solo e uso



de tensiômetros aplicados à análise de drenagem em diferentes materiais. Trabalho de Campo Curricular. Prática Laboratorial.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

SILVA, Narali Marques da, TADRA, Rafaela Marques s. **geologia e pedologia** – editora: InterSaberes- 2017. (FÍSICO)

PIMENTEL, M. M. **Mineralogia**: Conceitos e aplicações. São Paulo: Oficdelina de Textos, 2015. (FÍSICO)

LICCARDO, Antonio;...[*et al.*]. **Os minerais**: elementos da geodiversidade. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017. (BV CURADORIA)

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DAMASCENO, Giselle Chagas. **Geologia, mineração e meio ambiente**. Cruz das Almas: UFRB, 2017. (BV CURADORIA)

CARVALHO, Martha Lustosa;...[*et al.*]. **Guia prático de plantas de cobertura: aspectos filotécnicos e impactos sobre a saúde do solo**. Piracicaba: ESALQ-USP, 2022. (BV CURADORIA)

CONTE, Elaine Damiani;...[*et al.*]. **Boas práticas de manejo de solo, plantas daninhas e agricultura de precisão**. Caxias do Sul: Educs, 2016. (BV CURADORIA)

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise do solo**. Embrapa Solos. Rio de Janeiro.1997. (BV CURADORIA)

SANTOS, Humberto Gonçalves dos;...[*et al.*]. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: Embrapa, 2018. (BV CURADORIA)

### **DESENHO TECNICO, CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS**

#### **EMENTA:**

Desenho técnico. Normas técnicas brasileiras. Escalas. Desenho projetivo. Perspectiva isométrica. Vistas seccionais. Cotagem. Desenho técnico assistido por computador. Desenho arquitetônico. Projetos arquitetônicos de instalações e edificações para as mais diversas finalidades.

Tópicos especiais sobre materiais de construção utilizados nas instalações rurais. Tópicos especiais sobre projetos arquitetônicos para instalações rurais. Tópicos especiais sobre técnicas de construção das instalações rurais. Tipos de instalações rurais. Interpretar o desenho





arquitetônico, escolher os materiais, locar as obras e determinar as técnicas construtivas das instalações zootécnicas.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- ABNT. NBR-6118. **Cálculo e execução de obras de concreto armado.** (BV CURADORIA)
- SOUZA, Jorge Luiz Moretti de. **Manual de Construções rurais.** Curitiba: UFPR, 2017. (BV CURADORIA)
- VALLE, Ângela do;... [et al.]. **Estruturas das madeira.** Florianópolis: UFSC, 2017. (BV CURADORIA)
- GILSON, Jacinta Milanez. **Desenho técnico.** Indaial: Uniasselvi, 2018. (BV CURADORIA)
- BORNANCINI, José Carlos M. **Desenho Técnico Básico.** Porto Alegre: UFRGS, 2018. (BV CURADORIA)
- CHIOVETO, Arnaldo Taveira.; ... [et al.]. **Desenho Técnico para Engenharia.** Sinop: UNEMAT, 2016. (BV CURADORIA)
- ANTÔNIO, A.C., PERES, M.P., e IZIDORO, N. **Curso de Desenho Técnico e AutoCad.** São Paulo: Person, 2013. (FÍSICO)

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- GILSON, Jacinta Milanez. **Desenho técnico.** Indaial: Uniasselvi, 2018. (BV CURADORIA)
- BORNANCINI, José Carlos M. **Desenho Técnico Básico.** Porto Alegre: UFRGS, 2018. (BV CURADORIA)
- CHIOVETO, Arnaldo Taveira.; ... [et al.]. **Desenho Técnico para Engenharia.** Sinop: UNEMAT, 2016. (BV CURADORIA)
- ANTÔNIO, A.C., PERES, M.P., e IZIDORO, N. **Curso de Desenho Técnico e AutoCad.** São Paulo: Person, 2013. (FÍSICO)
- LARA, Luiz Alcides Mesquita. **Materiais de construção.** Ouro Preto : IFMG, 2013. (BV CURADORIA)
- SENAR. **Construções rurais:** cerca elétrica. Brasília: SENAR, 2017. (BV CURADORIA)
- SENAR. **Construções rurais:** soldagem. Brasília: SENAR, 2019. (BV CURADORIA)
- SENAR. **Construções rurais barragem subterrânea com lona plástica.** Brasília: SENAR, 2016. (BV CURADORIA)
- SENAR. **Construções rurais :** energia elétrica no meio rural. Brasília: SENAR, 2021. (BV CURADORIA)





CALIL JUNIOR, Carlito;... [et al.]. **Manual de projeto e construção de estruturas com peças roliças de madeira de reflorestamento**. São Carlos: USP, 2010. (BV CURADORIA)

## ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

### EMENTA:

A Empresa rural; O ambiente e os fatores que influem na renda agropecuária; Fatores de produção; As funções da administração. Fundamentos da economia rural. Teoria do desenvolvimento agrícola. Inovações tecnológicas na agricultura. Setor agrícola e mercado de trabalho. Análise das políticas agrícolas no Brasil. Política agrícola atual: critérios e perspectivas. Comercialização e política agrícola. Teoria econômica: oferta e demanda agrícola. Gestão ambiental e da qualidade. Custos da produção agropecuária. Mercados Futuros. A cultura da cooperação. Tipos de associações e cooperativas. Empreendimento coletivo. Observações sobre a organização de empreendimentos coletivos. Fatores importantes em empreendimentos coletivos: aglutinação, constituição, caracterização do grupo, viabilidade do negócio, estruturação de um empreendimento coletivo, orientação jurídica. Ambiente Social e Organizacional

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NICOLA, Paulo. **A lógica da economia rural**. Porto Alegre: Buqui, 2014. (BV CURADORIA)

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Economia Agrária**. volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECiERJ, 2015. (BV CURADORIA)

SENAR. **Administração da Empresa Rural**: ambiente interno. Brasília: SENAR, 2012. (BV CURADORIA)

JUNIOR, Rui Seabra Ferreira. **Agropecuária**: Administração e Organização - Editora Érica, 2019. (FÍSICO)

FARIAS, Cleuza Maria. **Cooperativismo**. Pelotas : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2013. (BV CURADORIA)

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. (BV CURADORIA)

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR





- VARGAS, Marco Antonio; LOOTTY, Mariana. **Análise microeconômica**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. V. 1. (BV CURADORIA)
- VARGAS, Marco Antonio; LOOTTY, Mariana. **Análise microeconômica**. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. V. 2. (BV CURADORIA)
- SILVA, Francisco G. da; MARTINELLI, Luís Alberto Saavedra. **Fundamentos da economia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. (BV CURADORIA)
- ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Introdução à Administração**. Santa Maria: UFSM, 2014. (BV CURADORIA)
- SOARES, Tânia Cristina Lemes. **Introdução à Administração**. Cuiabá, UFMT, 2015. (BV CURADORIA)
- SCHULTZ, Glauco. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. (BV CURADORIA)
- SIMON, A. T. *et al.* **Agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (BV- SARAIVA)
- ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Gestão estratégica de cooperativas**. Santa Maria, RS : Universidade Federal de Santa Maria, 2015. (BV CURADORIA)
- GOERCK, Caroline; ... [*et al.*]. **Aspectos sócio-históricos do cooperativismo e associativismo no Brasil e no Mundo**. Bagé: Editora Faith, 2020. (BV CURADORIA)

## DISCIPLINA: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES IV

### EMENTA:

O componente curricular Prática Interdisciplinar é estabelecido com o objetivo de proporcionar o diálogo entre os conhecimentos e as disciplinas, afinal o aluno precisa movimentar vários saberes para poder compô-lo. Além disso, a partir do vínculo teoria-prática, o trabalho visa aproximar o aluno desde o início de sua graduação e em vários momentos do percurso formativo, da realidade social, econômica e jurídica da qual faz parte e na qual poderá exercer a sua profissão.

Dessa forma, neste semestre, em grupos de 5 a 10 alunos, será constituído e executado um projeto de: **Cuidado e Desenvolvimento de Plantas**.

Sob orientação de um professor da área agrônômica, os alunos constituirão um projeto de pesquisa com o tema supracitado.

Deverão ser envolvidas no trabalho atividades de base teórica, discussões e sistematização de reflexões sobre o tema.





## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Martha Lustosa;...[*et al.*]. **Guia prático de plantas de cobertura: aspectos filotécnicos e impactos sobre a saúde do solo**. Piracicaba: ESALQ-USP, 2022. (BV CURADORIA)

RUPPELT, Bettina Monika;...[*et al.*]. **Plantas medicinais: conhecendo algumas espécies**. Curitiba: UFPR, 2020. (BV CURADORIA)

DIAS, João Paulo Tadeu;...[*et al.*]. **Usos e aplicações de reguladores vegetais**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2020. (BV CURADORIA)

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTE, Elaine Damiani;...[*et al.*]. **Boas práticas de manejo de solo, plantas daninhas e agricultura de precisão**. Caxias do Sul: Educs, 2016. (BV CURADORIA)

SILVA-MATOS, Raissa Rachel Salustriano da;...[*et al.*]. **Diversidade de plantas e evolução**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. (BV CURADORIA)

RODRIGUES, Ana Cláudia. **Anatomia Vegetal**. Florianópolis: UFSC, 2015. (BV CURADORIA)

CORTEZ, Priscila Andressa. **Manual prático de morfologia e anatomia vegetal**. Ilhéus: Editus, 2016. (BV CURADORIA)

LEMOS, Jesus Rodrigues. **Morfologia e anatomia vegetal: uma abordagem prática**. Teresina: EDUFPI, 2022. (BV CURADORIA)

## ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL IV

### EMENTA:

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Regulamento dos Cursos de Graduação

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Regulamento dos Cursos de Graduação



## **PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA III (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)**

### **EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

## **5º SEMESTRE**

### **BIOQUÍMICA**

#### **EMENTA:**

Introdução à bioquímica. Estrutura, classificação e função das estruturas bioquímicas: Carboidratos, Lipídeos, Aminoácidos, Peptídeos, Proteínas, Enzimas, Vitaminas, Coenzimas, Ácidos nucléicos. Metabolismo dos carboidratos. Metabolismo dos lipídeos. Metabolismo dos aminoácidos. Integração do metabolismo

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

**Bioquímica Aplicada.** São Paulo: Editora Érica, 2014. (BV- SARAIVA)





DALA-PAULA, Bruno Martins;...[*et al.*]. **Química & Bioquímica de alimentos**. Alfenas: UFLA, 2021. (BV CURADORIA)

MARQUES, Maria Risoleta Freire. **Bioquímica**. Florianópolis: UFSC, 2014. (BV CURADORIA)

POIAN, Andrea da; ... [*et al.*]. **Bioquímica II** v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012. (BV CURADORIA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

POIAN, Andrea da; ... [*et al.*]. **Bioquímica I** v. 1. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009. (BV CURADORIA)

POIAN, Andrea da; ... [*et al.*]. **Bioquímica I** v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010. (BV CURADORIA)

POIAN, Andrea da; ... [*et al.*]. **Bioquímica I** v. 3. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2010. (BV CURADORIA)

CORSINO, Joaquim. **Bioquímica**. Campo grande; UFMS, 2009. (BV CURADORIA)

BRASIL, Carla Cristina Bauermann; ... [*et al.*]. **Alimentos: toxicologia e microbiologia & química e bioquímica**. Ponta Grossa : Atena, 2022. (BV CURADORIA)

#### **NOÇÕES DE ANATOMIA E FISILOGIA ANIMAL**

##### **EMENTA:**

Anatomia e fisiologia dos aparelhos esquelético, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestivo, urinário, endócrino, reprodutivo, mamário e etologia dos animais domésticos.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MASSARI, Catia Helena de Almeida Lima;... [*et al.*]. **Anatomia cardíaca aplicada à medicina veterinária**. São Paulo: USP, 2019. (BV CURADORIA)

MELO, Ciro Uchoa de. **Anatomia dos animais domésticos**. Natal: UFRN, 2015. (BV CURADORIA)

SEBBEN, Antonio;... [*et al.*]. **Atlas fotográfico de anatomia comparada de vertebrados**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. (BV CURADORIA)

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**



LÓPEZ PLANA, Carlos;... [et al.]. **Atlas de anatomia seccional do cão**. Belém: UFRA, 2022. (BV CURADORIA)

LÓPEZ PLANA, Carlos;... [et al.]. **Atlas dos músculos do cão**. Belém: UFRA, 2018. (BV CURADORIA)

MAYOR APARICIO, Pedro;... [et al.]. **Atlas de Anatomia de Espécies Silvestres Amazônicas. Volume 1**. Belém: UFRA, 2021. (BV CURADORIA)

MAYOR APARICIO, Pedro;... [et al.]. **Atlas de Anatomia de Espécies Silvestres Amazônicas. Volume 2**. Belém: UFRA, 2021. (BV CURADORIA)

MAYOR APARICIO, Pedro;... [et al.]. **Atlas de Anatomia de Espécies Silvestres Amazônicas. Volume 3**. Belém: UFRA, 2021. (BV CURADORIA)

## **EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA**

### **EMENTA:**

Introdução á estatística experimental: Princípios básicos de experimentação; testes de significância: experimentos inteiramente casualizados com ênfase em agronomia: experimentos em blocos casualizados com ênfase em agronomia; experimentos agronômicos fatoriais; análise de grupos de experimentos; experimentos agronômicos em parcelas subdivididas e em faixas; o uso da regressão na análise de variância de experimentos agronômicos.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. N. Experimentação agrícola. Jaboticabal: Funep, 2006.

BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. N. Experimentação agrícola. Jaboticabal: Funep, 1989.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAMPOS, H. Estatística aplicada à experimentação com cana-de-açúcar. Piracicaba: FEALQ, 1984.

FERREIRA, P.V. Estatística experimental aplicada à agronomia. Maceió: Edufal, 2000.

PIMENTEL GOMES, F. A estatística moderna na pesquisa agropecuária. Piracicaba: Potafós, 1987.

PIMENTEL GOMES, F.; GARCIA, C. H. Estatística aplicada a experimentos agronômicos e florestais. Piracicaba: FEALQ, 2002.



SILVA, R. G. Manual de procedimentos em análises por quadrados mínimos. Jaboticabal, Funep, 1993.

## **CLIMATOLOGIA E METEOROLOGIA AGRÍCOLA**

### **EMENTA:**

Estudo da atmosfera. Elementos meteorológicos. Equipamentos e instrumentos meteorológicos. Aplicações da meteorologia e climatologia à produção agrícola. Estudo dos climas.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MOTA, F. S. Meteorologia Agrícola. São Paulo: Nobel, 1975.

OMETTO, J. C. Bioclimatologia Vegetal. Piracicaba: Ceres. 1981, 425 p.

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L.R. e SENTELHAS, P. C. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas. Guaíba: Agropecuária, 2002, 477 p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

REICHARDT, K. e TIMM, L. C. Solo, Planta e Atmosfera: conceitos, processos e aplicações. São Paulo: Manole, 2004, 478 p.

TUBELIS, A. A Chuva e a Produção Agrícola. São Paulo: Nobel, 1988, 85 p.

TUBELIS, A. e NASCIMENTO, F. J. L. Meteorologia Descritiva: fundamentos e aplicações brasileiras. São Paulo: Nobel, 1984, 374 p.

VAREJÃO-SILVA, M. A. Meteorologia e Climatologia. Brasília: INMET, 2002, 550 p. (INMET – Instituto Nacional de Meteorologia/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

VIANELLO, R. L. e ALVES, A. R. Meteorologia Básica e Aplicações. Viçosa: Imprensa Universitária UFV, 1991, 449 p.

## **HIDRÁULICA**

### **EMENTA:**

Conduitos Forçados. Instalações de Recalque. Conduitos Livres. Orifícios, Bocais e Vertedores. Golpe de Aríete.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**



AZEVEDO NETO, J. M. Manual de hidráulica, volumes 1 e 2. 8ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

PIMENTA, Carlito Flávio. Curso de hidráulica geral, vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1997.

SILVESTRE, Paschoal. Hidráulica geral. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2001.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAPTISTA, M. e LARA, M. Fundamentos de engenharia hidráulica. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LENCASTRE, A. Manual de hidráulica geral. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.

NEVES, Eurico Trindade. Curso de hidráulica. São Paulo: Globo S.A. 1998.

PORTO, R. M. Hidráulica básica, 3ª ed. São Carlos, EESC-USP, 2004.

#### **ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL V**

##### **EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

#### **PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IV (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)**

##### **EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga



horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

## **6º SEMESTRE**

### **FISIOLOGIA VEGETAL**

#### **EMENTA:**

Fotossíntese – conceitos e reação; fases fotoquímica e bioquímica e fatores que afetam o processo. Respiração – conceitos e reação; fases e fatores que afetam o processo respiratório; gliconeogênese. Relações Água-planta - estrutura e propriedades da água; a importância do sistema solo-planta-atmosfera na aquisição e perda de água pelas plantas; o mecanismo estomático. Nutrição Mineral - Importância e classificação dos minerais; como as plantas adquirem os minerais; funções dos elementos minerais e sintomas de deficiência. Crescimento e Desenvolvimento – conceitos; medidas do crescimento; curvas de crescimento; reguladores do crescimento e hormônios vegetais; fitocromo e fotomorfogênese; fotoperiodismo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

KERBAUY, G. B. Fisiologia Vegetal. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 472p, 2004.  
MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia Vegetal. Editora UFV, Viçosa, 451p. 2005.  
TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. Traduzido. Artmed, 4º edição, Porto Alegre. 2013.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BUCHANAN B. B. Biochemistry and Molecular Biology of Plants. Ed. Wiley.1408p, 2002.





FERREIRA, Luiz Gonzaga Rebouças. Fisiologia vegetal: relações hídricas. Fortaleza: EUFC, 1988. 138 p.

LEHNINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios de Bioquímica. Terceira edição, 1999.

PASSOS, Leônidas P. Métodos analíticos e laboratórios em fisiologia vegetal. Coronel Pacheco: EMBRAPA, 1996. 223 p.

RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN. Biologia Vegetal. Sexta edição. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro. 906p. 2001.

## FERTILIDADE DO SOLO, ADUBOS E ADUBAÇÕES

### EMENTA:

Conceito Atual. Leis da fertilidade e aplicação. Disponibilidade e Mobilidade dos Nutrientes no Solo. Função dos nutrientes na planta. Princípios de Diagnóstico Visual. Manejo da fertilidade: calagem e gessagem. Fósforo, Nitrogênio, Potássio, Enxofre, Micronutrientes, Elementos Não-Essenciais e Tóxicos. Amostragem de solos. Análise Química de Solo e Planta. Interpretação das análises e recomendação de adubação.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABEAS. Curso de Fertilidade e Manejo do Solo. Módulos 01 a 15. Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior. Brasília. 1996

ABEAS. Curso de Nutrição Mineral de Plantas. Módulos 3, 4 e 5. ESALQ/ABEAS. Brasília. 1997.

MALAVOLTA, E.; VITTI, G.C.; OLIVEIRA, S.A. Avaliação do estado nutricional plantas: princípios e aplicações. 2.ed. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1997. 319p.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CFSEMG. Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª Aproximação. RIBEIRO, A.C. *et al.* (Eds) Viçosa. 1999. 359p.

RAIJ, B.V. Fertilidade do solo e adubação. Ceres/Potafos, Piracicaba. 1991. 303 p.

SOUSA, D. M. G.; LOBATO, E. (Ed. técnicos) Cerrado: correção do solo e adubação. 2 ed. Brasília.

EMBRAPA. Informação tecnológica, 2004. 416 p.





VARGAS, M.A.T.; HUNGRIA, M. *Biologia dos solos dos cerrados*. EMBRAPA/CPAC, Planaltina. 1998. 524p.

## ENTOMOLOGIA GERAL

### EMENTA:

Caracterização, identificação e diversidade dos insetos. Morfologia externa e interna. Fisiologia. Reprodução e desenvolvimento. Ecologia. Taxonomia. Coleta, montagem e coleção de insetos.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMARGO, Amábilio José Aires de;... [et al.]. **Coleções entomológicas: legislação brasileira, coleta, curadoria e taxonomia para as principais ordens**. Brasília: Embrapa, 2015. (BV CURADORIA)

FARIAS, Paulo Roberto Silva. **Manual de Entomologia Geral**. Belém: UFRA, 2019. (BV CURADORIA)

SILVA, Clécio Danilo Dias da;... [et al.]. **Coletânea nacional sobre entomologia**. V. 3. Ponta Grossa: Atena, 2020. (BV CURADORIA)

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MESSIAS, Maria Conceição. **Vivendo com os insetos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011. (BV CURADORIA)

PENTEADO, Susete do Rocio Chiarello;...[et al.]. **Insetos florestais de importância quarentenária para o Brasil : guia para seu reconhecimento**. Brasília: Embrapa, 2019. (BV CURADORIA)

JASPER, Mônica;... [et al.]. **Coletânea nacional sobre entomologia**. V. 1. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

PEREIRA, Alexandre Igor Azevedo;... [et al.]. **Coletânea nacional sobre entomologia**. V. 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. (BV CURADORIA)

BENCHIMOL, Jaime L. ;... [et al.]. **Entomologia = Entomology**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (BV CURADORIA)

## FITOTECNIA I (MILHO E ARROZ)



**EMENTA:**

Conceitos básicos da importância e do manejo das culturas do milho, arroz. enfatizando os aspectos teóricos e práticos relacionados com a importância econômica, origem, taxonomia, genética e sistema reprodutivo, morfologia, ecofisiologia, manejo cultural, aspectos fitossanitários, colheita, armazenamento e principais métodos de melhoramento.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AZEVEDO NETO, J. M. Manual de hidráulica, volumes 1 e 2. 8ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

PIMENTA, Carlito Flávio. Curso de hidráulica geral, vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1997.

SILVESTRE, Paschoal. Hidráulica geral. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2001.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAPTISTA, M. e LARA, M. Fundamentos de engenharia hidráulica. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LENCASTRE, A. Manual de hidráulica geral. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.

NEVES, Eurico Trindade. Curso de hidráulica. São Paulo: Globo S.A. 1998.

PORTO, R. M. Hidráulica básica, 3ª ed. São Carlos, EESC-USP, 2004.

**CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA****EMENTA:**

Caracterização do solo, atributos físicos e dinâmica da água no solo. Solos x erosão, conservação da água e do solo, mecanismos, formas de erosão e tipos de erosão. Fatores que influenciam a erosão: erosividade, erodibilidade, topografia, cobertura vegetal e uso do solo. Práticas conservacionistas de controle de erosão. Terraceamento e locação de terraços. Dimensionamento de canais escoadouros, terraços e bacias de contenção. Modelos de perdas de solo e prevenção de perdas de solo em estradas rurais. Levantamento e planejamento conservacionista. Uso do solo, aptidão agrícola e classes de capacidade de uso da terra. Sistemas de produção agrosilvipastoris e sustentabilidade ambiental.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 4 ed. São Paulo : Ícone, 199. 355p.



PIRES, F.R. & SOUZA, C.M. de. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água. Viçosa: UFV, 2003. 176p.

PRUSKI, F. F. (Org.) Conservação de solo e água: Práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2009. 279p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

LEPSCH, I.F. Formação e Conservação de Solos. 1 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 180 p.

LIMA, J.M.; NÓBREGA, J.C.A.; MELLO, C.R. Controle da erosão no meio rural. 1 ed. Lavras: UFLAFAEPE, 2003. 85p.

LEPSCH, I. F. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso: 4ª aproximação. Campinas: SBCS, 1991. 175p.

MORAIS, J.L.; STAPE, J.L. Conservação e cultivo de solos para plantações florestais. 1 ed. Piracicaba: IPEP, 2002. 498p.

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K.J. Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras. 3 ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1995. 65p.

### **ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL VI**

#### **EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

### **PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA V (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)**



**EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

**7º SEMESTRE****MELHORAMENTO GENÉTICO DE PLANTAS E BIOTECNOLOGIA****EMENTA:**

Natureza, perspectivas e objetivos do melhoramento. Evolução das espécies cultivadas e reprodução de plantas cultivadas. Variabilidade genética e sua conservação. Noções de genética quantitativa. Base genética e métodos de melhoramento de espécies autógamas e alógamas. Melhoramento visando resistência a doenças, insetos e condições adversas. Biotecnologia no melhoramento de plantas. Avaliação, registro, proteção, lançamento e produção de sementes de variedades melhoradas. Importância da Biodiversidade para a Biotecnologia. Biotecnologia e a multidisciplinaridade. Tipos celulares de interesse em Biotecnologia (bactérias, fungos, parasitas, algas, células vegetais e animais). Metabólicos primários e secundários de interesse em biotecnologia. Tópicos de Engenharia Genética. Os Organismos Transgênicos, a clonagem e o papel da Biossegurança. A Bioética e a Biotecnologia. Atividades laboratoriais.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALLARD, R.W. **Princípios do melhoramento genético das plantas**. Traduzido por: BLUMENSCHUEB, A.; PATERNIANI, E.; GURGEL, J.T.A. & VENCOVSKI, R. São Paulo, editora Edgard Blücher Ltda., 1971. 381p.

BORÉM, A. **Melhoramento de espécies cultivadas**. Minas Gerais : ed. UFV, 1999. 817p.

BORÉM, A. **Melhoramento de plantas**. Viçosa, Editora UFV, 1997. 547p

MIRANDA, Jean Carlos;... [et al.]. **Biotecnologia ambiental e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019. (BV CURADORIA)

FALEIRO, Fábio Gelape;...[et al.]. **Biotecnologia: estado da arte e aplicações na agropecuária**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2011. (BV CURADORIA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BUENO, L.C.S.; MENDES, N.A.G. e CARVALHO, S. P. Melhoramento genético de plantas: princípios e procedimentos. Lavras, UFLA, 2001. 282p.

DESTRO, D. & MONTALVÁN, R. (Org.) Melhoramento genético de plantas. Londrina: UEL, 1999. 818p.

PINTO, R.J.B. Introdução ao melhoramento genético de plantas. 2ª Edição. Maringá, Editora da UEM, 2009. 351p.

RONZELLI JÚNIOR, P. Melhoramento genético de plantas. Curitiba, P. Ronzelli Jr., 1996. 219p.

TORRES, A. C.; CALDAS, L. S. e BUSO, J. A. Cultura de tecidos e transformação genética de plantas. Brasília: EMBRAPA, 1998. v.1. p.509.

PONTES, Altem Nascimento. **Multidisciplinaridade nas Ciências Ambientais: biotecnologia de alimentos e plantas e impactos ambientais das atividades agropecuárias**. Belém: EDUEPA, 2017. (BV CURADORIA)

SILVA, Benedito Rodrigues da;...[et al.]. **Principais grupos e aplicações biotecnológicas dos fungos**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. (BV CURADORIA)

#### **ZOOTECNIA GERAL E NUTRIÇÃO ANIMAL**

##### **EMENTA:**

Taxonomia zootécnica; Noções de bioclimatologia; Características dos Bos indicus e Bos taurus; Estudo das raças; Conceitos de manejo da reprodução; Conceitos na eficiência reprodutiva; Características dos bovinos de corte e de leite; Estudo do exterior das espécies; Estudo dos aprumos; Cronometria dentária; Pelagem dos animais domésticos; Julgamentos.





**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DOMINGUES, O. Introdução à Zootecnia. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1968. 329p.

DOMINGUES, O. Elementos de Zootecnia Tropical. São Paulo: Nobel, 1974. 143p.

DOMINGUES, O. O Zebu, sua reprodução e multiplicação dirigida. 4ª ed., São Paulo: Nobel, 1975. 188p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

HAFEZ, E. S. S. Adaptacion de los Animales Domésticos. Barcelona: Labor, 1973.

JARDIM, W. R. Bovinocultura. Campinas: IAC, 1971.

MARQUES, D. Criação de Bovinos. Belo Horizonte: UFMG, 1969.

MULLER, P. B. Bioclimatologia Aplicada aos Animais Domésticos. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1982.

PEREIRA, J. C. C. Melhoramento Genético Aplicado à Produção Animal. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

**FITOTECNIA II (FEIJÃO E SOJA)**

**EMENTA:**

Elementos básicos necessários para o desenvolvimento de atividades na área de olericultura, floricultura e plantas medicinais: importância, planejamento e implantação, propagação, nutrição mineral, adubação, tratamentos culturais e colheita

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FILGUEIRA, F.A.R. Novo manual de Olericultura: Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2005. 402p.

HARTMANN, H. I. *et al.* Plant Propagation: Principles and Practices. Sixth Ed. Prentice Hall do Brasil Ltda. 1977. 770p.

KÄMPF, A. N. Produção Comercial de Plantas Ornamentais. Guaíba: Agropecuária, 2000. 254p.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**





FILGUEIRA, F.A.R. ABC da olericultura: guia da pequena horta. São Paulo. Editora Agronômica Ceres. 1987. 164p.

FONTES, P.C.R. Olericultura: teoria e prática. Viçosa: UFV, 2005. 486p.

LORENZI, H., MATOS, F. J. A. Plantas Medicinais no Brasil: Nativas e Exóticas. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002. 544 p.

MATOS, F.J.A. Farmácias vivas, Fortaleza, CE, UFC, n.4, p. 80, 1991.

PASQUAL, M. Propagação de Plantas Ornamentais. Lavras: UFLA/FAEPE. 2004. 106 p.

## **FITOPATOLOGIA BÁSICA**

### **EMENTA:**

Histórico e importância da Fitopatologia. Agentes causais de doenças bióticas e abióticas. Sintomatologia e diagnose de plantas. Ciclo das relações patógeno-hospedeiro. Variabilidade genética em fitopatógenos. Fisiologia do parasitismo. Epidemiologia. Princípios gerais de controle. Classificação de doenças. Métodos de controle. Manejo e controle das principais doenças em: Grandes culturas, Olericultura, Fruticultura, Plantas medicinais e ornamentais. Patologia na pós-colheita (frutos e hortaliças). Patologia de sementes. Legislação fitossanitária. Toxicidade, segurança e tecnologia no uso de agrotóxicos. Receituário agrônomo.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AZEVEDO, J. L. de; MELO, I. S. de. Controle biológico. Jaguariúna: EMBRAPA, 1998.

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995.

BRASIL. Leis, etc.; PINTO, A. L. de T.; WINDT, M. C. V. dos S.; CÉSPEDES, L. Legislação de Agronomia ambiental. 2. ed São Paulo: Saraiva, 2009.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KIMATI, H. *et al.* Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. 4. ed. São Paulo. Agronômica Ceres, 2005.

MEDEIROS, Ê. C. de. Controle de pragas e doenças. Brasília, DF: SENAR, 1999. 76 p. (Coleção SENAR; Trabalhador na fruticultura básica; 3).

RIBEIRO DO VALE, F. *et al.* Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: editora Pefil, 2004.



ZAMBOLIM, L. Controle de doenças de plantas: fruteiras. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002. v. 1

ZAMBOLIM, L. Controle de doenças de plantas: fruteiras. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002. v. 2

## **TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO**

### **EMENTA:**

Ementa Forma e dimensões da terra. Estudo do relevo. Medições de ângulos e distâncias. Instrumentos de topografia. Planimetria e altimetria. Métodos de levantamento topográfico de baixa, média e alta precisão. Nivelamento geométrico, trigonométrico e taqueométrico. Cartas topográficas. Orientação magnética e verdadeira das cartas topográficas. Cálculo de áreas e volumes. Fundamentos de aerofotogrametria.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GONÇALVES, José Alberto; MADEIRA, Sérgio. **Topografia - Conceitos e Aplicações** 3ª Edição (Atual e Aumentada); Lisboa: LIDEL Edições Técnicas Ltda, 2012.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia** Série Tekne; Porto Alegre: Bookman, 2014.

CASACA, João Martins; MATOS, João Luis; DIAS, José Baio. **Topografia Geral** 4ª Edição; São Paulo: Grupo Gen - LTC, 2007.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BORGES, A. de C.; Topografia. São Paulo: Edgard Blucher, v.1.1995. 187p.

Apostila: PASTANA, C. E. T. Anotações de Aula, Unimar, 2008.

Apostila: BRONDALIZE, M. C. B. Apostila de Topografia, PUC/PR, 2010.

2004.ESPARTEL, Lelis. Curso de Topografia; Porto Alegre: Globo, 1978.

BORGES, Alberto de Campos.. Exercícios de Topografia.. 3.ed.. 0. São Paulo.. Edgard Blucher,. 1975.

## **PLANTAS DANINHAS E SEU MANEJO**

### **EMENTA:**





Ecofisiologia das plantas daninhas: identificação; mecanismos de reprodução, dormência e disseminação. Mecanismos de interferência. Métodos de manejo de plantas daninhas. Mecanismos de ação e resistência de plantas daninhas aos herbicidas. Absorção e translocação de herbicidas. Identificação de sintomas. Formulação dos herbicidas. Tecnologia de aplicação.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DEUBER, R. Ciência das plantas daninhas: fundamentos. Jaboticabal: R. Deuber, 1992.

DEUBER, R. Ciência das plantas infestantes: manejo. Campinas: R. Deuber, 1997.

KISSMANN, K.G. Plantas infestantes e nocivas. Volume 1. (2 ed. 1995)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KISSMANN, K.G. Plantas infestantes e nocivas. Volume 2. (2 ed. 1997)

KISSMANN, K.G. Plantas infestantes e nocivas. Volume 3. (2 ed. 1999)

SILVA, A.A. da.; SILVA, J.F. da. Tópicos em Manejo de Plantas Daninhas . Viçosa: Editora Saraiva, 2007. 367p.

MONQUEIRO, P.A. Aspectos da Biologia e Manejo das Plantas Daninhas. São Carlos: PiMa Editora, 2014. 430p.

ROMAN. E.S. *et al.* Como Funcionam os Herbicidas da Biologia à Aplicação. Passo Fundo: Editora Berthier, 2007. 160p

**ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL VII**

**EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Regulamento dos Cursos de Graduação



## **PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VI (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)**

### **EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

## **8º SEMESTRE**

### **IRRIGAÇÃO E DRENAGEM**

#### **EMENTA:**

Introdução ao estudo da irrigação. Demanda de água dos projetos. Planejamento da irrigação. Sistemas de irrigação. Irrigação por gravidade. Irrigação sob pressão. Manejo da água para irrigação. Introdução ao estudo da drenagem. Métodos de drenagem. Drenagem superficial. Noções de drenagem subterrânea.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BERNARDO, S; SOARES, A. A. Manual de irrigação. 8 ed. atual. ampl. Viçosa: Ed. UFV, 2009. 625 p.

BRANDÃO, V. S. Infiltração da água no solo. 3 ed. Viçosa: Ed. UFV, 2009. 120 p.



KLAR, A. E. Irrigação: frequência e quantidade de aplicação. São Paulo: Nobel, 1991. 156 p.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CARVALHO, J. A.; OLIVEIRA, L. F. C. Instalações de bombeamento para irrigação: hidráulica e consumo de energia. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2008. 353 p.

CAUDURO, F. A.; DORFMAN, R. Manual de ensaios de laboratório e de campo para irrigação e drenagem. Porto Alegre: PRONI/ IPH-UFRGS, sd. 216 p.

CRUCIANI, D. E. A drenagem na agricultura. São Paulo : Nobel. 1987. 333 p.

GOMES, H. P. Engenharia de irrigação: sistemas pressurizados, aspersão e gotejamento. João Pessoa: Ed. Universitária, 1994. 344 p.

FRIZZONE, J. A. Irrigação por asperção. Maringá: Eduem, 2011. 271 p.

#### **ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA**

##### **EMENTA:**

Taxonomia, morfologia, fisiologia, biologia, ecologia, utilidade e nocividade dos insetos e métodos de controle de pragas. O receituário agrônomo. Insetos vetores de patógenos de plantas.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GALLO, D., NAKANO, O., SILVEIRA-NETO, S., CARVALHO, R.P.L., BATISTA, G.C. de, BERTI-FILHO, E., PARRA, J.R.P., ZUCCHI, R.A., ALVES, S.B., VENDRAMIN, J.D., MARCHINI, L.C., LOPES, J.S.; OMOTO, C. Entomologia Agrícola. Piracicaba, FEALQ, 2002. 920p.

GRAZIANO NETO, F. (Coord.) Uso de agrotóxicos e receituário agrônomo. São Paulo, Agroedições, 1982. 194p.

ZUCCHI, R. A.; SILVEIRA-NETO, S.; NAKANO, O. Guia de identificação de pragas agrícolas. FEALQ: Piracicaba, 1993. 139p.

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BUZZI, Z.J.; MIYAZAKI, R.D. Entomologia didática. 4. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

ALMEIDA, L.M. de; RIBEIRO-COSTA, C. S.; MARINONI, L. Manual de coleta, conservação, montagem e identificação de Insetos. Ribeirão Preto: Holos, 1998.



BORROR, D.J. & D.M. DeLONG. Introdução ao estudo dos insetos. Ed. Edgard Blücher e Ed. USP, S. Paulo. 1969. 653 pp.

GULLAN, P. J.; CRANSTON, P.S. Os insetos: um resumo de entomologia. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo:Roca Ltda, 2008. 440 p.

MARANHÃO, Z.C. Entomologia Geral. 3. ed., São Paulo: Nobel, 1978. 514 p.

## **TECNOLOGIA E PRODUÇÃO DE SEMENTES**

### **EMENTA:**

Introdução, Importância da semente, Formação das sementes, A semente madura: estruturas e funções, Composição química, Maturação, Germinação, Dormência, Deterioração e vigor, Histórico do setor de sementes no Brasil, Campos de produção de sementes, Colheita e Pós colheita de sementes e Legislação Brasileira de Sementes.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. Regras para análise de sementes. Brasília, 1992. 365p.

CARVALHO, N. M; NAKAGAWA, J. Sementes: ciência, tecnologia e produção. 5a ed. Jaboticabal: FUNEP, 2012. 590p.

GONÇALVES, E. G. LORENZI, H. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado da morfologia das plantas vasculares. São Paulo; Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2007. 416p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KRZYANOWSKI, F. C.; VIEIRA, R. D.; FRANÇA NETO, J. B. Vigor de sementes: conceitos e testes. Londrina: Abrates, 1999. 218p

MARCOS FILHO. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba: Esalq/USP/ Fealq, 2005. 495p.

MARCOS FILHO, J.; CÍCERO, S. M.; SILVA, W. L. Avaliação da qualidade fisiológica das sementes. Piracicaba: Fealq, 1987. 230p.

PESKE, S.T.; LUCCA FILHO, O. A. BARROS, A.C. S. A. Sementes: fundamentos científicos e tecnológicos. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel. 2006. 470 p.

POPINIGIS, F. Fisiologia da semente. Brasília: Agiplan, 1985. 289p.



## MÁQUINAS E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

### EMENTA:

Introdução às máquinas agrícolas; Segurança na Utilização de Máquinas Agrícolas; Combustíveis e lubrificantes; Motores de uso agrícola; Tratores agrícolas; Máquinas para preparo do solo; Máquinas para semeadura e adubação; Máquinas para tratamentos culturais; Máquinas para colheita; Introdução a Mecanização Agrícola; Dimensionamento e Logística da frota de máquinas e implementos agrícolas; Controle Operacional e Custos de máquinas agrícolas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MORAES, M . L. B. de; REIS A. V. dos; TOESCHER, C. F.; MACHADO, A. L. T. Máquinas para colheita e processamento dos grãos. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2000. 150p.  
MORAES, M . L. B. de; REIS A. V. dos; TOESCHER, C. F.; MACHADO, A. L. T. Máquinas para colheita e processamento dos grãos. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2005. 151p.  
REIS A. V. dos; MACHADO, A. L. T; MORAES, M . L. B. de; TILLMANN, C. A. C. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1999. 315p.\*

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REIS A. V. dos; MACHADO, A. L. T; MORAES, M . L. B. de; TILLMANN, C. A. C. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2002. 315p.\*  
REIS A. V. dos; MACHADO, A. L. T; MORAES, M . L. B. de; TILLMANN, C. A. C. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2005. 307p.\*  
MACHADO, A. L. T., REIS, A. V. DOS, MORAES, M. L. B. de, ALONÇO, A. dos S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1996. 229p.  
MACHADO, A. L. T., REIS, A. V. DOS, MORAES, M. L. B. de, ALONÇO, A. dos S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2005. 253p.  
MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda., 1974. 301p.

## FITOPATOLOGIA APLICADA





**EMENTA:**

Diagnose de doenças de plantas, Epidemiologia de doenças de plantas; Variabilidade dos agentes fitopatogênicos; Classificação de doenças (Grupos de McNew); Manejo integrado de doenças; Sistemas de Agrotóxicos Fitossanitários; Diagnose e manejo de doenças em fruteiras, hortaliças e grandes culturas. Manejo integrado de doenças em plantas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AZEVEDO, J. L. de; MELO, I. S. de. Controle biológico. Jaguariúna: EMBRAPA, 1998.  
BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI.H.; AMORIM, L Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995.  
BRASIL. Leis, etc.; PINTO, A. L. de T.; WINDT, M. C. V. dos S.; CÉSPEDES, L. Legislação de Agronomia ambiental. 2. ed São Paulo: Saraiva, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KIMATI, H. *et al.* Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. 4. ed. São Paulo. Agronômica Ceres, 2005.  
MEDEIROS, Ê. C. de. Controle de pragas e doenças. Brasília, DF: SENAR, 1999. 76 p. (Coleção SENAR; Trabalhador na fruticultura básica; 3).  
RIBEIRO DO VALE, F.*et al.* Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: editora Pefil,2004.  
ZAMBOLIM, L. Controle de doenças de plantas: fruteiras. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002. v. 1  
ZAMBOLIM, L. Controle de doenças de plantas: fruteiras. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002. v. 2

**TCC1**

**EMENTA:**

Neste semestre, sob supervisão docente, os alunos deverão constituir um projeto de pesquisa na área da agronomia

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia que o aluno pesquisará.



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia que o aluno pesquisará.

**ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL VIII****EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

**PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VII (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)****EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

**9º SEMESTRE****AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E MANEJO DE BACIAS  
HIDROGRÁFICAS****EMENTA:**

A disciplina busca apresentar os objetivos do processo de avaliação de Impactos Ambientais, conceitos e definições; Origem e Difusão da Avaliação de impactos Ambientais, Quadro Legal e Institucional no Brasil; processo de avaliação; Etapa de triagem, determinação do escopo do estudo e formulação de alternativas; planejamento e elaboração de um EIA; Identificação de Impactos, Estudos de base, diagnóstico e previsão de impactos ambiental. Avaliação da Importância dos Impactos; Análise de risco; Plano de gestão Ambiental e comunicação dos resultados; Análise Técnica dos Estudos e participação Pública; Tomada de decisão no processo de avaliação de impacto ambiental; Etapa de acompanhamento. Política e legislação para o manejo dos recursos da bacia hidrográfica. Uso racional dos recursos da bacia hidrográfica. Controle e produção de água em microbacias hidrográficas. Floresta e qualidade da água. Fases do manejo da bacia hidrográfica. Instrumentos de planejamento e gestão de bacias hidrográficas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

SANCHES, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

BRAGA, Benedito *et al.* Introdução à Engenharia Ambiental. 2ªed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005

ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 2010

COSTA FILHO, C., MUZILLI, O. Manejo integrado de solos em microbacias hidrográficas. Londrina: SBCS, 1996.

SILVA, D. D., PRUSKI, F. F. Gestão de recursos hídricos - aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais. Viçosa: Folha de Viçosa, 2000.



### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Meio ambiente: guia prático e didático . 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.
- DINIZ, F. *et al.* Risco e Impacto Ambiental. 2006.
- LAWRENCE, D. Environmental Impact Assessment: Practical solutions to recurrent problems. New York: John Willey. 2003.
- TOMMASI, L.C. Avaliação de Impacto Ambiental. São Paulo: CETESB. 1994
- GUERRA, Antonio José Teixeira ; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BARBOSA, J. E. C. Uso do solo e impactos socioambientais em Bacias Hidrográficas. – Um estudo na APA Fernão Dias. Novas Edições Acadêmicas. 2015. 112p.
- DIAS, N. S.; BRIGIDO, A. R. e SOUZA, A. C. M.(Orgs). Manejo e Conservação dos solos e da água. Coleção Futuro Sustentável. São Paulo: Livraria da Física. 2013. 292 p.

## **CONTROLE DE QUALIDADE E PÓS-COLHEITA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS**

### **EMENTA**

Importância da conservação de alimentos. Fisiologia de pós-colheita: frutos climatéricos e não climatéricos, fases de desenvolvimento dos frutos, respiração transpiração, maturação e senescência. Perdas fisiológica, físicas, mecânicas e fitopatológicas. Aspectos tecnológicos: processos de beneficiamento, classificação, transporte e armazenamento. Refrigeração e atmosfera modificada.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-Colheita de Frutas e Hortaliças: Fisiologia e Manuseio. Lavras: UFLA,2005. 393 p.
- KLUGE, R. A. *et al* Fisiologia e manejo pós-colheita de frutas de clima temperado. Campinas: Livraria e Editora Rural, 2002
- FERNANDES. F. Curso de Fisiologia de Pós Colheita. Viçosa, UFV. 1991 123p

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- TAIZ, L., ZEIGER, E. **Fisiologia Vegetal** (3ª Ed.) Porto Alegre: Art Med Editora, 2004. 719 p



EPAMIG. Informe Agropecuário. Qualidade de pós-colheita de frutas (I e II). 1993 e 1994.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS. Curso de Pós-Colheita e Armazenamento de Hortaliças. Campinas. 1982. 82p.

ESALQ-USP. Tecnologia dos produtos agropecuários. Departamento de Tecnologia Rural. Piracicaba-SP, 1978.

CHITARRA, A. B., PRADO, M. E. T. Utilização de Atmosfera Modificada e Controlada em Frutos e Hortaliças. -- Lavras: UFLA/FAEPE, 2000 66 p

### **FITOTECNIA III (ALGODÃO E CAFÉ)**

#### **EMENTA:**

Histórico, origem e importância. Botânica. Clima. Solo. Cultivares. Plantio. Nutrição e adubação. Plantas daninhas e seu controle. Rotação e consórcio. Irrigação. Colheita e secagem. Beneficiamento e armazenamento.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BELTRÃO, N.E. de M. (org) O agronegócio do algodão no Brasil. vol. Brasília. EMBRAPA - ALGODÃO, 1999. 532p.

BELTRÃO, N.E. de M. (org. ) O agronegócio do algodão no Brasil. vol 1. Brasília. EMBRAPA - ALGODÃO, 1999. 491p.

MARTINEZ, H.E.P.; TOMAZ, M.A.; SAKIYAMA, N.S. Guia de acompanhamento de aulas de cafeicultura. 2 ed. Viçosa - MG: Editora UFV, 2007.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DEGRANDE, P.E. Guia prático de controle de pragas do algodoeiro. Dourados: UFMS, 1998. 60p. ILUST.

FREIRE, Eleusio Curvelo. Algodão no Cerrado do Brasil. Brasília: Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, 2007. 918p.

LEILA, Luci Dinardo Miranda; VASCONCELOS, Antônio Carlos Machado; LANDELL, Marcos Guimarães. Instituto Agrônômico de Campina, 2008. 882p.

MATIELLO, J.B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A.W.R.; ALMEIDA, S.R.; FERNANDES, D.R. Cultura do café no Brasil - Novo Manual de Recomendações. Varginha-MG: Gráfica e Editora Bom Pastor, 2006.



Vieira, R.C.M.T., Teixeira Filho, A.R., Oliveira, A.J., Lopes, M. R., Cadeias Produtivas no Brasil: Análise da Competitividade, Embrapa, Brasília, 2001, 468p.

## TCC2

### **EMENTA:**

Orientação do acadêmico quanto à elaboração do trabalho de conclusão de curso e métodos de pesquisa. Estudo e avaliação da estruturação de monografia e o estímulo à produção científica.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia que o aluno pesquisará.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia que o aluno pesquisará.

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

### **EMENTA:**

O estágio supervisionado tem a finalidade de mostrar ao aluno vários setores que compreende a Agronomia, visando desenvolver as competências e habilidades, necessárias à formação de um Agrônomo.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia em que o aluno atuará no estágio.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia em que o aluno atuará no estágio.

## OLERICULTURA GERAL





**EMENTA:**

Olericultura Geral: Introdução à olericultura; Propagação de hortaliças; Condições ambientais; Nutrição mineral e adubação; Comercialização de hortaliças; Olericultura: Solanáceas, Umbelíferas, Liliáceas, Convolvuláceas, Crucíferas, Leguminosas, Cucurbitáceas, Quenopodiáceas, Compostas e Malváceas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FILGUEIRA, F.A.R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3 ed. Viçosa: UFV, 2000.  
 FONTES, P.C.R. Olericultura: teoria e prática. Viçosa: UFV, 2005. 486p  
 FILGUEIRA, R. A. R. Manual de olericultura. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres Ltda. 1982.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

PAULA JÚNIOR, T.J. de; VENZON, M. (Coord.). 101 Culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 800 p.  
 ANDRIOLO, Jeronimo Luiz. Fisiologia das culturas protegidas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1999. 142 p.  
 ANDRIOLO, Jeronimo Luiz. Olericultura Geral. 2.ed. Santa Maria: Editora UFMG, 2013. 158  
 EMATER. Manual técnico de olericultura. Curitiba: Emater. 2000.  
 PENTEADO, S. R. Cultivo ecológico de hortaliças: como cultivar hortaliças sem veneno. Campinas-SP. 2007.

**EMPREENDEDORISMO E PROJETO PROFISSIONAL**

**EMENTA**

A essência do empreendedorismo está na percepção para estudar e destacar o papel dos homens de negócios na sociedade e suas contribuições para o desenvolvimento econômico, quer seja iniciando um negócio, fruto de conhecimentos adquiridos na capacitação e descoberta de uma oportunidade onde envidará esforços para materializar um empreendimento próprio, que além de construir seu ambiente privado de trabalho, abre as portas para geração de empregos e contributos tributários. O ambiente de construção do conhecimento empreendedor começa com a composição do Plano de Negócios, onde podemos aprender como selecionar parceiros empresariais, a importância organizacional da empresa, as oscilações presentes no mercado, a importância de utilizar o agregado de valor trazido por outras áreas do conhecimento científico





como a administração, economia, matemática, estatística, contabilidade, língua portuguesa, etc., além da relação com o marketing, vendas e finanças.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MARCOVITCH, Jacques;... [et al.]. **Pioneirismo e educação empreendedora: projetos e iniciativas**. São Paulo: USP, 2018. (BV CURADORIA)

CRUZ, Marcia Rohr da;... [et al.]. **Inovação e tecnologia no agronegócio como alternativa para a economia do Brasil**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2017. (BV CURADORIA)

SANTOS, Renato Lima dos; SOUZA, Lady Day Pereira de. **Empreendedorismo**. Cuiabá: Instituto Federal do Rondônia, 2015. (BV CURADORIA)

TAJRA, S. F. **Empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2020. (BV- SARAIVA)

JR, C. V. B.; HASHIMOTO, M. **Empreendedorismo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (BV- SARAIVA)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

SOUZA NETO, Sivestre Prado de. **Planejamento e gestão estratégicos**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. V.1. (BV CURADORIA)

MASSENSINI, Ariana Ramos. **Empreendedorismo**. Cuiabá: UFMT, 2011. (BV CURADORIA)

BATTISTI, Patricia. **Empreendedorismo**. Cuiabá: UFMT, 2010. (BV CURADORIA)

MESSA, Wilmara Cruz. **Empreendedorismo**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2011. (BV CURADORIA)

SOUZA NETO, Sivestre Prado de. **Planejamento e gestão estratégicos**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. V.2. (BV CURADORIA)

GITMAN, Lawrence J. ... [et al.]. **Introdução ao negócios**. Texas: OpenStax, 2018. (BV CURADORIA)

**Estratégia Conectada**. São Paulo: Editora Benvira, 2020. (BV- SARAIVA)

TAJRA, S. F.; SANTOS, N. D. **Planejamento e Liderança**. São Paulo: Editora Érica, 2019. (BV- SARAIVA)

GOLD, M. **Gestão de Carreira**. São Paulo: Saraiva, 2019. (BV- SARAIVA)

#### **ARMAZENAMENTO DE GRÃOS**

#### **EMENTA:**





Introdução ao armazenamento. Características das unidades armazenadoras, Fluxograma e transportadores de grãos. Ecossistema da armazenagem. Propriedades físicas dos grãos e processos físicos e bioquímicos que ocorrem na massa de grãos. Água no grão. Psicrometria. Secagem de grãos. Aeração de grãos. Manejo integrado de pragas e doença. Prevenção de acidentes.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

JORGE, J. T. Secagem de produtos agrícolas. In: CORTEZ, L. A. B.; MAGALHÃES, P. S. G. (Coord.). Introdução à Engenharia Agrícola. Campinas: Unicamp, 1993.

MARINO JUNIOR, J. A armazenagem no Brasil. Viçosa: CENTREINAR, 1979.

SASSERON, J. L. Armazenamento de grãos: atualização em tecnologia pós-colheita de grãos; Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL, Campinas: SP, p. 50-87, 1995.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ELIAS, M. C. Manejo tecnológico da secagem e do armazenamento de grãos. Ed. Pelotas: Santa Cruz, 2009. 370p.

LORINI, I. MIKE, L. H. SCUSSEL, V. M. Armazenamento de grãos. Ed. Campinas: IBG, 2002. 1000p.

PUZZI, D. Abastecimento e armazenagem de grãos. Instituto Campineiro de ensino agrícola. Campinas: SP. 1986. 1917p.

ATHIÉ, I.; CASTRO, M. F. P. M.; GOMES, R. A. R.; VALENTINI, S. R. T. Conservação de grãos. Campinas, Fundação Cargill, 1998. 236p.

LASSERAN, J.C. Aeração de Grãos. Centro Nacional de Treinamento e Armazenagem. UFV, Viçosa, 1981.

### **ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL IX**

#### **EMENTA:**

Constitui-se como instrumento para o aprimoramento da formação básica, com elementos enriquecedores do perfil profissional e da formação cidadã, que não estão compreendidos no desenvolvimento regular das disciplinas da matriz curricular.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Regulamento dos Cursos de Graduação



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Regulamento dos Cursos de Graduação

**PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VIII (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)****EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

**10º SEMESTRE****FRUTICULTURA****EMENTA:**

Caracterização sócio-econômica, agrônômica e organizativa da fruticultura no Brasil e no mundo. Caracterização dos sistemas convencional, integrado e orgânico da produção de frutas. Necessidades climáticas, pedológicas e fisiológicas dos sistemas de produção frutícola. Propagação de plantas frutíferas. Viveiros. Instalação e manejo de pomares. Poda, irrigação, nutrição, raleio, dormência, adubação, colheita e pós-colheita de plantas frutíferas. Sistemas de



produção para frutas de clima temperado, subtropical e clima tropical, dando-se ênfase à sustentabilidade, rastreabilidade, qualidade, respeito ao ambiente e à saúde do homem.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRUCKNER, C.H. Fundamentos do melhoramento de fruteiras. Editora UFV, Viçosa, MG. 2008. 202p.

FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura, fundamentos e práticas. FAEM/UFPEL. 2008.

GOMES, P. Fruticultura brasileira. 13. ed. São Paulo: Nobel, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KLUGE, R.A.; NACHTIGAL, J.C.; FACHINELLO, J.C.; BILHALVA, A.B. Fisiologia e manejo pós-colheita de frutas de clima temperado. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Ed. Rural, 2002.

KOLLER, O.C. Citricultura: laranja, limão e tangerina. Porto Alegre: Rigel, 1994.

LORENZI, H. Frutas brasileiras e exóticas cultivadas: de consumo in natura. São Paulo: Instituto Plantarum, 2006.

FACHINELLO, J.C et. al. Normas para produção integrada de frutas de caroço (PIFC). Pelotas: Ed. Signus, 2003.

KISHINO, A.Y.; CARVALHO, S.L.C.; ROBERTO, S.R. Viticultura tropical: o sistema de produção do Paraná. Ed. IAPAR. Londrina, 2007.

**TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL****EMENTA:**

Introdução. Aspectos evolutivos, objetivos, causas e consequências da agroindustrialização. Leite: importância, histórico e evolução da indústria laticinista. Estudo da composição química. Obtenção higiênica do leite. Processamento de leite de consumo. Microrganismos no leite: testes físico-químicos e microbiológicos. Alterações dos alimentos e matérias-primas agropecuárias. Elaboração dos principais derivados. Carne e derivados: principais processos empregados na conservação. Tecnologia de pescado. Tecnologia de mel.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALENCAR, N. de. **Como defumar e fabricar alimentos: o aproveitamento de suínos e caprinos na propriedade rural**. Rio de Janeiro : Ediouro, 1993. 90 p.

CARUSO, J. G. B.; OLIVEIRA, A. J. de. **Leite: obtenção, controle de qualidade e processamento**. Piracicaba: ESALQ/USP, s.d. 116p.

BRASIL. **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – SIPA – DILEI. Brasília, 1997. 166p.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Instrução Normativa nº 51, de 20 de setembro de 2002. Aprova os Regulamentos Técnicos de produção, identidade e qualidade do leite tipo... Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Setembro de 2002. Seção 1

COELHO, D. T. & ROCHA, J. A. A. **Práticas de processamento de produtos de origem animal**. Viçosa Imprensa Universitária, 1991. 58 p.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS. **Manual para fabricação de laticínios**. Belo Horizonte: CETEC, 1985. 73 p.

GAVA, A. J. **Princípios de tecnologia de alimentos**. 6.ed. São Paulo: Nobel, 1984. 238 p.

SHIMOKOMAKI, M; OLIVO, R; TERRA, N; FRANCO, B. D. G. M. **Atualidades em ciência e tecnologia de carnes**. São Paulo: Livraria Varela , 2006. 236 p

ORDÓÑEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos. Componentes dos alimentos e processos**. Vol. 1 Porto Alegre:

Artmed, 2005, 294p.

ORDÓÑEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos. Alimentos de origem animal**. Vol. 2. Porto Alegre: Artmed, 2005. 279 p

### TCC3

#### EMENTA:

Orientação do acadêmico quanto à produção de um artigo relacionado ao trabalho de conclusão de curso e publicação

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia que o aluno pesquisará.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia que o aluno pesquisará.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO II**

### **EMENTA:**

O estágio supervisionado tem a finalidade de mostrar ao aluno vários setores que compreende a Agronomia, visando desenvolver as competências e habilidades, necessárias à formação de um Agrônomo.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia em que o aluno atuará no estágio.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Será definida em comum acordo entre o aluno e o orientador, de acordo com a área da Agronomia em que o aluno atuará no estágio.

## **PAISAGISMO DE PARQUES E JARDINS E FLORICULTURA**

### **EMENTA:**

Importância econômica e social da floricultura. Técnicas gerais para produção de plantas ornamentais: substrato, controle ambiental e adubação. Principais tipos de plantas ornamentais e sistemas de produção. Comercialização. Noções de Arquitetura paisagística. Elaboração de projetos paisagísticos. Parques e jardins. Arborização urbana.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

LIRA FILHO, J. A.; PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. Paisagismo: Princípios Básicos. Viçosa: Aprenda fácil. 2001.

LORENZI, H.; SOUZA, H.M. Plantas Ornamentais do Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 3ª ed. 2001.

LORENZI, H. Plantas Ornamentais do Brasil. 2ª ed. Nova Odessa: Plantarum. 1999.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COMPTON, J. Plantas para Casa. 6ªed. São Paulo: Melhoramentos, 1992.





CORRÊA, M.P. Dicionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas. Rio de Janeiro: MA/IBDF, 1984. v.1,

CORTIER, J. & CLARKE, G. O Grande Livro das Plantas de Interior: guia essencial para escolha e a manutenção das plantas de interior. São Paulo: Livros e Livros, 1997.

DEMATTE, M.E.S.P. Princípios de Paisagismo. Série Paisagismo 1, Unesp, Funep. Jaboticabal, 1997.

GATTO, A. Implantação de Jardins e Áreas Verdes. Viçosa: Aprenda fácil. 2002.

## COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA, MARKETING E AGRONEGÓCIO

### EMENTA:

Particularidades do produto e da produção agrícola e suas interrelações com a comercialização. Análise da influência das estruturas de mercado na formação de preços agrícolas. Análise de sazonalidade. Margem de comercialização. Relação de troca. Efeitos das políticas macroeconômicas na comercialização agrícola: monetária, fiscal e cambial. Comercialização para agricultura familiar: PAA/PNAE, Comércio justo e solidário. Princípios de ética e liderança. Introdução ao marketing. Composto de marketing (produto, preço, ponto e promoção).

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, G.S.C. Economia da comercialização agrícola. Piracicaba, 2007, 221p.

MARQUES, P.V.; AGUIAR, D.R.D. Comercialização de Produtos Agrícolas. São Paulo: EDUSP, 1993. 295p.

PADILHA JR., J.B. Comercialização de produtos agrícolas. Curitiba, 2006, 128p.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, G.S.C. Economia da Comercialização Agrícola. Piracicaba: FEALQ, 1987. 306p.

BRANDT, S.A. Comercialização Agrícola. São Paulo: Livro Ceres, 1980. 185p.

HOFMANN, R. *et al.* Administração de empresa Agrícola. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1984. 326p.

MENDES, J.T.G.; PADILHA JÚNIOR, J.B. Agronegócio - uma Abordagem Econômica. São Paulo: Prentice Hall, 2007. 384p.

STEELE, H.L. *et al.* Comercialização Agrícola. São Paulo: Atlas, 1971. 443 p.



## **PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IX (PROJETOS DE EXTENSÃO APLICADOS ÀS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)**

### **EMENTA:**

O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades Complementares ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores no que tange às necessidades da sociedade em que se inserem. Todas as ações extensionistas junto à comunidade deverão estar direta ou indiretamente vinculadas à área do curso, ou seja, oportunizando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

Regulamento das Atividades de Extensão da EFAN.

## **OPTATIVAS**

### **DISCIPLINA: LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

#### **EMENTA:**

Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade Surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para Surdos. Noções e aprendizado da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. LIBRAS aplicada em contextos.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL MEC/SEESP. **Educação Especial** - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997.

FENEIS. **Revista da FENEIS** N° 06 e 07 (2000) e N.º 10 (2001), Rio de Janeiro/RJ. KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. **Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento.** Editora Escala –



São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001.

MOURA, LODI & PEREIRA. **Língua de sinais e Educação do Surdo** (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SÁ, Elisabete Dias de, CAMPOS, Izilda M. e SILVA, Myriam B. C. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.

Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf).

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003

#### **DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM AGRONOMIA I**

##### **EMENTA:**

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídos no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

#### **DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS**

##### **EMENTA:**



Estado de Direito Liberal, Democracia Representativa e Direitos Individuais. Estado de Direito Social, Democracia Social e Direitos Coletivos. Democracia e Direitos Humanos na Perspectiva Internacional. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Convenções Internacionais de Proteção aos Direitos Fundamentais: Incorporação ao Direito brasileiro, Jurisprudência Brasileira. Os Mecanismos de Proteção aos Direitos Fundamentais na Europa. O Pacto de São José da Costa Rica. A Inclusão Social e o Direito. O Advogado e a responsabilidade pela defesa da cidadania. O Direito e os Movimentos Sociais. Análise da Realidade Sociojurídica no âmbito da realidade de inserção da IES e do Curso.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (BV)
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (BV)
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (BV)

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- MIRANDA, Nilmário. **Por que direitos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (BV)
- MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2021. (BV)
- MONDAINI, Marco. **Direitos humanos: breve história de uma grande utopia**. São Paulo: Edições 70, 2020. (BV)
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: em busca do direito justo**. São Paulo: Saraiva, 2010. (BV)
- RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (BV)

### **DISCIPLINA: AGRONEGÓCIO DIGITAL**

### **EMENTA:**



Inovação para o setor agropecuário brasileiro. Prioridades e campos tecnológicos levando-se em conta a integração de áreas importantes como a conectividade, a agricultura e pecuária de precisão.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

A.; ROMANI, L. A. S. (Ed.). **Tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a agricultura**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

MASSRUHÁ, S. M. F. S.; LEITE, M. A. de A.; MOURA, M. F. **Os novos desafios e oportunidades das tecnologias da informação e da comunicação na agricultura (AgroTIC)**. In: MASSRUHÁ, S. M. F. S.; LEITE, M. A. de A.; LUCHIARI JUNIOR, A.; ROMANI,

L. A. S. (Ed.). **Tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a agricultura**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MASSRUHÁ, S. M. F. S. **Tecnologias da informação e da comunicação: o papel na agricultura**. AgroANALYSIS: A Revista do Agronegócio da FGV, São Paulo, 2015.

MONTEIRO, J. E. B. de A.; OLIVEIRA, A. F. de; NAKAI, A. M. **TIC em agrometeorologia e mudanças climáticas**. In: MASSRUHÁ, S. M. F. S.; LEITE, M. A. de A.; LUCHIARI JUNIOR, A.; ROMANI, L. A. S. (Ed.). **Tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a agricultura**. Brasília, DF: Embrapa, 2014

A GROSMART. **Para alimentar o mundo, é preciso trazer inovação para a agricultura**. 2016.

CIGANA. C. **Agricultura 4.0 é nova fronteira no campo**. Zero Hora: Campo e Lavoura. 2016.

#### **DISCIPLINA: DIREITO AGRÁRIO**

#### **EMENTA:**

Teoria Geral do Direito Agrário. Institutos Jurídicos Agrários. Contratos Agrários. Propriedade Territorial Rural. Peculiaridades Regionais sobre Bens Públicos. Política Agrícola (Assistência à Economia Rural). Reforma Agrária. Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**, 5ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.



GUERRA, Sidney; GUERRA, Sérgio. **Curso de Direito Ambiental**, 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

SILVA, Ernesto Dias. **Direito Agrário Completo**. São Paulo: Atlas, 2019.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**, 9ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Série Concursos Públicos - Direito Ambiental Questões de Concursos Públicos Comentadas**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.

BELTRÃO, Antônio F. G. **Curso de Direito Ambiental**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**, 14ª Edição. São Paulo; Editora Saraiva, 2013.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**, 13ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

#### **DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL**

#### **EMENTA:**

DIREITO AMBIENTAL: Introdução ao Direito Ambiental. Tutela Constitucional do Meio Ambiente. Competências Ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente. Política Nacional de Recursos Hídricos. Dano Ambiental e Responsabilidade Civil - Tutela Processual Civil. Código Florestal. Agenda 21 e Estatuto da Cidade.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

LEITE, José Rubens Morato. **Manual de direito ambiental**, 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**, 5ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.

GUERRA, Sidney; GUERRA, Sérgio. **Curso de Direito Ambiental**, 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**





MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**, 9ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Série Concursos Públicos - Direito Ambiental Questões de Concursos Públicos Comentadas**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.

BELTRÃO, Antônio F. G. **Curso de Direito Ambiental**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**, 14ª Edição. São Paulo; Editora Saraiva, 2013.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**, 13ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

#### 4.9 METODOLOGIAS

Os princípios metodológicos norteadores do ensino e da aprendizagem no Curso de Agronomia, da Faculdade EFAN, pressupõem que a formação do acadêmico possa estar intrinsecamente relacionada com o uso das modernas ferramentas e tecnologias da comunicação e informação, bem como com a prática docente e com o conhecimento pedagógico.

Para o curso serão preparados, a partir dos conteúdos curriculares, materiais básicos dispostos em mídias diversificadas, principalmente impressa ou hipertextos, bem como o desenho da interface e a disposição dos elementos no Portal do Aluno. Também são contemplados, no planejamento pedagógico do curso, materiais complementares que são produzidos e/ou utilizados de forma flexível, dependendo das necessidades, características e peculiaridades eminentes à época da oferta e ao perfil dos alunos.

##### 4.9.1 A metodologia: as relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores

Ao refletir sobre as práticas pedagógicas e a necessidade de vinculação da teoria e prática no curso, o NDE tem como perspectiva que o docente deve sempre se desvincular do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem aprendidas pelos alunos. Isto significa que necessita estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana,





trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

As práticas pedagógicas por alternância ampliam o território educativo ao organizar os tempos escolares na escola e para além dela, denominando estes espaços/tempos como tempo escola/universidade e tempo família-comunidade-território, no caso da EFAN: tempo no Meio Socioprofissional. Organiza-se atividades de ensino e aprendizagem nos dois espaços-tempos. As pesquisas, as leituras, os trabalhos e exercícios (para casa) que os estudantes realizam durante o tempo família-comunidade-território contam como carga horária, portanto, registra-se como tempo letivo, conforme a Resolução 01/2023 (BRASIL, 2023). A interlocução dos tempos e espaços faz interagir os conhecimentos que ocorrem nas diferentes experiências formativas em que os sujeitos participam.

Propicia-se com isso, aproximações com os saberes que ocorrem na vida cotidiana dos próprios sujeitos, nos processos de trabalho e nas práticas culturais. A formação por Alternância requer uma organização coletiva do trabalho pedagógico entre educadores/as na escola e demais sujeitos envolvidos e que protagonizam os processos formativos no território: familiares, educandos/as, gestores/as, lideranças comunitárias, organizações e movimentos sociais, culturais e sindicais, profissionais, empresas etc.

A Pedagogia da Alternância objetiva transformar os educandos nos processos educativos em sujeitos pesquisadores, capazes de inquirir suas realidades, buscando compreender, com o suporte do conhecimento científico em diálogo com os saberes tradicionais e demais saberes que circulam e são produzidos nos territórios rurais, a essência dos processos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais que ocorrem nos seus territórios, entendendo que a realidade é complexa e contraditória.

Neste processo, são utilizadas mediações didáticas específicas, como pesquisas da realidade, por meio de planos de estudo, com uso de metodologias e teorias críticas que lhes permitam compreender suas realidades com mais profundidade e construir coletivamente possibilidades e condições de intervenção nessas realidades.

Nesse contexto, o NDE estabeleceu componentes curriculares que deverão obrigatoriamente fazer a relação teoria-prática de maneira plena:

- a) Práticas Interdisciplinares: Além de estudar conteúdos relativos aos temas, os alunos deverão ir a campo para conhecer, analisar e intervir na realidade em que vivem e irão trabalhar.
- b) Estágio Curricular: Além do estudo das teorias que sustentarão o trabalho em campos de estágio, os alunos deverão sempre correlacioná-las para o componente curricular.





Assim, o engenheiro agrônomo formado pela EFAN cursará os componentes curriculares da matriz curricular com as seguintes práticas pedagógicas:

- Aulas expositivas com a utilização de recursos multimídia;
- Estudo e discussão de casos oriundos de problemas na área das ciências agrárias, com abordagem interdisciplinar;
- Desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada disciplina abordando, sempre que possível, conteúdos interdisciplinares;
- Visitas Técnicas as mais variadas empresas e setores que as constituem.

#### 4.9.1.1 *As aulas invertidas*

Além disso, no afã de consolidar o seu trabalho de oferta do curso sob a égide de práticas metodológicas inovadoras, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente acadêmico, a EFAN estabeleceu neste PPC e em todos os seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “*Flipped Classroom*”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta metodologia é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes da EFAN assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo poderá ocorrer por meios variados, como a disponibilização no Canal do Aluno, poderão ser vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns, Aluno *Online* ou ferramentas diversas como a constituição de blogs de cada disciplina pelos professores.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor disporá de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

Destaque-se que as experiências pedagógicas com a metodologia Sala de Aula Invertida são amplamente realizadas em diferentes IES com resultados que demonstram as múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos do conhecimento. O eixo central das experiências ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que têm estimulado a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras





que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, a Coordenação de Curso sensibiliza sempre o corpo docente quanto à seleção de metodologias, para que alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática.

Conforme já citamos, a complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverão aparecer na relação estabelecida entre os professores através de Práticas interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se lembrar de que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica repassada para conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização de um núcleo de ciências agrárias de modo que permita-se a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e





- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional a ser formado.

Em suma, o proceder metodológico planejado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, está voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação e o trabalho.

#### 4.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A relação entre estágio e a formação profissional em Agronomia implica em abordar o processo de construção das práticas de gestão no movimento socioeconômico da região de inserção do curso. Assim, o estágio se configura como uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão em todas as nuances do curso. Configura-se em um momento de aprendizagem que proporciona a mediação entre as perspectivas apreendidas pelo acadêmico no decorrer do curso e as demandas socioeconômicas regionais.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade dos processos da engenharia agrônoma, e podem ser realizados em Cooperativas, Centros de Pesquisas e Instituições de Ensino Brasileira ou Estrangeira, Empresas de Assistência Técnicas, Fazendas, Assentamentos, INCRA, Prefeituras, Secretarias de Agricultura Estadual e Municipal, ONGs, OCIPS, Certificadoras, Órgãos Públicos ou Empresas Privadas, que apresentem atividades relacionadas ao campo da Agronomia da região de Natalândia e em seu entorno. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade-particularidade-singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

O estágio supervisionado é um instrumento de integração e conhecimento do aluno com a realidade social e econômica de sua região e do trabalho de sua área. Ele deve, também, ser entendido como o atendimento integral ao paciente que o aluno presta à comunidade, intra e extramuros. O aluno pode cumpri-lo em atendimentos multidisciplinares e em serviços assistenciais públicos e privados. (CARVALHO e KRIGER apud ABENO, 2003, p.10).

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além de ter como objetivo, formar um profissional engenheiro agrônomo capaz de observar, participar, problematizar e questionar





a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas para a Agronomia.

Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador de profissionais da área da engenharia agrônoma que esteja integrado à nossa realidade social e comprometido, por suas efetivas práticas profissionais, com as reais necessidades da maior parte da sociedade brasileira.

Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim a representatividade da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico do curso de Agronomia da Faculdade EFAN, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES e no regulamento anexado a este PPC.

A estruturação do Estágio do Curso de Agronomia fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES e nas Diretrizes Curriculares do MEC para o Curso de Graduação em Agronomia:

- Os campos de estágio serão aprovados pela Coordenação do Curso de Agronomia e pelo Núcleo de Estágio e Carreira, oficializados por meio de convênios estabelecidos com as instituições concedentes;
- O Estágio Curricular Supervisionado terá duração conforme as DCNs;
- A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e iniciação científica da IES, esta última quando couber ou for o caso.

O estágio na Faculdade EFAN é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) após constituir competências e habilidades suficientes para exercê-la, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Agronomia, disponibilizado para consulta no site da IES.



#### **4.10.1 Estágio curricular supervisionado: gestão da integração entre o ensino e o mundo do trabalho e as atualizações das práticas de estágio**

A gestão do Estágio Supervisionado da Faculdade EFAN se dará em dois âmbitos: a partir das instituições públicas e privadas e da Coordenação de Curso com um professor responsável pelos estágios, visando que o aluno tenha todo o apoio necessário para efetivar o estágio.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com as empresas e organizações públicas e privadas, isso se dará a partir da coordenação de estágio do Curso de Agronomia que ficará responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES deverá fazer uma via de mão dupla, na qual os campos conveniados poderão receber o apoio da IES a partir da oferta de cursos de extensão e qualificação profissional para aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como empresas e organizações e empresas virem na IES para palestras e conferências, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e a EFAN, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar as Práticas Interdisciplinares em que os alunos vão a campo conhecer as instituições públicas e privadas e os anseios e necessidades da região de Natalândia, o que fará com que já na gênese da formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se darão naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos de ensino, afinal, na via de mão dupla citada, as necessidades das instituições de ensino serão elementos de análise sistemática na IES.

#### **4.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL)**

As Atividades Complementares na EFAN são nomeadas de Atividades de Complementação Profissional e são componentes curriculares obrigatórios do curso de Bacharelado em Agronomia. Em resumo, são estudos e atividades dentre as quais podem ser destacadas as visitas monitoradas, iniciação participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso que visam a ampliação dos conhecimentos profissionais do aluno.





Dentre esses conhecimentos adentram aqueles relacionados à Agronomia, Língua Estrangeira, Informática, dentre outros.

Para o curso em questão, concentra-se a carga horária de 180 (cento e oitenta) horas, devendo seu cumprimento ser distribuído ao longo do Curso e podem ser desenvolvidas na modalidade presencial ou a distância.

Os alunos deverão enviar através do Portal do Aluno os comprovantes de realização das atividades complementares. Não serão computadas atividades cuja documentação possua data anterior do início do curso. As horas computadas em uma atividade não poderão ser consideradas em outras atividades, mesmo que sejam afins.

É de competência da Secretaria Acadêmica da Faculdade EFAN a análise dos documentos e respectiva atribuição dos créditos de Atividades de complementação profissional de cada aluno, dentro dos termos fixados na regulamentação específica.

As atividades de complementação profissional, no curso de Agronomia denominadas de Atividades de Complementação Profissional possuem algumas características inerentes ao curso: dimensionadas em termos de carga horária mínima e na sua concepção como atividades de livre escolha do aluno a partir de eventos das mais diversas áreas, mas sempre com foco na melhoria da qualidade e aumento dos conhecimentos profissionais do aluno, ou seja, com foco no aluno, também caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais dessas atividades são os de **flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos**, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como engenheiros agrônomos, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agronomia, optou-se por denominar as Atividades Complementares como Complementação Profissional e constitui-las na formalização de disciplinas/componentes curriculares semestrais. Dessa forma, em todos os semestres, o aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos específicos, inter, multi e transversais integrados àqueles que apreende nas várias disciplinas do currículo e da prática profissional.

Entende-se por Atividades de Complementação Profissional, atividades técnico-acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos pedagógicos e sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do Curso.





Essas atividades visam ampliar o processo de ensino e aprendizagem e tem por finalidades:

1. Ampliar o conhecimento curricular, científico e cultural, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;
2. Contribuir na formação específica e geral do aluno de graduação;
3. Favorecer a experiência em outros espaços profissionais, sociais e culturais;
4. Ampliar a visão profissional do aluno;
5. Permitir a tomada de decisões segundo interesses e aptidões, de forma a favorecer o exercício da autonomia.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais.

#### **4.11.1 Aderência das atividades de complementação profissional (atividades complementares) à formação geral e específica**

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES ofertará e incentivará a participação dos alunos em:

- a) Eventos que abordem temas relacionados à Filosofia, Sociologia, Metodologia, Ética, etc.
- b) Cursos sobre temas contemporâneos como política, inclusão social, violência etc..
- c) Trabalhos de Monitoria.
- d) Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação.
- e) Cursos e Eventos que visem a inclusão e a acessibilidade.
- f) Eventos e cursos que visem o aprendizado de novas tecnologias.
- g) Disciplinas de Formação Geral ou cursos, com conteúdos não integrantes do currículo da EFAN.

No que diz respeito à Formação Específica do curso, serão reconhecidas carga horária para aproveitamento de estudos em atividades específicas, ofertadas pela IES e por outras instituições, que visam à qualificação profissional do aluno.

Em termos de Formação Específica do Curso, também serão aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área, com conteúdos não integrantes do currículo de Agronomia da EFAN.





Há que se destacar que o Nivelamento Acadêmico e as Práticas Interdisciplinares não poderão ser aproveitados como carga horária de Atividades de Complementação Profissional.

#### **4.11.2 Mecanismos inovadores na regulação, gestão e aproveitamento das atividades de complementação profissional (atividades complementares)**

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada e discussão com o CONSUP da IES explicitaram suas angústias em relação à concepção e gestão das ACP's em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, no Curso de Agronomia, as Atividades de Complementação Profissional se constituirão de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre.

Com isso, a IES terá a obrigação de ofertar mais eventos de extensão e pesquisa, bem como os alunos deverão frequentar com maior assiduidade e desempenho essas atividades diversas.

Outrossim, antes mesmo de iniciar o curso, já ocorreu um planejamento das Atividades de Complementação Profissional iniciais a serem ofertadas aos alunos, atividades estas que vão desde a semana acadêmica de Agronomia, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que o curso deverá ter uma coordenação específica para as Atividades de Complementação Profissional, que deverá formar uma comissão que se reunirá semestralmente (ao final de cada semestre), para organizar e publicar o edital que orienta os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios. Esta mesma comissão ficará responsável pela avaliação das Atividades de Complementação Profissional apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado.

Essa Comissão de Análise de Atividades de Complementação Profissional terá como atribuições:

I – Elaborar e orientar os alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;





II – Divulgar, após deliberação do colegiado, as atividades aceitas como de complementação profissional e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;

III – Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;

IV- Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria Acadêmica;

V – Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;

VI – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades de Complementação Profissional em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;

VII – Fazer cumprir o calendário de Atividades de Complementação Profissional do Curso de Agronomia;

VIII – Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação o Colegiado do Curso.

#### 4.12 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Conforme pode ser verificado na matriz curricular do curso, as atividades de Extensão são curricularizadas conforme preconiza a nova legislação educacional do ano de 2018 e a própria lei que constitui o PNE – Plano Nacional de Educação. Desse modo, as práticas de extensão desde o início do curso, alunos e professores irão se envolver com a comunidade e deverão promover diversos projetos de extensão comunitária envolvendo desde a formação cidadã da população, até o auxílio em necessidades da comunidade, na medida de suas limitações acadêmicas e profissionais.

Essas atividades serão computadas por um órgão específico que institui certificados que serão anexados ao dossiê dos alunos e farão parte do cômputo da carga horária da matriz curricular vigente e, conseqüentemente, do seu histórico escolar.

#### 4.13 O TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Bacharel em Agronomia quando, no último ano do curso, o discente deverá





produzir individualmente um trabalho monográfico que, por sua vez, é a síntese de seu processo de formação profissional.

Por isso, o componente curricular deve ser compreendido como uma ferramenta para compor a interdisciplinaridade e a formação do pensamento crítico-científico, afinal de contas o aluno precisa mover uma gama de conhecimentos apreendidos durante o curso, desde a disciplina de Língua Portuguesa e Metodologia Científica, até os conhecimentos específicos inerentes ao curso de Agronomia.

É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da experiência nas Práticas Interdisciplinares, de estágio, da formação teórica, da iniciação científica, da extensão universitária, bem como da própria profissão.

Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sintetizadas neste projeto a partir do seguinte:

#### 4.13.1 Diretrizes preliminares

- A elaboração do TCC poderá ser realizada na forma de pesquisa individual centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, desde que seja vinculada a Agronomia;
- O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Agronomia;
- Para gerenciar, implementar e dar acompanhamento ao processo de orientação, execução e defesa, será instituída uma Comissão de TCC, composta pelos docentes das disciplinas das áreas específicas de Agronomia, assim como de outras áreas, e pela Coordenação de Curso, além de um professor orientador, escolhido pelos pares.

Toda a constituição do TCC é regida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, disponibilizado para Consulta no site da IES e nos anexos deste PPC.

Nas disciplinas de TCC I e TCC II o aluno terá encontros para orientações na elaboração de seu Projeto de TCC, Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) e submetê-lo, ao final, à Banca Examinadora, enquanto que no TCC III, deverá providenciar um artigo em conformidade ao regulamento de TCC.

O curso dispõe de um Regulamento de TCC, no qual são previstas as atribuições e competências para execução dessa atividade.

#### 4.13.2 O repositório para os trabalhos de conclusão de curso – tcc





É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e esta se faz mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório na IES, afinal, eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos, a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, pois a ciência e a construção do conhecimento se dão a partir do diálogo e não somente a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

### **OBS\* VIDE AS REGRAS NO REGULAMENTO DO TCC**

#### 4.14 APOIO AO DISCENTE

Uma vez que se contemple a importância, na missão da EFAN, da formação de cidadãos éticos e profissionais competentes para o contexto atual, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes à flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar às movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a EFAN, tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de



permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes, de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

Estabelecido a partir do PPI – Projeto Pedagógico Institucional, o Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

#### 4.14.1 O centro de apoio ao estudante – cae

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na EFAN. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na IES, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, se constituem os Núcleos, a saber:

- a. Ouvidoria;
- b. Atendimento Psicopedagógico;
- c. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;





- d. Núcleo de Estágio e Carreira;
- e. Núcleo de Retenção;
- f. Núcleo de Apoio Financeiro;
- g. Programa de Apoio ao Egresso;
- h. Centro Acadêmico.

#### **4.14.1.1 Ouvidoria**

A Ouvidoria da EFAN, foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, o órgão tem o acesso também em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato poderá ser feito pelo site <https://www.efan.com.br/>

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

#### **4.14.1.2 Atendimento Psicopedagógico**

A EFAN conta com um Setor de Atendimento Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante, responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado,



interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes à esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da (re)significação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino, visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da IES, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;





- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da IES sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes à relação ensino-aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Atendimento Psicopedagógico, destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros);
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de (re)significação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos á disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises filmicas e debates para desenvolver no aluno posturas pró-ativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (temas previstos: princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico da EFAN se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e/ou encaminhar questões à Coordenação de Curso, e à Direção





Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

#### ***4.14.1.3 Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento***

As experiências durante os primeiros dias na faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente, por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para





fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a faculdade e o estudante, principalmente, no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica, que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participarão de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à EFAN, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula;
- Visita aos órgãos da faculdade, desde a biblioteca até às coordenações de curso;
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um;
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação;
- Explicações acerca das normas acadêmicas;
- Apresentação do vídeo institucional;
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores;
- Apresentação dos Projetos;
- Apresentação do site da IES;
- Atividades de Complementação Profissional.

#### ***4.14.1.4 Programa de Nivelamento***

Há que se destacar também que em atendimento às Políticas de Atendimento ao Discente exigidas pelo Ministério de Educação (MEC) através do artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o núcleo será responsável por ofertar na IES o nivelamento acadêmico.

Trata-se de um processo que se constitui em buscar, a partir da análise de dados do vestibular e do andamento das primeiras aulas, suprir as possíveis deficiências acerca de





conhecimentos necessários para a integração ao Ensino Superior que deveriam ter sido supridos no Ensino Básico.

O Núcleo organizará as aulas de Nivelamento nas disciplinas em que os alunos apresentarem defasagem de aprendizagem. Vale destacar que todo o processo e as perspectivas acerca do nivelamento acadêmico deverão ser delineados em um Projeto/Regulamento proposto pelo Núcleo.

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela IES que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

Há que se destacar que, apesar ser ofertado a todos os ingressantes, o aluno terá o direito de solicitar uma avaliação de proficiência dos conhecimentos básicos do nivelamento, antes do início do semestre e, a partir disso, ser dispensado de frequentar essas aulas.

Os conteúdos do Nivelamento são estabelecidos a partir dos resultados globais de cada vestibular, bem como, quando necessário, a partir de prova de conhecimentos gerais. O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante o primeiro semestre são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Matemática e Raciocínio Lógico;
- Língua Portuguesa;
- Informática.

A EFAN procura lidar sempre com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade. Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades de Complementação Profissional.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;





- Possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- Revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados e/ou contra-turnos.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- Condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- Elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- Esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- Verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa. A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

#### ***4.14.1.5 Núcleo de Estágio e Carreira***

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

A EFAN tem feito um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas da sua região de inserção, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para estágios em empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela faculdade.





De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção, Núcleo de Apoio Financeiro e o Núcleo de Estágio, afinal, com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a faculdade por questões financeiras. Vale ressaltar que o Núcleo buscará constantemente firmar convênios com órgãos e empresas da região de inserção da IES.

Desse modo, além das vagas de estágio que serão divulgadas no site da IES e disponibilizadas.

#### **4.14.1.6 Núcleo de Apoio Financeiro**

A partir do Núcleo de Apoio Financeiro, a EFAN, com o intuito de facilitar o acesso e permanência ao ensino superior a estudantes de baixa renda, implementou uma política de apoio financeiro, desenvolvendo e aderindo a alguns programas, como:

- Bolsas Alternativas - Também é uma iniciativa institucional, que oferece descontos especiais nos pagamentos em datas pré-estabelecidas;
- Bolsa trabalho - Uma política de ajuda financeira aos alunos que prestarem serviços nas diversas atividades como: ação social, assistência jurídica, e atividades técnicas-administrativas que mantêm relação direta com a formação. Os alunos são beneficiados com 25% de descontos nas mensalidades de seu curso durante a prestação de serviços;
- Incentivo ao Programa de Iniciação Científica (quando for o caso)– Para incentivar os alunos a participarem deste programa, a IES oferece três bolsas por curso, com descontos de 25% na mensalidade do curso por semestre.

Ressalte-se que a IES buscará firmar contratos com outras formas de bolsas de graduação como o “Pra Valer”, “Quero Bolsa”, “Educa Mais” etc.

#### **4.14.1.7 Núcleo de Retenção**

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto, é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos. Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pela Coordenação de Apoio ao Estudante





– CAE criaram o Núcleo de Retenção. Trata-se do órgão responsável por desenvolver estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da EFAN, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possa intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

#### **4.14.1.8 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos**

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

**Art. 141º** - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

**Parágrafo Único** - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes poderão formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito da EFAN que os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A EFAN tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribuirá para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na EFAN, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal, a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas





instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal, a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

#### **4.14.1.9 Programa de Acompanhamento ao Egresso**

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado a este PPC, é um instrumento que possibilitará a avaliação continuada da EFAN, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação, dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso às dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.





Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constituirá como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelecerá como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

#### 4.15 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A Gestão do Curso de Agronomia está sob a égide de um (a) coordenador (a) indicado (a) para o curso e sua gestão é estabelecida a partir de horários pré-estabelecidos para tal, bem como constituem-se ferramentas para auxiliar neste processo.

Dentre as ferramentas disponíveis, a mais expressiva é a avaliação constituída em 360º pela CPA que avalia professores, infraestrutura, coordenação e todas as nuances relativas aos cursos de graduação na IES. A CPA – Comissão Própria de Avaliação que coordena, elabora e desenvolve junto à comunidade acadêmica e à administração a autoavaliação institucional, articulando os processos internos de acordo com o projeto aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei 10861, de 14 de abril de 2004).

Os objetivos são ouvir e envolver a comunidade acadêmica, egressos e sociedade no processo de construção da instituição; levantar demandas; obter dados para tomada de decisão e elaboração do planejamento estratégico; verificar se o PPI/PDI/PPC estão sendo aplicados, buscando sua atualização de acordo com a análise dos resultados obtidos na autoavaliação e contribuir para a gestão estratégica.

O processo desenvolve-se ancorado em princípios básicos: conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos; reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica, da autoavaliação da Instituição como um todo e de cada um dos segmentos nela envolvidos; conhecimento dos resultados do processo e participação na discussão da aplicação do conhecimento gerado.





A autoavaliação Institucional tem dois focos: quantitativo (aplicação de questionário via internet) e qualitativo (grupo focal). Uma vez por ano é disponibilizado via internet um questionário para alunos, professores, coordenadores, e funcionários do corpo técnico-administrativo. Os respondentes acessam o questionário, específico para cada tipo de respondente, através de senhas individuais. Os questionários são compostos por questões referentes à autoavaliação do respondente, avaliação docente, avaliação dos cursos e das coordenações e avaliação da Instituição.

A CPA desenvolve a avaliação com base nas dez dimensões recomendadas pelo SINAES, a saber:

- 1 - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- 2 - Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- 3 - Responsabilidade social da instituição;
- 4 - Comunicação com a sociedade;
- 5 - Políticas de pessoal;
- 6 - Organização e gestão da instituição;
- 7 - Infraestrutura física;
- 8 - Planejamento e avaliação;
- 9 - Políticas de atendimento aos estudantes;
- 10 - Sustentabilidade financeira.

Com base nos resultados obtidos é realizada uma análise que visa à elaboração de um diagnóstico compartilhado.

Os resultados referentes a cada um dos setores são discutidos no âmbito de cada área, para definição de ajustes, mudanças e melhorias.

Os projetos pedagógicos são avaliados também pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, pelo Colegiado e pelas avaliações institucionais utilizando os dados da CPA e demais resultados advindos da experiência empírica da gestão do curso.

A Coordenação, por sua vez, estabelece então o seu plano de gestão anual a partir das ferramentas advindas das avaliações.

A avaliação 360° é feita através de instrumentos de pesquisas (com questões objetivas e abertas), que são apurados por meio de cartão de resposta (eletronicamente) e relatórios gerenciais. Além das pesquisas realizadas, são feitas reuniões, análise documental e registro do processo através do site institucional, ouvindo todos os segmentos.



#### 4.15.1 Autoavaliação do curso de bacharelado em agronomia

A partir dos resultados das avaliações interna e externa, serão considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso Superior Bacharelado em Agronomia.

Há que se considerar que serão levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA e do INEP, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e da Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE.

- Todos esses elementos resultarão em um diagnóstico global e após a sua sistematização, serão trabalhados em diferentes etapas, a saber:
  - Reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
  - Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, pela CPA e pelo INEP);
  - Reuniões conjuntas entre a coordenação de curso, e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;
  - Reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna e externa;
  - Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
  - Reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, e o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e auto-reflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer dos semestres letivos, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada semestre letivo e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de autoavaliação a ser empregado no Curso Superior de Bacharelado em Agronomia caracterizar-se-á como um ciclo que tomará corpo e se justificará como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o



constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

#### 4.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o curso de Agronomia oferecerá aos seus alunos diversos serviços voltados a inclusão digital e ao acesso às TICs – Tecnologias de Informação.

Primeiramente, será disponibilizada rede wi-fi em toda a extensão da Faculdade de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica.

É certo que a IES já possui um sistema acadêmico que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, porém, com o decorrer do curso, deverá ser criado um app da IES na qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc.) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo as suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

Para atender a essas ações, a EFAN disponibilizará recursos de informática aos seus discentes em laboratórios de informática e na biblioteca.

A EFAN disponibilizará aos seus alunos os seguintes softwares:

- SketchUp: Software fácil e intuitivo, que permite a criação de desenhos em 3D, para o desenvolvimento de projetos.
- Autocad: Ferramenta importante para o desenvolvimento do desenho técnico.

As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades de cada curso.

Todos os laboratórios atenderão às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Vale destacar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o VLIBRAS e o VOXI.



#### 4.17 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Além das auto avaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, a EFAN optou pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

A avaliação formal do ensino-aprendizagem, por disciplina, é realizada bimestralmente, por todos os alunos, cabendo a cada professor identificar e aplicar as melhores sistemáticas de avaliação conhecidas, que sejam adequadas ao conhecimento e às características das turmas que estão sendo avaliadas. O que se estimula é que as avaliações constituam mais uma oportunidade de crescimento do conhecimento, ao invés de momentos de repetições de informações decoradas.

Vale ressaltar que o Curso estará sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indicará aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral da EFAN (Disponível no site <https://www.efan.com.br/>), de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno será realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas sendo 68% a partir de provas bimestrais e 20% do rendimento avaliado a partir de exercícios, trabalhos, holismo ou outros instrumentos e procedimentos definidos pelo professor.

O Sistema de avaliação do rendimento escolar estabelece duas avaliações semestrais, que podem ser compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas, *positions papers*, *one minute paper*, entre outras avaliações que em conjunto ou isoladamente construirão a avaliação bimestral.

Para o primeiro bimestre, a avaliação total importará em 40% do peso total da média final, enquanto a avaliação do segundo bimestre representará 60% da avaliação total, constituída por uma média ponderada das duas avaliações bimestrais.

O aluno que não alcançar média final mínima para a aprovação, poderá se submeter ao Exame Final, desde que sua média geral no semestre, não tenha sido inferior a 4,0 (quatro).





Assim, para a aprovação sem exame o aluno deverá perfazer média final 6,0 (seis) e, com exame final 6,0 (seis), como condição mínima para seguir adiante no curso.

Apesar de se tratar de um componente curricular com status de disciplina, as Atividades de Complementação Profissional não serão avaliadas da mesma maneira que as outras disciplinas do currículo: as horas são validadas pela Coordenação de responsável e, posteriormente, lançados os aproveitamentos no histórico do aluno, devendo o mesmo constituir um número x de atividades no semestre, para poder galgar de período.

Vale destacar também que disciplinas como as Práticas Interdisciplinares, TCC e Estágio Supervisionado possuem características próprias de configuração avaliativa.

#### 4.17.1 A avaliação e a autonomia do aluno

Conforme especificado acima, 20% do peso avaliativo de cada semestre será estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e





aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

#### **4.17.2 A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o planejamento de ações concretas para a melhoria da aprendizagem**

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece que a obrigatoriedade no curso de entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa poder-se-á constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação sairá do papel de ser simplesmente um mediador da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modificá-las sempre que necessário.

#### **4.18 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS**

Serão ofertadas 150 vagas anuais do Curso de Agronomia, nos turnos Matutino, Vespertino e Noturno. Destaque-se que devido à qualidade do curso, da rápida inserção no mercado de trabalho e dada à demanda reprimida na região de Natalândia, no Estado de Minas Gerais.





#### 4.18.1 Os estudos quantitativos e qualitativos para adequação das vagas em relação ao corpo docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão da EFAN estabeleceram os seguintes procedimentos:

##### 4.18.1.1 *Qualidade e perfil do corpo docente:*

a) Estudo do perfil de professores de áreas diversas (ciências agrárias, ciências sociais, ciências humanas, ciências exatas) disponíveis em na região da IES;

- Professores que já ministraram em outras IES;
- Professores que possuam titulação mínima de especialização;
- Professores inseridos no mercado de trabalho.

b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;

c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;

d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação *stricto sensu*;

e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra-aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, TCC, Atividades de Complementação Profissional etc.;

f) Professores que venham de municípios próximos à Natalândia de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;

g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;

h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

##### 4.18.1.2 *Quantidade*

a) Número de professores que além da possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior na EFAN do que em outras IES que venham a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas;





- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado;
- c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado;
- d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas;
- e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDEs, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a possibilidade de oferta de 150 vagas anuais no curso, considerando o número de engenheiros agrônomos disponíveis na região de Natalândia. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica limitada ao processo autorizativo (coordenadores de curso, gestores e funcionários).

#### **4.18.2 Os estudos quantitativos e qualitativos para adequação das vagas à infraestrutura física e tecnológica**

Para determinar as 150 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

##### **4.18.2.1 Quantidade e qualidade**

- a) Conforme a necessidade de laboratórios, foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes de atender as vagas do curso.
- b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas.
- c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado.
- d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas.





e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitada.

f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.





## 5 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIA

### 5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Agronomia da Faculdade EFAN é constituído por um grupo multidisciplinar. O NDE foi responsável pela elaboração deste PPC e foi composto pelo(a) coordenador(a) e outros docentes que participaram ativamente da constituição do documento.

As atribuições do NDE são, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;
- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das Atividades de Complementação Profissional;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES.

#### 5.1.1 Componentes do nde – núcleo docente estruturante

**Obs\* O NDE do curso atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007**

**Mínimo de 05 docentes, mínimo de 60% deles com formação Stricto Sensu e mínimo de 20% em regime Integral.**

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE AGRONOMIA DA EFAN		
DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Deleon Geraldo Pereira Carvalho	Mestre	Integral
Rízia da Silva Andrade	Mestre	Integral
Weiber da Costa Gonçalves	Doutor	Integral
Warley Henrique da Silva	Mestre	Integral
Lilian Rodrigues Maia	Mestre	Integral



Nesse sentido, destaque-se que este PPC do Curso de Graduação em Agronomia é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos de Bacharelado em Agronomia e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

### 5.1.2 NDE: os estudos e a atualização periódica do ppc

Para compor o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia, o PPC designado para o curso iniciou seus estudos a partir dos dados que foram constituídos para a justificativa de oferta do curso de Agronomia.

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades sociorregionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCN's para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.

Após a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca do município e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, faz-se necessário que se explicita que, mesmo antes de receber a visita *in loco* para o curso, o NDE já efetivou mudanças no documento e no curso, inclusive aquelas que buscam deixar o curso e este projeto mais próximo do que determina o novo instrumento de avaliação externa (autorização) do INEP.





### 5.1.3 NDE: os procedimentos para permanência dos membros do nde até o ato regulatório seguinte

Como primeira medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC de forma a culminar até o reconhecimento do curso, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE será contratado como horista, ou seja, todos terão carga horária no formato integral ou parcial. Isso irá fazer com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso.

Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dará preferência de disciplinas gerais para professores já presentes na EFAN. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos aumenta a carga horária do professor e faz com que ele mantenha vínculos somente com a EFAN, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior dedicação ao curso.

Da mesma forma, destaquem-se programas da IES como o Programa de Incentivo à produção acadêmica que possibilitará com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades da EFAN.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos como Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica. Esses afazeres extra aulas, são também formas de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos e à EFAN.

## 5.2 REGIME DE TRABALHO E ATUAÇÃO DO (A) COORDENADOR (A) DE CURSO

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Nesse sentido, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não -acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);





- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;

Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Graduação em Agronomia, bem como de outros cursos de graduação da IES, são constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

#### a) **Funções de Natureza Política:**

- O Coordenador do Curso de Graduação em Agronomia exerce o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade;
- Negociar, com os dirigentes, condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente;
- Motivar estudantes e professores para a busca da qualidade acadêmica.

#### b) **Funções de Natureza Gerencial:**

- Supervisionar a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos, dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos;
- Conhecer e contribuir para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.;





- Formular fluxos de comunicação e de processos que contribuirão para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

**c) Funções de Natureza Acadêmica:**

- Contribuir para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Integrar os professores e estimular a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Liderar o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades;
- Estimular os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de iniciação científica, execução dos PIs – Práticas Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

**d) Funções de Natureza Institucional:**

- Contribuir para a imagem interna e externa do curso e da Instituição;
- Encontrar meios de ampliar a empregabilidade dos egressos;
- Firmar contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade;
- Procurar ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a Faculdade EFAN prima na sua organização administrativa e acadêmica por coordenadores com perfil de responsabilidade pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.



### 5.2.1 Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)

Para coordenar o curso de Agronomia foi firmado compromisso com o professor Deleon Geraldo Pereira de Carvalho, ele é Doutorando em agronomia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Sociedade, Meio ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) associada à Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; especialista em Fertilidade, manejo de solos e nutrição de plantas (2022) pelo Unyleya-Brasil; e graduado em Agronomia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (2019). Atualmente, é Diretor Acadêmico da Faculdade EFAN e Coordenador do curso de Agronomia. Professor de Culturas Anuais (milho, soja e cana de açúcar) de Manejo Integrado de Pragas (MIP); e de Fruticultura e Agroecologia da Escola Família Agrícola de Natalândia-MG; e responsável técnico do Laboratório de análise de solo dessa instituição Filho de agricultores familiares, com experiência na agricultura e no ensino/práticas agropecuárias.

### 5.3 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Primeiramente, há que se destacar que foram estabelecidos estudos para constituição de um perfil desejado para cada um dos componentes curriculares no que diz respeito ao curso. Esse estudo eclodiu em um relatório da captação dos professores que considerou a titulação e vários outros aspectos em relação ao perfil do egresso ensejado para o curso, bem como as necessidades de cada um dos componentes.

O Relatório do Perfil do Corpo Docente está disponível para o MEC - Ministério da Educação e para a comunidade acadêmica, em especial para a equipe de gestão da EFAN.

***(VIDE RELATÓRIO DO PERFIL E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO CURSO)***

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Agronomia é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Os professores são estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento da Faculdade EFAN de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também, para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.



A Instituição também oferece apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da Faculdade EFAN.

Há que se destacar que o corpo docente participa ativamente dos eventos de extensão da Faculdade EFAN, tanto na sua concepção como na sua realização, envolvendo toda a comunidade acadêmica em programas sociais e culturais.

São atribuições do corpo docente:

- Constituir o material instrucional do curso;
- Organizar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com horário pré-estabelecido;
- Elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- Fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- Comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;
- Propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino, da pesquisa e da extensão; e
- Realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica.

Para ingresso na EFAN e no Curso de Graduação em Agronomia os professores são selecionados pela coordenação de curso, oriundos, em sua maioria, do próprio estado de Minas Gerais, da região de Natalândia e demais cidades próximas à IES.

Os requisitos exigidos para a docência são:

- a) Titulação acadêmica. Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista;
- b) Formação não acadêmica. Privilegiam-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros);
- c) Experiência acadêmica. Privilegiam-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica;



d) Experiência profissional. Para disciplinas mais específicas do Curso, é fundamental a experiência na área de atuação das disciplinas;

O perfil e a titulação do corpo docente do Curso de Graduação em Agronomia estão representados na tabela, a seguir:

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAIS
Especialistas	3	20%
Mestres	8	53%
Doutores	4	27%

DISCIPLINA	DOCENTE	TITULAÇÃO
<b>1º SEMESTRE</b>		
Introdução a Agronomia	Rízia da Silva Andrade	Doutora
Sociologia Rural	João Batista Begnami	Doutor
Metodologia Científica	Andreia Aparecida de Campos Cordeiro	Mestre
Matemática Básica	Tiago de Oliveira Marinho	Especialista
Biologia Celular	Wilton Duarte Ferreira	Doutor
Química Geral	Wilton Duarte Ferreira	Doutor
Empreendedorismo e Projeto Profissional	Warley Henrique da Silva	Mestre
Botânica	Lilian Rodrigues Maia	Mestre
Prática Interdisciplinar I	Rízia da Silva Andrade	Mestre
Língua Portuguesa	Manuel de Brito Oliveira segundo	Mestre
DISCIPLINA	DOCENTE	TITULAÇÃO
<b>2º SEMESTRE</b>		
Física básica	Tiago de Oliveira Marinho	Especialista
Estatística Básica	Tiago de Oliveira Marinho	Especialista
Cálculo Diferencial e Integral	Gustavo Guedes de Paula	Especialista
Química orgânica	Wilton Duarte Ferreira	Doutora
Geologia e Mineralogia do solo	Deleon Geraldo Pereira de Carvalho	Especialista
Prática Interdisciplinar II	Lilian Rodrigues Maia	Mestre
Práticas de Extensão Universitária I	João Batista Begnami	Doutor
DISCIPLINA	DOCENTE	TITULAÇÃO
<b>3º SEMESTRE</b>		





Agroecologia e educação Ambiental	Idalino Firmino dos Santos	Especialista
Anatomia vegetal	Wilton Duarte Ferreira	Doutor
Desenho técnico	Weiber da Costa Gonçalves	Doutor
Ética, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável	João Batista Begnami	Doutor
Nutrição de plantas	Wilton Duarte Ferreira	Doutor
Microbiologia	Deleon Geraldo Pereira de Carvalho	Especialista
Prática Interdisciplinar III	Ricardo Ferreira Vital	Mestre
Práticas de Extensão Universitária II	Andreia Aparecida Campos Cordeiro	Mestre
Associativismo e Cooperativismo	Idalino Firmino dos Santos	Especialista
Geometria e Álgebra Linear	Tiago de Oliveira Marinho	Especialista
<b>DISCIPLINA</b>	<b>DOCENTE</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
<b>4º SEMESTRE</b>		
Morfologia Vegetal	Lilian Rodrigues Maia	Mestre
Genética	Wilton Duarte Ferreira	Doutor
Pedologia	Deleon Geraldo Pereira de Carvalho	Especialista
Construções e instalações rurais	Weiber da Costa Gonçalves	Doutor
Administração e economia Rural	Gevair Campos	Mestre
Prática Interdisciplinar IV	Idalino Firmino dos Santos	Especialista
Práticas de Extensão Universitária III	Ricardo Ferreira Vital	Mestre

#### 5.4 Regime de trabalho do corpo docente do curso

O regime de trabalho a ser adotado é o de tempo parcial ou integral. Os docentes contratados em regime de tempo parcial terão 25% de sua carga horária dedicados a atividades extra-classe, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão entre outras atividades.

O Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso de Agronomia da IES está representado nas tabelas, a seguir:

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
<b>Integral</b>	14	93%



<b>Parcial</b>	1	7%
<b>Horista</b>	0	0

### TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO

Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Andreia Aparecida Campos Cordeiro	Mestre	Integral
Deleon Geraldo Pereira de Carvalho	Especialista	Integral
Elizana Monteiro dos Santos	Doutora	Integral
Gevair Campos	Mestre	Integral
Haminton Batista Coelho	Mestre	Integral
Idalino Firmino dos Santos	Especialista	Integral
João Batista Begnami	Doutor	Integral
Lilian Rodrigues Maia	Mestre	Integral
Ricardo Ferreira Vital	Mestre	Integral
Rízia da Silva Andrade	Mestre	Integral
Tiago de Oliveira Marinho	Especialista	Integral
Monica Rodrigues Teixeira	Mestre	Integral
Warley Henrique da Silva	Mestre	Parcial
Weiber da Costa Gonçalves	Doutor	Integral
Wilton Duarte Ferreira	Doutor	Integral

#### 5.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

Conforme já fora destacado em outras partes deste PPC, além das perspectivas relacionadas à qualidade do docente para acompanhamento das questões pedagógicas, conteudistas e avaliativas dos alunos, dá-se preferência na IES à docentes que reúnam a academia com a experiência de mercado.

Essas expectativas podem ser vislumbradas no mesmo relatório de adequação docente disponibilizado para consulta na coordenação, bem como pelas atas dos colegiados superiores e NDE.

Os docentes selecionados para esse primeiro momento de integração entre o aluno e a área de atuação, possuem ampla experiência extrassala que auxiliará na relação entre conteúdo e a prática, com exemplos reais e vivências.

***VIDE RELATÓRIO DO PERFIL E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE, DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO CURSO)***

##### 5.5.1 Plano de carreira docente



A IES tem protocolado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que podem ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

### 5.5.2 Qualificação do corpo docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a EFAN incentiva os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal ofertará especializações *Lato Sensu*, ofertando cursos na área das ciências agrárias, dentre outras.

Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos *stricto sensu*.

## 5.6 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

***(VIDE RELATÓRIO DO PERFIL E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE, DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO CURSO)***

## 5.7 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO OU EQUIVALENTE

A IES possui o regulamento que estabelece as responsabilidades e a atuação do Colegiado do curso.

Dentre outras várias questões, o regimento prevê:

a) Representatividade dos segmentos envolvidos no curso: professores, alunos e corpo técnico-administrativo;



- b) Reuniões ordinárias com registro das decisões colegiadas;
- c) Fluxo semestral que determina a avaliação do seu desempenho e práticas sistemáticas de gestão do curso.

Porém, dado ao fato de que se trata de um processo de autorização não se faz possível neste momento ter-se ampla representatividade, principalmente pela ausência de atores como os alunos, o colegiado será instituído como provisório no processo autorizativo, estabelecido pelos mesmos membros do NDE e, após o início da primeira turma, será eleito novo colegiado então com a presença do corpo técnico administrativo e alunos a ele incorporado.

Então, neste momento, o Colegiado do Curso de Graduação em Agronomia será composto pelo Coordenador do Curso e por, pelo menos, 04 (quatro) docentes.

Ao Colegiado, na forma como ele será instituído, competirá o seguinte:

- a) propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível das relações entre os cursos da mesma área da instituição;
- b) aprovar o plano de atividades de curso;
- c) promover a articulação e a integração das atividades docentes;
- d) propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;
- e) opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- f) responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;
- g) desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;
- h) distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;
- j) elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;
- k) avaliar o desempenho individual de cada docente;
- l) participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;
- m) promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;
- n) avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
- o) constituir comissões especiais para assuntos específicos;





p) acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;

q) exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;

r) fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado de Curso, presidido pelo (a) Coordenador (a) de Curso, reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados são as que estão estabelecidas em Regimento próprio do Colegiado do curso.

O colegiado do Curso de Graduação em Agronomia será constituído pelos seguintes membros:

NOME	REPRESENTAÇÃO
Deleon Geraldo Pereira de Carvalho	Docente
Elizana Monteiro dos Santos	Docente
Weiber da Costa Gonçalves	Docente
Mônica Aparecida Rodrigues	Administrativo
Rízia da Silva Andrade	Coordenadora
Wilton Duarte Ferreira	Docente

## 5.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Inicialmente, vale destacar que a estrutura curricular do Curso de Agronomia permitirá que a cada semestre as áreas e disciplinas realizem um projeto como “Práticas interdisciplinares” cuja pesquisa permitirá mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período.

Cada disciplina será aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases. Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.





A Faculdade possui uma Coordenação Específica de Pesquisa e Iniciação Científica, regulamentada e publicará semestralmente edital convocando para apresentação de projetos.



## 6 DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

### 6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores TI – Tempo Integral poderem ter condições de desenvolver trabalhos com silêncio e comodidade. Tais gabinetes possuem boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- Computadores com acesso à internet;
- Impressora ligada à rede;
- Mobiliário adequado.

### 6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender aos professores, e alunos de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem acadêmica. Por isso, o curso possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar-condicionado, computador, impressora e acesso à internet. Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornece uma secretária acadêmica para atender ao curso.

### 6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades.

Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto, é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham. Nesse contexto, a EFAN tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, na EFAN há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:





- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso à internet;
- Ar-condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades.

#### 6.4 SALAS DE AULA

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

- **ACÚSTICA**

Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.

- **ILUMINAÇÃO**

Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.

- **CLIMATIZAÇÃO**

Todas as salas de aulas são climatizadas.

- **MOBILIÁRIO**

Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores, Datashow, Computadores e acesso à internet.

- **LIMPEZA**



As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.

## 6.5 ACESSO DOS ALUNOS À EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O acesso dos alunos aos equipamentos de informática será feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas e pesquisa/estudo pelos alunos, tudo conforme cronograma estabelecido e às necessidades dos professores.

O horário de funcionamento dos laboratórios de informática, será nos turnos de funcionamento da faculdade, podendo ser reservado o espaço com antecipação de, pelo menos, 24 horas por professores. O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

O acesso aos equipamentos dos Laboratórios de Informática será realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.

## 6.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

Para o curso de Bacharelado em Agronomia, a EFAN definiu a utilização da bibliografia virtual, haja vista a atualização constante dos títulos e a facilidade de acesso dos alunos.

Desse modo, o NDE se reuniu e fez a indicação de cada um dos livros utilizados para o curso, sendo que todos estão devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

***(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)***

## 6.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

***(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)***



### 6.7.1 Biblioteca: políticas do acervo

O acervo da Biblioteca da IES é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais.

No que tange à Periódicos Especializados, o curso disponibiliza no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos possam pesquisar e se utilizar do material, conforme segue:

NOME	LINK	LOCAL DE ACESSO
A LAVOURA	<a href="http://www.zebu.org.br/Revistas/ListaRevistasPdf/9002-Revista-A-Lavoura-Memorias-do-Zebu?page=1">http://www.zebu.org.br/Revistas/ListaRevistasPdf/9002-Revista-A-Lavoura-Memorias-do-Zebu?page=1</a>	Online Portal da IES
ACTA BOTANICA BRASILEICA	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0102-3306&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0102-3306&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
ACTA SCIENTIARUM. BIOLOGICAL SCIENCES	<a href="https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/index">https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/index</a>	Online Portal da IES
AGRARIAN	<a href="https://ojs.ufgd.edu.br/">https://ojs.ufgd.edu.br/</a>	Online Portal da IES
AGROPAMPA: REVISTA DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO	<a href="https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Agropampa/index">https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Agropampa/index</a>	Online Portal da IES
ARQUIVO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0102-0935&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0102-0935&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
BAR. BRAZILIAN ADMINISTRATION REVIEW	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1807-7692&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1807-7692&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
BIODIVERSIDADE BRASILEIRA	<a href="https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR">https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR</a>	Online Portal da IES
BIOTA NEOTROPICA	<a href="http://www.biotaneotropica.org.br/v5n1/pt/">http://www.biotaneotropica.org.br/v5n1/pt/</a>	Online Portal da IES
BRAZILIAN JOURNAL OF BIOLOGY	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1519-6984&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1519-6984&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
BRAZILIAN JOURNAL OF GENETICS	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-8455&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-8455&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
BRAZILIAN JOURNAL OF MICROBIOLOGY	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1517-8382&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1517-8382&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
BRAZILIAN JOURNAL OF PLANT PHYSIOLOGY / THEORETICAL AND EXPERIMENTAL PLANT PHYSIOLOGY	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1677-0420&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1677-0420&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES





CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0101-2061&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0101-2061&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
CIÊNCIA RURAL	<a href="http://coral.ufsm.br/ccrrevista/">http://coral.ufsm.br/ccrrevista/</a>	Online Portal da IES
COFFEE SCIENCE	<a href="http://www.coffeescience.ufla.br/index.php/Coffeescience/issue/archive">http://www.coffeescience.ufla.br/index.php/Coffeescience/issue/archive</a>	Online Portal da IES
COLLOQUIUM AGRARIAE (UNOESTE)	<a href="https://revistas.unoeste.br/index.php/ca">https://revistas.unoeste.br/index.php/ca</a>	Online Portal da IES
CULTIVAR GRANDES CULTURAS	<a href="http://www.grupocultivar.com.br/revistas">http://www.grupocultivar.com.br/revistas</a>	Online Portal da IES
EMBRAPA	<a href="http://www.embrapa.br/">http://www.embrapa.br/</a>	Online Portal da IES
ENCICLOPÉDIA BIOSFERA	<a href="http://www.conhecer.org.br/enciclop/enciclop.htm">http://www.conhecer.org.br/enciclop/enciclop.htm</a>	Online Portal da IES
ENGENHARIA AGRÍCOLA	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0100-6916/lng_en/nrm_iso">http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0100-6916/lng_en/nrm_iso</a>	Online Portal da IES
FITOPATOLOGIA BRASILEIRA / TROPICAL PLANT PATHOLOGY	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-4158&amp;nrm=iso&amp;rep=&amp;lng=pt">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-4158&amp;nrm=iso&amp;rep=&amp;lng=pt</a>	Online Portal da IES
FLORAM – FLORESTA E AMBIENTE	<a href="https://www.floram.org/">https://www.floram.org/</a>	Online Portal da IES
FLORESTA (CURITIBA)	<a href="https://revistas.ufpr.br/floresta">https://revistas.ufpr.br/floresta</a>	Online Portal da IES
HORTICULTURA BRASILEIRA	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0102-0536&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0102-0536&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO	<a href="https://acasp.org.br/jornal/">https://acasp.org.br/jornal/</a>	Online Portal da IES
PESQUISA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-204X&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-204X&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
PLANTA DANINHA / ADVANCES IN WEED SCIENCE	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=2675-9462&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=2675-9462&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
QUÍMICA NOVA	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-4042&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-4042&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
REVER – REVISTA DE EXTENSÃO E ESTUDOS RURAIS	<a href="https://periodicos.ufv.br/rever/">https://periodicos.ufv.br/rever/</a>	Online Portal da IES





REVISTA AGROGEOAMBIENTAL	<a href="https://agrogeoambiental.ifsuldeminas.edu.br/index.php/Agrogeoambiental">https://agrogeoambiental.ifsuldeminas.edu.br/index.php/Agrogeoambiental</a>	Online Portal da IES
REVISTA AVICULTURA INDUSTRIAL	<a href="http://www.aviculturaindustrial.com.br/">http://www.aviculturaindustrial.com.br/</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA	<a href="http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/index">http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/index</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE AGROTECNOLOGIA	<a href="https://gvaa.com.br/revista/index.php/REBAGRO/index">https://gvaa.com.br/revista/index.php/REBAGRO/index</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA AVÍCOLA	<a href="http://www.scielo.br/rbca">http://www.scielo.br/rbca</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-0683&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-0683&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE CLIMATOLOGIA	<a href="https://revistas.ufpr.br/revistaabclima">https://revistas.ufpr.br/revistaabclima</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1415-4366&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=1415-4366&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE ENTOMOLOGIA	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0085-5626&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0085-5626&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE FRUTICULTURA	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-2945&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-2945&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	<a href="https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr">https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE HERBICIDAS	<a href="http://www.rbherbicidas.com.br/index.php/rbh">http://www.rbherbicidas.com.br/index.php/rbh</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE HORTICULTURA ORNAMENTAL	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;lng=pt&amp;pid=2447-536X&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;lng=pt&amp;pid=2447-536X&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE MILHO E SORGO	<a href="http://rbms.cnpms.embrapa.br/index.php/ojs">http://rbms.cnpms.embrapa.br/index.php/ojs</a>	Online Portal da IES
REVISTA BRASILEIRA DE SENSORIAMENTO REMOTO	<a href="https://rbsr.com.br/index.php/RBSR/index">https://rbsr.com.br/index.php/RBSR/index</a>	Online Portal da IES
REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0103-2003&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0103-2003&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES



REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL (RGSA)	<a href="https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa">https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa</a>	Online Portal da IES
REVISTA DE POLITICA AGRICOLA	<a href="https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA">https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA</a>	Online Portal da IES
REVISTA ENGENHARIA AGRÍCOLA	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-6916&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0100-6916&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES
REVISTA ENGENHARIA NA AGRICULTURA	<a href="https://periodicos.ufv.br/reveng">https://periodicos.ufv.br/reveng</a>	Online Portal da IES
REVISTA GESTÃO & SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	<a href="http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental">http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental</a>	Online Portal da IES
REVISTA METROPOLITANA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	<a href="https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms">https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms</a>	Online Portal da IES
REVISTA SUINOCULTURA INDUSTRIAL	<a href="http://www.suinoculturaindustrial.com.br/">http://www.suinoculturaindustrial.com.br/</a>	Online Portal da IES
REVISTA VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	<a href="https://gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS">https://gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS</a>	Online Portal da IES
SCIENTIA AGRICOLA (USP)	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0103-9016&amp;lng=en&amp;nrm=iso">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&amp;pid=0103-9016&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>	Online Portal da IES

### 6.7.2 Política de aquisição da ies

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nos planos de ensino dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição, bem como pelas bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC.

Serão consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as bibliografias encaminhadas semestralmente pelos docentes responsáveis pelas Coordenações dos cursos de graduação, sendo estas listas fruto de reuniões periódicas com professores, e alunos.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados serão:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).



## 6.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Os laboratórios de formação básica atenderão aos quatro primeiros semestres do curso.

Eles permitem a realização de experiências práticas, projetos e pesquisas orientadas aos alunos no currículo inicial.

Afinal, é imperativo que alunos possam comprovar os resultados teóricos obtidos através de experiências práticas, inclusive nas fases iniciais do curso.

Esses laboratórios, além de bem equipados, estão afinados com a proposta base, ou seja, ambientes dedicados que permitem a concentração de ideias e objetivos muito bem definidos para a produção de conhecimento e pesquisa, pois a utilização de equipamentos e tecnologias atuais nos procedimentos e na estrutura traz como consequência um processo de aprendizado racional e rápido.

Além disso, esses laboratórios devem ainda ter como propósito, contribuir para a formação de indivíduos tecnologicamente atualizados e competentes.

Para o curso de Agronomia estão previstas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas nos laboratórios, sempre sob a supervisão docente e de pessoal qualificado.

A coordenação de curso encarrega-se de acordar com os professores os horários que devem utilizar o parque de equipamentos e desenvolver práticas discentes.

Os Laboratórios de Formação Básica serão:

- Laboratório Multidisciplinar de Anatomia Vegetal, Citologia e Microbiologia.
- Laboratório de Química - para preparo e experimentos com substâncias diversas
- Laboratório de Desenho Técnico - para atender práticas sobre a disciplina de desenho técnico, instalações e construções diversas
- Laboratório de Física - para práticas relacionadas a comprimento de ondas, dilatação, velocidade de luz, dentre outras atividades.
- Laboratório de Análises Químicas de solo e Tecido vegetal - para fins de análise de fertilidade do solo e análise nutricional das plantas
- Casa de Vegetação
- Área de campo aberto para condução de experimentos

## 6.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios de formação específica são aqueles que serão utilizados em conteúdos específicos da área conteúdos profissionais específicos:



- Anatomia animal.

## 6.10 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atenta ao que dispõe a legislação pertinente, a EFAN implementa o seu Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos e pessoas com deficiência na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de gestão e de aprendizagem, tudo por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para usuários e acadêmicos em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas.

Entende-se por usuários e pessoas com deficiência aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas. Programa de Acessibilidade e Atendimento Prioritário.

### 6.10.1 Infraestrutura e serviços oferecidos

A instituição, no que se refere à infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

#### **A) Para Usuários com Deficiência Física/ Motora**

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência;
- II. Acesso aos andares através de rampas ou elevadores;
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade;
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio;



VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

### **B) Para os Usuários com Deficiência Visual**

I. Mapeamento dos espaços de circulação - da entrada e calçada da faculdade até o seu interior;

II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile;

III. Colocação de anel tátil nos corrimãos;

IV. Placa de início e final de corrimãos;

V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- Software de ampliação de tela do computador;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- Lupas, régua de leitura;
- Scanner acoplado ao computador;
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

### **C) Para os Usuários com Deficiência Auditiva**

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
- Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita;
- Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;





- Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareçam especificidades linguísticas dos surdos.

### 6.10.2 Os meios de comunicação e informação

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e, além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação;
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site;
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos;
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição;
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional



especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

### **6.10.3 Atendimento prioritário**

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário;
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados;
- c) Preferência no atendimento.

### **6.10.4 Tratamento especial**

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso, o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

a) Acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes e que a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico, incluindo, entre outros, os quadros de síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) Alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento serão determinados por atestado médico apresentado à instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado





médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).





## 7 ANEXOS

### 7.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

#### I - Disposições Preliminares

**Art. 1º** Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades de Complementação Profissional que compõem o currículo do curso de Agronomia da Faculdade EFAN, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação nos módulos que constituem o currículo do curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

#### II – Das Atividades

**Art. 2º** Entende-se por Atividades de Complementação Profissional aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico.

**Art. 3º** As Atividades de Complementação Profissional, doravante denominadas simplesmente como ACP's, compõem o currículo do Curso de Agronomia.

**Art. 4º** São consideradas para efeito de ACP's:

#### III– Atividades de pesquisa:

- a) iniciação científica sob tutoria de docentes;
- b) pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

#### IV– Atividades de extensão:

- a) atividades de disseminação de conhecimentos da área das ciências agrárias e/ou aderente ao currículo do curso (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);





**V- Atividades de ensino:**

a) disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;

**Parágrafo Único** Os critérios para validação das ACP's encontram-se no Anexo I deste documento.

**Art. 5º** O cumprimento da carga horária de ACP's dar-se-á conforme o quadro abaixo:

TIPO DE ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÍNIMA POR PERÍODO	CARGA HORÁRIA MÁXIMA POR PERÍODO
<b>PESQUISA</b>		
Iniciação científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
<b>ENSINO</b>		
Disciplinas não previstas	0	20
Estágio Extracurricular	10	20
<b>EXTENSÃO</b>		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10
Cursos de Extensão	2	20

**Art. 6º** O aluno deve protocolar na Coordenação o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.

**Parágrafo Único** A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.

**CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ACP's**

**CRITÉRIO GERAL:** O registro acadêmico das ACP's, bem como a validação do módulo ao qual se referem as horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito à aprovação.



## ATIVIDADES DE ENSINO:

### 1. Disciplinas não Previstas:

#### a) *Cursadas na Faculdade EFAN:*

i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.

ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita à aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.

iii. O aluno inscrito na disciplina como ACP's será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.

iv. O documento comprobatório para o registro das ACP's é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.

v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ACP's obedece ao anexo II.

#### b) *Cursadas fora da Faculdade EFAN:*

i. Considera-se como ACP's do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.

ii. Os documentos comprobatórios para o registro das ACP's são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.

iii. O registro das ACP's está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico do curso de graduação em que o aluno encontra-se matriculado e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.

iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ACP's obedece ao anexo II.

## ATIVIDADES DE PESQUISA

### 1. Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes

a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade EFAN.



b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são:

I. Responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo às Coordenações dos Cursos prestar suporte sempre que solicitada.

II. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da ACP's.

III. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como ACP's obedece ao anexo 2.

## **2. Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes**

a. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.

b. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação da Faculdade EFAN.

c. a do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa da Faculdade EFAN.

d. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:

I. Identificação completa do professor e do aluno orientado.

II. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).

III. Cópia da pesquisa.

e. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como ACP's obedece ao anexo 2.

## **3. Publicação de Resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa**

a. São consideradas para efeito de ACP's as publicações:

I. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.

II. Registradas no ISBN no caso de livros.

III. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área do Curso ou afins.

b. Somente serão aceitos como ACP's os trabalhos publicados no período em que o aluno se encontrar regularmente matriculado na Faculdade EFAN e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico da graduação em curso.





- c. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.
- d. O registro da carga horária atribuída à Publicação como ACP's obedece ao anexo 2.

**4. Assistência a Defesa de Monografias ou Projetos de Finais de Curso**

a. São considerados Assistentes, para efeito de ACP's, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora da Faculdade EFAN, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso.

b. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:

- I. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino.
- II. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).
- III. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.
- IV. Cópia do trabalho.

c. O registro da carga horária atribuída à Assistência como ACP's obedece ao anexo 2.

**ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**5. Disseminação de Conhecimentos**

As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como ACP's, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação de defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação em que se encontra regularmente matriculado na Faculdade EFAN, exceto quando mencionado como autor.</li> <li>• Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.</li> </ul>
Cursos de Atualização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos realizados dentro ou fora da Faculdade EFAN cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas.</li> </ul>





	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da Faculdade EFAN): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na Faculdade EFAN) se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da ACP's.</li> </ul>
<p>Cursos de Qualificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos realizados dentro ou fora da Faculdade EFAN cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas.</li> <li>• Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da Faculdade EFAN): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na Faculdade EFAN): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da ACP's.</li> </ul>
<p>Cursos de Certificação Tecnológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora da Faculdade EFAN.</li> <li>• Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.</li> </ul>
<p>Cursos de Extensão em áreas afins ao Curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos realizados dentro ou fora da Faculdade EFAN cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado.</li> <li>• Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da Faculdade EFAN): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na Faculdade EFAN): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de</li> </ul>





Cursos de Língua Inglesa	<p>Graduação objeto do registro da ACP's.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora da Faculdade EFAN.</li> <li>• Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa.</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da Faculdade EFAN): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo.</li> <li>• Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na Faculdade EFAN): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da ACP's.</li> </ul>
--------------------------	--

### 6. Assistência, Assessoria ou Consultoria Técnica

Sob o amparo do CEI:

- i. São consideradas para efeito de ACP's as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito da Faculdade EFAN.
- ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno nas atividades propostas e obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.
- iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no campo, relatório contendo:
  - Identificação completa do aluno.
  - Cargo que ocupa no Núcleo.
  - Descrição sumária das atividades realizadas.
  - Data, carimbo e assinatura do(s) professor(es) orientador(es).
- iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.

### QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 20 horas por semestre letivo de atuação, podendo chegar ao total de 30 horas.</li> </ul>





<b>PESQUISA</b>	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	<p>Monografia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 10 horas.</li> </ul> <p>Projeto aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 10 horas.</li> </ul>
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	<p>Relatório Técnico</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 10 horas por trabalho, podendo chegar ao total de 20 horas.</li> </ul> <p>(OBS: O relatório deve ser validado pela Coordenação de Curso)</p> <p>Publicações em Âmbito Nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De 05 (cinco) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.</li> </ul> <p>Publicações em Âmbito Internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De 10 (dez) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.</li> </ul>
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 10 (dez) horas por trabalho assistido, podendo chegar ao total de 30 horas.</li> </ul>
<b>EXTENSÃO</b>	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De 0 (zero) até 40 (trinta) horas.</li> </ul>
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.</li> </ul>
	Cursos de Atualização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 30 (trinta) horas</li> </ul>
	Cursos de Qualificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 30 (trinta) horas</li> </ul>
	Cursos de Certificação Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 30 (trinta) horas, calculadas como a carga horária total do curso acrescida de 20% (vinte por cento) aos que obtiverem a certificação correspondente.</li> </ul>
	Cursos de Extensão em áreas afins à área do Curso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 30 (trinta) horas.</li> </ul>
	Cursos de Língua Inglesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 16 (dezesesseis) horas, calculadas como 80%</li> </ul>



		(oitenta por cento) da carga horária semestral total do curso, ou 100% das horas aos que apresentarem certificação de proficiência.
	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Extensão Comunitária • 20 horas por semestre de atuação.
<b>ENSINO</b>	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	• 20 horas por semestre letivo de atuação
	Atividades em Disciplinas Constantes da Organização Curricular	• 20 horas por semestre por semestre letivo de atuação

## 7.2 REGULAMENTO DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

### 1. DAS CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

Trata-se de unidade curricular que compõe o processo curricular do Curso de Graduação em Agronomia da Faculdade EFAN.

Por suas especificidades e características, a elaboração das Práticas interdisciplinares reger-se-á por este regulamento específico.

### 2. DA CARGA – HORÁRIA DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

Em todos os cursos de graduação em que se fizer presente na Faculdade EFAN, a carga horária semestral das Práticas interdisciplinares constituir-se-á da seguinte maneira:

- a) horas/aula semestrais para orientação dos grupos de alunos por professores designados para o semestre.
- b) horas/aula semestrais pertencentes ao aluno para a constituição do Projeto, execução do Projeto, composição do relatório e socialização do trabalho, tudo organizado pelo professor e definidas as fase e prazos em calendário escolar no início do semestre.

**Obs.\* Ao final do semestre o aluno deverá expor o trabalho nas dependências da FACULDADE EFAN na semana das Práticas Interdisciplinares, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo.**

**Obs.\*\* O professor das Práticas Interdisciplinares será responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários das aulas das Práticas Interdisciplinares.**



### 3. DO OBJETIVO GERAL

As Práticas Interdisciplinares, em cada um dos períodos no qual é oferecida na estrutura curricular do Curso de Graduação, tem por objetivo geral: Possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.

#### 3.1. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;
- b) Promover atividades extra sala, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto e a prática da investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de comunicação como internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão.
- g) Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos dos fundamentos da ética e da responsabilidade social no contexto organizacional contemporâneo;
- h) Compreender a natureza e a forma da prática da ética nas organizações, bem como da condução de seus processos;
- i) Estudar e entender a responsabilidade social do ponto de vista pessoal e organizacional;
- j) Reconhecer na prática, a diferença entre ação responsável e obrigações sociais;
- k) Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;
- l) Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;





m) Vivenciar o ambiente corporativo, bem como seu vocabulário específico.

n)

#### 4. DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

- Para a realização das Práticas Interdisciplinares, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

- As Práticas Interdisciplinares deverão ser elaboradas em equipes, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.

**Parágrafo único:** A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor responsável (determinado e não ultrapassado o número de vagas para cada docente).

- As equipes formadas serão orientadas pelos professores das respectivas turmas, ou ainda pelos professores das disciplinas ministradas nos períodos onde os alunos se encontram matriculados, a desenvolverem um trabalho voltado para o tema ou título do projeto.

- O tema proposto pelo grupo deverá ser entregue em tempo hábil ao professor do período, assim como o objetivo das disciplinas em cumprir o tema proposto. Os temas / títulos deverão ser escolhidos pelo grupo ou definidos pelos professores ; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

- O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados em órgãos de saúde devidamente credenciados para isso, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a Instituição e a organização/ empresa governamental ou não-governamental cedente.

- Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

- Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação de Banca examinadora e em apresentação no formato Pôster.

- O Professor da disciplina será o responsável por avaliar projeto, relatório e pôster.

- As notas atribuídas serão de responsabilidade do professor.





- Caberá a apresentação do projeto a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de pôster, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

**Parágrafo primeiro** – Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

**Parágrafo segundo** – O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.

- Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

## 5. DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

- Caberá a um ou mais professores que compõem cada um dos períodos/semestres do Curso de Agronomia, a orientação das Práticas Interdisciplinares a todos os grupos dos quais a sua disciplina seja parte integrante como área de concentração, constituindo as suas horas/aula conforme o regime a que fora contratado pela IES.

- Caberá à Coordenação de Curso o número de vagas destinadas para cada professor, sendo que o número de orientações não deverá ultrapassar 05 (cinco) equipes orientadas para cada professor do semestre/período.

- Os professores deverão estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, como é reconhecido no mercado de trabalho, prevalecendo à visão sistêmica por parte dos alunos.

- Caberá ao professor designado garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto aos professores e alunos.

- Caberá aos professores designados como responsáveis pela Unidade Curricular – Práticas Interdisciplinares, a solicitação junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade, quando necessários.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO





- As Práticas Interdisciplinares deverão ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor orientador responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

- Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem direito a novo protocolo.

- Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 6,0 (seis) estarão automaticamente reprovados na disciplina de Práticas Interdisciplinares, devendo os mesmos a cumprirem no regime de dependência no período letivo seguinte.

- O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

- a. Parte escrita (Avaliação da Banca examinadora) - (NP1): 5 pontos. Avaliação do Professor- (NP1): 5 pontos.

- b. Parte de pôster e apresentação do grupo (NP2): 10 pontos

PARÁGRAFO ÚNICO:  $NP1 + NP2 / 2 = MÉDIA FINAL$

## 7. DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

**Parágrafo único:** As equipes deverão cumprir as atividades nas datas e horários previstos. Este critério será avaliado durante o período letivo pelo professor, que observará itens como a formação do grupo, a participação de todos os componentes no projeto (avaliada por meio de entrevista individual, ou por informações repassadas pelos líderes de equipe) e a apresentação dos trabalhos teóricos e práticos. Atas de reuniões para o desenvolvimento do trabalho deverão ser anexadas no relatório final (um mínimo de 02 reuniões deverão ser comprovadas), a critério do professor (a).

## 8. DO PÔSTER

- A apresentação teórica deverá ser feita por **meio de pôster (dimensões de 800 mm de largura por 1200 mm de altura)** e valerá **50% da nota final da disciplina (Conforme Cap. 6)**. A equipe deverá montar o painel em material sintético próprio para *banner* ou, quando





autorizado pela coordenação de curso, em papel cartão ou cartolina, e fixar no espaço reservado para essa finalidade.

- O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.

- A avaliação do pôster será feita por equipe/banca de professores do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

- a. as respostas às questões formuladas nas várias disciplinas. Interdisciplinaridade das observações, cálculos, conclusões e respostas;

- b. discussão das questões envolvidas;

- c. criatividade e metodologia científica;

- d. a escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

Este regulamento entrará em vigor a partir do primeiro semestre de funcionamento do Curso.





**APÊNDICE I  
FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DAS PRÁTICAS  
INTERDISCIPLINARES**

<b>Curso</b>			
<b>Período</b>		<b>Turma</b>	
<b>Professor</b>			

<b>COMPONENTES/EQUIPE DO PROJETO</b>	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

<b>LÍDER DA EQUIPE</b>	
<b>Nome</b>	
<b>Contato/e-mail</b>	

<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>





## APÊNDICE II – ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO –Práticas Interdisciplinares

- CAPA (elemento obrigatório)
- FOLHA DE ROSTO (elemento obrigatório)
- FOLHA DE APROVAÇÃO (elemento obrigatório)
- DEDICATÓRIA (elemento opcional)
- AGRADECIMENTOS (elemento opcional)
- LISTA DE ILUSTRAÇÕES (se necessário)
- LISTA DE TABELAS (se necessário)
- SUMÁRIO (elemento obrigatório)
- INTRODUÇÃO (elemento obrigatório):

**Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Instituição Estudada/Pesquisada**.

### 1 DESCRIÇÃO DO RAMO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA E/OU ATIVIDADE SOCIAL\* (elemento obrigatório):

Há necessidade de embasamento bibliográfico.

Fazer uma análise descritiva sobre a área de atuação da empresa e o contexto do mercado em que ela está inserida. Pode ser uma Instituição Pública, Empresa Pública, Empresa Privada, Organização Não Governamental.

Vale lembrar que deve ser descrito o ramo de atuação, ou seja, mencionar instituições que atuam no mesmo setor, como se comporta frente ao mercado, à sociedade, à economia regional, nacional e até mesmo mundial, logo o levantamento bibliográfico é fundamental.

### 2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA\* (elemento obrigatório):

Há necessidade de embasamento bibliográfico.

#### 2.1. BREVE HISTÓRICO:



Processo de formação da instituição/organização, porte, número de colaboradores e outros aspectos importantes.

## **2.2. MISSÃO/VALORES:**

Objetivos da instituição/organização, valores abrangidos (sociais, políticos, econômicos, outros) e metas.

## **2.3. NATUREZA DA ATIVIDADE: PRODUTOS E SERVIÇOS:**

Fazer uma análise caracterizada e detalhada dos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

## **2.4. PRINCIPAIS MERCADOS E CLIENTES:**

Caracterizar os mercados de atuação e o público-alvo.

Descrever os “porquês” de se investir em determinados mercados e públicos-alvo.

## **2.5. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO:**

Descrever em quais setores a empresa está dividida, juntamente com a elaboração de um organograma.

## **3. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO\*** (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico:** Analisar a instituição foco da pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.

- **Prognóstico:** Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

## **4. PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÃO E/OU TOMADA DE DECISÃO\*** (elemento obrigatório):



Identificação do problema da organização e proposição de solução e/ou melhoria do processo, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- **CONCLUSÃO** (elemento obrigatório):

Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho, isto é, das Práticas interdisciplinares. (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no Projeto também podem ser destacadas).

- **REFERÊNCIAS** (elemento obrigatório):

Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento das Práticas interdisciplinares.

- **APÊNDICE** (elemento obrigatório):

Apresentação do Relatório de Visita Técnica (questões elaboradas pelos professores de cada disciplina do curso/semestre).

- **ANEXO** (se necessário):

Inclusão de documentos não elaborados pelos autores das Práticas interdisciplinares, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.





## 7.3 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA EFAN

### CAPÍTULO I: DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

**Art. 1.** As atividades de extensão na EFAN se constituem sob a égide da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Meta 12, estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação e do artigo 207 da Constituição da República Federal do Brasil de 1988.

**Art. 2.** Na EFAN as atividades de extensão se estabelecem como [...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

**Art. 3.** As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação da EFAN e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

**Parágrafo único.** Entende-se por carga horária total a soma das horas dos componentes curriculares, incluídos, quando houver, atividades complementares ou de complementação profissional, estágio obrigatório e outras atividades práticas e teóricas que compõem a matriz curricular de cada curso de graduação.

**Art. 4.** São consideradas atividades de extensão as ações que envolvam diretamente a comunidade externa com a EFAN e que estejam vinculadas à formação do estudante.

**Art. 5.** Para efeito deste regulamento são consideradas práticas de extensão:

- I – a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II – a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III – a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV – a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;





- V – o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- VI – a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes curriculares para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- VII – a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- VIII – o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- IX – o apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
- X – a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável do país.

**Art. 6** As atividades de extensão podem ser constituídas nas seguintes modalidades:

- I – programas;
- II – projetos;
- III – cursos;
- IV – eventos.

## CAPÍTULO II: DA INSERÇÃO CURRICULAR

**Art. 7.** Os PPCs deverão definir as atividades de extensão que serão reconhecidas para fins de creditação curricular, dentro das seguintes unidades curriculares:

- I – como disciplina específica da matriz curricular, que dedicará toda a carga horária de um período letivo à realização de atividades de extensão;
- II – como atividade de extensão em parte da carga horária de uma disciplina do currículo, constituída de ações de extensão em projetos, cursos e eventos;
- III – como composição dos itens I e II.

§ 1º Não é objetivo aumentar a carga horária total dos cursos de graduação. Entretanto, se o Colegiado de Curso, julgar necessário, deverá justificar a necessidade de aumento da carga horária e submeter à apreciação do CONSUP.



§ 2º. As disciplinas referentes ao inciso I serão registradas no histórico como disciplinas curriculares nomeadas Práticas de Extensão.

§ 3º. As disciplinas referentes ao inciso II serão registradas no histórico tendo parte de sua carga horária como extensão.

§ 4º. As atividades de extensão deverão ter um professor orientador e supervisor sob sua égide, o qual determinará os temas, os conhecimentos desenvolvidos e aplicados, o público interno e externo atingido e o modus operandi de cada uma das atividades desenvolvidas.

§ 5º. As atividades de extensão poderão ser desenvolvidas individualmente ou em grupos de alunos, sendo tal dimensionamento estabelecido pelo professor orientador/supervisor.

§ 6º. Em qualquer que seja a modalidade, o aluno deverá ser avaliado a partir do seu relatório de execução da atividade e o professor, por sua vez, deverá enviar o arquivo digital para repositório de comprovação das atividades desenvolvidas à coordenação de Atividades Complementares e Extensão.

§ 7º. A constituição da carga horária das Práticas de Extensão deverá ser estabelecida, considerando:

- a) Mínimo de 10 (dez) horas para planejamento;
- b) Mínimo de 10 (dez) horas para execução da atividade:
  - i - quando evento, curso ou projeto, a carga horária em b prevê todos os aspectos organizacionais até a execução;
  - ii - quando prestação de serviços à comunidade, a carga horária prevê desde a interação com a comunidade até a efetivação do serviço.

### **CAPÍTULO III: DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO**

#### **SEÇÃO 1: DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO**

**Art. 8.** Fica desde já constituída a Coordenação de Atividades Complementares e Extensão para constituir a gestão das atividades de extensão na EFAN.

§ 1º. A coordenação de atividades complementares e extensão deverá manter pasta de cada aluno com as atividades desenvolvidas e portfólio das ações no formato digital em nuvens e backup.





§ 2º. A coordenação de atividades complementares e extensão deverá se reunir antes de cada semestre do curso para o planejamento das atividades de extensão para o semestre e constituir cronograma das atividades para cada curso, mantendo a organização de arquivos, certificados e outros aspectos necessários ao pleito.

§ 3º. Toda a gestão de arquivos, emissão de certificados e outras necessidades da coordenação de atividades complementares e extensão deverá ser feita única e exclusiva na forma digital.

## **SEÇÃO 2: DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NA MATRIZ CURRICULAR**

**Art. 9.** As atividades de extensão desenvolvidas como disciplina específica da matriz curricular deverão estar integradas a um ou mais conhecimentos que constituem os conteúdos do curso e deverão estar registradas no sistema de registro de ações de extensão da EFAN, no formato digital, sob a égide da coordenação de Atividades Complementares e Extensão.

**Parágrafo único.** As atividades desenvolvidas como extensão devem envolver a comunidade externa e estar articuladas aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

**Art. 10.** O plano de ensino das disciplinas que dediquem toda ou parte da carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente à cada atividade.

**Parágrafo único.** A incorporação de atividades de extensão em parte da carga horária de disciplina da matriz curricular não implica necessariamente alteração na ementa da disciplina.

**Art. 11.** A participação dos estudantes em ações de extensão em projetos, eventos e cursos que envolvam a comunidade interna e externa PODERÁ ser reconhecida para fins de integralização curricular e poderá ser registrada em disciplinas denominadas “Práticas de Extensão”, ou:

- I – “Práticas de Extensão I – Projetos”;
- II – “Práticas de Extensão II – Evento”;
- III – “Práticas de Extensão III – Cursos”.

§ 1º O PPC deverá especificar as características das ações de extensão que desempenham papel formativo para os estudantes, respeitados os conceitos e princípios estabelecidos por esta resolução normativa.



§ 2º O PPC poderá definir a carga horária mínima a ser cumprida pelo estudante em cada uma das modalidades mencionadas nos incisos de I a III.

§ 3º Preferencialmente, as atividades de extensão devem ser oferecidas ao estudante no seu turno de estudo.

§ 4º Horas de estágio não podem ser contabilizadas como extensão.

§ 5º Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas na Secretaria Acadêmica da EFAN, e será considerada a carga horária total do estudante no semestre incluída no sistema pelo professor orientador/supervisor.

### SEÇÃO 3: DA ORIENTAÇÃO/SUPERVISÃO DE EXTENSÃO DO CURSO

**Art. 12.** O reconhecimento e avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular serão feitos por um professor orientador/supervisor de extensão de curso.

**Art. 13.** No início do semestre, a coordenação de curso deverá indicar os docentes para exercer a função de orientador/supervisor de extensão de curso, com as seguintes atribuições:

I – coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do curso nos termos da curricularização da extensão;

II – avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

III – constituir o Plano de Ensino da Disciplina, cadastrando e organizando o cronograma de ações, de modo a enviar o relatório final à Coordenação de Atividades Complementares e Extensão para fins de registro e emissão de certificados digitais.

**Art. 14.** Para o exercício das funções de orientador/supervisor de extensão de curso serão alocados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho em cada uma das disciplinas PRÁTICAS DE EXTENSÃO que possuem a carga horária total como extensão.

**Parágrafo único.** As Práticas de Extensão que se constituem de parte da carga horária da disciplina ou componente curricular, deverão ser orientadas e supervisionadas pelo mesmo docente da carga horária teórica e prática da disciplina, ficando as suas obrigações estabelecidas conforme o art. 13 desta Resolução e disponibilizados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho na disciplina, no que cabe à carga horária de extensão.

### CAPÍTULO IV: DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 15.** Esta resolução normativa entra em vigor na data de sua publicação.





**Art. 16.** Caberá ao CONSUP criar programas de apoio financeiro, programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão previstas nesta resolução normativa, nos termos do Art. 11 da Resolução 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.





## 7.4 REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

### SEÇÃO I: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - O regulamento de estágio supervisionado no curso de graduação em Agronomia está redigido de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

**Art. 2º** - O presente regulamento aprovado pelo colegiado da coordenação de curso poderá ser revisto, no seu todo ou em parte, para seu aperfeiçoamento ou atualização, face às necessidades da aprendizagem aplicada em complementação às atividades teóricas do curso e/ou por mudanças nas resoluções da Universidade ou mudanças na lei.

### CAPÍTULO I: DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

**Art. 3º** Entende-se como Estágio Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades atinentes às respectivas profissões, realizadas por alunos em empresas e instituições públicas ou privadas. As atividades deverão ser acompanhadas pela faculdade, correspondendo ao curso que contemple em sua estrutura curricular o Estágio Supervisionado a que o aluno estiver regularmente matriculado, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

**Art. 4º** Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação, na modalidade Bacharelado da EFAN e definir atribuições, normas e procedimentos.

### CAPÍTULO II: DOS OBJETIVOS

**Art. 5º** São seus objetivos:

- I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas nas áreas de ensino específicas dos cursos de Bacharelado, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos em sala de aula, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão.
- II - incentivar a análise de casos e situações reais.
- III - proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias nos processos de empresas, instituições públicas e demais organizações.





### **CAPÍTULO III: DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

**Art. 6º** São condições para a realização do Estágio Supervisionado que:

- I - o aluno esteja regularmente matriculado;
- II - a organização escolhida pelo aluno atenda aos requisitos exigidos pelo curso;
- III - a organização esteja apta à realização do Estágio Supervisionado, tenha um responsável técnico que será a ligação entre a organização e a faculdade. O responsável técnico deve ser da área de formação profissional do curso;
- IV - não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;
- V - não possa exceder a 30 (trinta) horas semanais, ou 06 (seis) horas diárias;
- VI - tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.

### **CAPÍTULO IV: DO ACOMPANHAMENTO DO ESTAGIÁRIO**

**Art. 7º** O acompanhamento terá como responsáveis:

- I – o Coordenador do curso.
- II – o responsável pelo Núcleo de Carreira ou Coordenador de Estágio.
- III – um professor orientador
- IV – um supervisor de estágio da IES.
- IV – um supervisor técnico da empresa concedente.

**Parágrafo Único.** Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, com anuência do Diretor Acadêmico, limitado a 08 (oito) orientandos para 1 (um) orientador.

**Art. 8º** Compete ao responsável pelo núcleo de carreira ou coordenador de estágio:

- I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 11.788/2008.
- II - assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.
- III - oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.





IV - manter o canal de comunicação efetiva com as empresas que compõem o mercado de oferta de estágio, mediante a realização de programa de parcerias empresariais, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.

V - prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.

VI - aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

**Art. 9º** Compete ao Professor Orientador:

I - orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;

II – apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados, a obedecer o horário e o local estabelecido em pauta;

III - preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;

IV- utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;

V - receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

**Art. 10º** Compete ao supervisor técnico da concedente:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 11.788/2008.

II – acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio.

III – acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.

§ 1º O supervisor técnico da IES possui as mesmas competências e responsabilidades do supervisor técnico da concedente.

§ 2º O professor-orientador poderá também exercer as funções de supervisor técnico da IES.

**Art. 11º** Compete ao aluno:

I - estar devidamente matriculado;

II - escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;

III - elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;





IV - providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a organização. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;

V - comprovar condição de acesso à empresa, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da organização e do Núcleo ou Laboratório Prático e Estágio em até 15 dias após o início do estágio;

VII - elaborar projeto relacionado com a área de conhecimento do curso ao qual pertence.

§ 1º O aluno funcionário da organização deverá providenciar a fotocópia da carteira de trabalho, comprovando seu vínculo e área de conhecimento compatível com o curso.

§ 2º A cópia desses documentos deverá ser anexada ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica;

§ 3º É necessário que a empresa com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essenciais que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

**Art. 12º** Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento e lançamento das notas no sistema.

**Parágrafo único.** A formatação dos relatórios deverá obedecer ao manual de normas para a elaboração formal de trabalhos científicos, disponível para alunos e professores respectivamente na biblioteca da instituição

## CAPÍTULO V: DO SEGURO OBRIGATÓRIO

**Art. 13º** É responsabilidade da faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto na Lei 11.788/2008.

## CAPÍTULO VI: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

**Art. 14º** O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.





**ANEXO I**

**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO  
SUPERVISOR TÉCNICO /ORIENTADOR / COORDENADOR DE ESTÁGIO**

Esta ficha deverá ser preenchida pelo Supervisor Técnico do Estágio na Empresa, Instituição Pública ou outra Concedente, na primeira metade do estágio e/ ou concluído, devendo ser avaliado por ocasião da supervisão do estágio feita pelo Professor Orientador e Coordenador de Estágios da EFAN.

EMPRESA	
1 -	EMPRESA
	SUPERVISOR DO ESTÁGIO
	CARGO/FUNÇÃO
	TELEFONE P/ CONTATO
	CPF: E-MAIL:

ESTAGIÁRIO	
2 -	ESTAGIÁRIO:
	CURSO:
	TELEFONE P/ CONTATO:
	ENDEREÇO COMPLETO
	Nº BAIRRO: CEP:
	CIDADE: E-MAIL:
	C.I: ORGÃO EMISSOR:
	CPF:

**3 - FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO:**

Período de \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_ a \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

MÊS/ANO	
Nº DIAS ÚTEIS TRABALHADOS	
HORAS\ ESTÁGIO	
MÊS/ANO	
Nº DIAS ÚTEIS TRABALHADOS	
<b>OBS: DEVERÁ VIR COMO ANEXO NA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO.</b>	
TOTAL DE DIAS TRABALHADOS:	

**4 - ACOMPANHAMENTO DO ESTAGIÁRIO:**

**4.1 – O estagiário ajustou-se às condições de estágio?**

<input type="checkbox"/> MUITO BEM	<input type="checkbox"/> BEM	<input type="checkbox"/> COM DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> NÃO
------------------------------------	------------------------------	--	------------------------------





**4.2 – A empresa fez acompanhamento supervisionado/orientado do estagiário?**

( ) FREQUENTEMENTE	( ) ALGUMAS VEZES	( ) NUNCA
--------------------	-------------------	-----------

**4.3 – No encerramento do estágio, o estagiário será admitido pela empresa\ instituição?  
Se afirmativo, em que função?**

( ) SIM ( ) NÃO	FUNÇÃO:	
-----------------	---------	--

**5 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO:**

<b>6 - AVALIAÇÃO:</b>					
(EXC) EXCELENTE ( 8 a 10); (BOM) BOM (7 a 8); (REG) REGULAR (5 a 7) ; (INS) INSUFICIENTE (abaixo de 5).					
ASPECTOS COMPORTAMENTAIS		EXC	BOM	REG	INS
<b>1 – ASSIDUIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento do horário de trabalho determinado pela empresa</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>2 – DISCIPLINA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Observância das normas e regulamentos internos da empresa</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>3 – SOCIABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Predisposição para se integrar, cooperar e se relacionar com supervisores, chefes e colegas.</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>4. RESPONSABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eficiência e eficácia na execução de tarefas e zelo pelos equipamentos e bens da empresa que lhe são confiados no trabalho</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>5 - SEGURANÇA DO TRABALHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento das normas de segurança</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>6 – INTERESSE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empenho em realizar as tarefas solicitadas e em aprimorar a vida profissional</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>





ASPECTOS PROFISSIONAIS		EXC	BOM	REG	INS
<b>1-RENDIMENTO DE TRABALHO</b>	● Qualidade de trabalho, tendo em vista o padrão exigido do estagiário.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>2CONHECIMENTO</b>	● Domínio demonstrado no desempenho das atividades pela empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>3 –CUMPRIMENTO DAS TAREFAS</b>	● Segurança, precisão e diligência na execução das tarefas programadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>4 APRENDIZAGEM</b>	● Capacidade para assimilar novos conhecimentos, necessários ao desempenho das tarefas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>5 – INICIATIVA</b>	● Facilidade para encontrar soluções necessárias ao bom desenvolvimento das atividades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
OBS: CARIMBO DA EMPRESA/ INTITUIÇÃO					

<b>INTERVENIENTE DO ESTÁGIO</b>	<b>ATESTAMOS O PRESENTE ESTÁGIO</b>
<b>AVALIAMOS O PRESENTE ESTÁGIO</b>	<b>CURRICULAR</b>
<b>( ) RAZOÁVEL ( ) BOM</b>	
<b>( ) REGULAR ( ) EXCELENTE</b>	
<b>( ) INCOMPLETO</b>	
Local / Data:     /     /	Local / Data:     /     /
<b>Assinatura do Professor Orientador</b>	<b>Assinatura do Coordenador do Curso</b>

O PRESENTE ESTÁGIO, DEPOIS DE ATENDIDAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS, AUTORIZAMOS A EMISSÃO DO ATESTADO DE ESTÁGIO CURRICULAR, CONFORME AVALIAÇÕES CONTIDAS NA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO.

Local / Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

-----  
COORDENADOR DE ESTÁGIO





## 7.5 MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

### 1 – APRESENTAÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado é parte importante e imprescindível da formação do profissional da engenharia agrônoma. Compreende-se que é o momento que o aluno dispõe para refletir e intervir no seu campo de atuação profissional com a supervisão didática de outros profissionais já formados e com experiência suficiente para a discussão e orientação.

Entende-se por Estágio Curricular Supervisionado o conjunto de atividades de formação, pesquisa e prestação de serviços à comunidade que propicia ao aluno a compreensão da realidade acadêmica, a aquisição de competências para a intervenção adequada, a investigação e a vivência de projetos pedagógicos sustentados. Sendo assim, a prática do estágio supervisionado demanda uma série de atividades que, em conjunto, permitem ao aluno construir experiências significativas de aprendizagens e relacionar teoria e prática em situações reais de ensino.

Nesse sentido, os estágios do Curso de Bacharelado em Agronomia da EFAN estão baseados na lei nº 11788, de 25 de novembro de 2008 e devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem a ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com o currículo, programas e calendários escolares.

Para auxiliar na organização destas atividades, a EFAN disponibiliza a Coordenação de Estágio que tem como objetivo principal informar, orientar e acompanhar os alunos, junto com a Coordenação de Curso, quanto à consecução dos estágios. Junto com a coordenação de curso, a coordenação de estágio se constitui por professores orientadores (professores do curso de Agronomia que ministram disciplinas específicas e têm formação na área), auxiliares gerais da Coordenação de Estágio, professores supervisores (professores do curso responsáveis por ir a campo supervisionar as atividades dos estagiários) e o coordenador geral de estágio (responsável pelos convênios e contato com empresas, entre outros conveniados).

Dada as suas singularidades, este manual deve ser utilizado complementando-se pelo Regulamento Geral de Estágio da IES, a fim de se constituir o estágio curricular com maior clareza e otimização, validando-se e constituindo-se todas as suas ações.

Desejamos que todos os nossos alunos realizem um estágio produtivo, rico em reflexões e experiências, construindo, assim, um profissional sério e qualificado para atender



as demandas sociais do século XXI e as necessidades regionais na área administrativa e atendimento humano.

## 2 – OBJETIVOS

O estágio supervisionado tem os seguintes objetivos gerais para os alunos:

- vivenciar na prática atividades teóricas que foram contempladas em sala de aula e com isso possibilitar uma maior reflexão do contexto teórico com a realidade prática nos diversos segmentos do curso;
- formar profissionais com domínio sobre sua prática, com autonomia e capacidade de construir conhecimento e tomar decisões;
- adquirir competências básicas para o exercício da profissão;
- observar e refletir sobre situações acadêmicas para compreender e atuar em situações contextualizadas;
- construir, colocar em uso e avaliar as competências essenciais ao seu exercício.

Para alcançar esses objetivos gerais, os alunos deverão, de acordo com o programa de estágio e prática do curso:

- Vivenciar na prática as técnicas inerentes à execução de procedimentos necessários à formação profissional;
- Legitimar o papel do profissional na equipe e, quando necessário, administradores;
- Contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços agrônomos prestados à comunidade;
- Formar um profissional com concepção ampliada administrativa, com princípios que contemplam as dimensões agrárias;
- Formar profissionais comprometidos com a vida humana em quaisquer condições, capaz de orientar e informar sobre hábitos, atitudes e medidas geradoras de melhores condições de trabalho;
- Participar das atividades de estágio propostas pela Instituição formadora.

## 3 – COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E MONITORIA





O estágio supervisionado do Curso de Bacharelado em Agronomia da EFAN possui uma coordenação geral e monitores supervisores (professores do curso) para cada etapa de estágio.

A supervisão é parte integrante do estágio e tem o objetivo de organizar com os alunos os conhecimentos adquiridos; promover discussões sobre a prática vivenciada nas instituições que possuam das áreas agrárias e orientar os trabalhos desenvolvidos. Por estas características, é atividade imprescindível e sua carga horária deverá ser cumprida integralmente. Os horários de supervisão serão determinados pela Coordenação de Curso em acordo com a Coordenação de Estágio.

Cada turma poderá, a critério do supervisor, ter um monitor que deverá responsabilizar-se por: reunir-se periodicamente com o professor supervisor, bem como com o auxiliar geral de estágio; orientar os alunos sobre documentos e relatórios de estágio e conferir documentos. No final do semestre, o monitor que cumpriu com as atividades previstas para a função terá direito a um certificado de 25 horas.

Os alunos sempre devem se reportar ao supervisor de estágio para sanar quaisquer dúvidas ou problemas que vierem a ocorrer durante a realização do estágio.

#### 4 – O ESTAGIÁRIO

Serão considerados estagiários, os alunos que estiverem regularmente matriculados no curso de graduação de Agronomia. Compete aos estagiários:

- ter pleno conhecimento do projeto do estágio, das normas para sua realização e dos prazos estabelecidos;
- cumprir os prazos determinados no regulamento para a entrega de relatórios e documentos;
- cumprir o plano de estágio;
- ser assíduo às supervisões;
- respeitar os horários do estágio na Instituição Concedente;
- comportar-se adequadamente durante a realização do estágio;
- vestir-se adequadamente para a realização do estágio;
- respeitar os horários e as normas estabelecidas na Instituição Concedente;
- participar, na Instituição Concedente, das atividades determinadas pelo supervisor de estágio;





- participar dos Fóruns, debates e seminários de Estágio;
- na Instituição Concedente, diante de qualquer dúvida, o aluno deverá se reportar ao supervisor de estágio.

## 5 – O ESTÁGIO

O estágio supervisionado e a prática serão realizados em instituições conveniadas da EFAN.

Compreendendo que o estágio supervisionado são atividades que envolvem teoria, prática e reflexão, as horas de estágio foram divididas em três tipos de atividades: supervisão, pesquisa orientada e atividades na Instituição Concedente. Os alunos que não cumprirem quaisquer dessas atividades no semestre previsto serão automaticamente reprovados e deverão refazê-las num semestre posterior.

**O ESTÁGIO CONSISTE EM UMA ATIVIDADE INSUBSTITUIVEL**, por isso as solicitações de licença de qualquer natureza não se estendem ao estágio e o aluno deverá realizá-los posteriormente, observando as etapas definidas neste manual. Por sua vez, o professor supervisor de estágio, deverá avaliar o aluno estagiário utilizando-se de critérios definidos e emitir conceito APTO ou NÃO APTO, fazendo-lhe corresponder uma nota que variará de 0 (zero) a 10 (dez), conforme estabelece o regimento da EFAN.

A avaliação de desempenho desse aluno é realizada no decorrer de todo estágio de aprendizagem supervisionado, de forma processual, gradativa e contínua, em função da complexidade das atividades oferecidas no campo de atuação.

## 6. PLANO DE ESTÁGIO

### Atividades realizadas no Estágio Supervisionado I

Com o objetivo de introduzir o aluno no campo de estágio e orientar sua iniciação nas temáticas referentes ao seu objeto de investigação e de intervenção com vistas à elaboração de um plano de trabalho para o estágio a ser desenvolvido no campo.

A autonomia do estagiário do estágio: Nesse contato com o campo de estágio, o processo é de maior aproximação e conhecimento do trabalho, da instituição. Ao longo do estágio, o aluno deve acompanhar o supervisor de campo nas atividades habituais e/ou extraordinárias a fim de apreender as relações estabelecidas, o perfil do público atendido, a



natureza e objetivo do trabalho da agronomia nesta instituição. É um momento em que a troca é possível, mas a absorção é maior. A autonomia do estagiário é mais limitada e o foco está no seu conhecimento para ser capaz de estabelecer a relação teoria e prática. No estágio, o supervisor trabalha com o estagiário no sentido de que o mesmo conheça seu espaço de estágio.

## 7 – RELATÓRIO

O estagiário deverá apresentar, em cada semestre de estágio, relatos sobre as atividades desenvolvidas na Instituição Concedente.

## 8 – DOCUMENTOS

Toda etapa de estágio deve ser devidamente documentada para ser considerada legal. Ao iniciar o estágio o aluno deverá apresentar:

- termo de compromisso (3 vias – fornecidas pela faculdade e assinadas pela instituição concedente);
- fichas de frequência (disponível na fotocopiadora da faculdade);

Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:

- declaração de realização de estágio e prática fornecida pela instituição concedente;
- fichas de frequência assinadas;

## 9 – AVALIAÇÃO

Em cada etapa de estágio, a avaliação do aluno será feita pelo professor supervisor que atribuirá notas expressas em escalas de 0 (zero) a 10 (dez) inteiros e refletirá, após a análise global, o desenvolvimento de aprendizagens, de competências e habilidades necessárias à formação do profissional. Será promovido o aluno que obtiver média igual ou superior a 6 (seis) inteiros.

O aluno que, por qualquer motivo, não concluir o Estágio Supervisionado ou obtiver nota inferior a 6 (seis) inteiros na avaliação, estará obrigado a realizá-lo novamente num semestre posterior, estando assim, impedido de obter a graduação em Agronomia.





Os quesitos levados em consideração para a aprovação do aluno no Estágio Supervisionado são:

- I. participação efetiva em todas as atividades individuais e de grupo propostas para o estágio;
- II. realizar o trabalho dentro dos padrões recomendados e aprovados pela EFAN;
- III. realizar o trabalho utilizando os postulados técnicos adquiridos na EFAN durante o curso;
- IV. entregar todos os materiais e relatórios nos períodos e prazos determinados;
- V. comportar-se em total conformidade com os princípios éticos profissionais recomendados ao engenheiro agrônomo.





**FACULDADE EFAN**  
**EFAN**

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO**  
**CURSO DE AGRONOMIA DA EFAN**

2024





## 7.6 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Bacharelado em Agronomia da EFAN, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados.

### CAPÍTULO 1: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão do Curso de Agronomia da EFAN.

**Art. 2º** O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC será realizado individualmente, por acadêmico devidamente matriculado na disciplina em questão podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes do Curso de Graduação em Agronomia e relatado sob a forma de uma MONOGRAFIA.

**Art. 3º** O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos e/ou discutir cientificamente temas atuais e importantes da área agrária.

### CAPÍTULO 2: DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

**Art. 4º** O processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

**Parágrafo Único:** no curso de Bacharelado em Agronomia da EFAN, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se constitui a partir de três momentos (semestres) específicos: no antepenúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (constituição do projeto de pesquisa), no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (elaboração e defesa do TCC) e no último semestre a elaboração de um artigo para ser publicado em revista com qualis A ou B, bem como apresentação em simpósio com produção de banner;

**Art. 5º** O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.



**Art. 6º** A mudança de tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

### **CAPÍTULO 3: DOS ALUNOS E PROFESSORES-ORIENTADORES**

**Art. 7º** Os alunos do Curso de Bacharelado em Agronomia serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

**Art. 8º** O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

- I. Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;
- II. Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;
- III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas na monografia;
- IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TCC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;
- V. Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- VI. Elaborar a versão final da monografia, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;
- VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender a versão final de sua monografia, perante banca examinadora.
- VIII. Publicar em revista com qualis A ou B, tendo recebido aceite da revista científica em área correspondente, para fins de aprovação na disciplina.
- IX. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender o artigo publicado em revista com qualis A ou B, em banner, durante evento de iniciação científica promovido no último mês do curso.

**Art. 9º** Todos os professores Bacharéis em Agronomia, devidamente vinculados ao Curso de Agronomia da EFAN podem ser indicados como professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade. Definidas estas questões, professor-orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.





**Parágrafo primeiro:** quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja em uma sala de aula ou na Coordenação de Curso. Porém, deve ser realizada nas dependências da EFAN ou do NPJ.

**Parágrafo segundo:** só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TCC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito. (APÊNDICE A)

**Parágrafo terceiro:** o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TCC o mais breve possível, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

**Art. 10** Cabe ao professor-orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sob a forma de monografia, desenvolvido ao longo do curso;
- II. Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da EFAN ou no NPJ) em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TCC. (APÊNDICE B)
- IV. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TCC, para análise do processo do Trabalho de Conclusão de Curso, assim como da avaliação dos alunos;
- V. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. Para os alunos que estiverem em elaboração da monografia, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, perante banca examinadora.
- VII. Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.
- VIII. Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.

#### CAPÍTULO 4: DA DEFESA E ENTREGA FINAL DO TCC





**Art. 11** A entrega do TCC será feita à secretaria acadêmica, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TCC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de monografia. (APÊNDICE C)

**Parágrafo Único:** a data da defesa do TCC estará disponível na coordenação do curso no início do semestre previsto para a mesma.

**Art. 12** Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas o autor do TCC deverá fazer explanação.

**Parágrafo Único:** Deverá ocorrer fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora e tem por objetivo auxiliar na constituição da nota do acadêmico-autor, bem como a autenticidade/concretude do TCC.

**Art. 13** Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da EFAN a versão definitiva. em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor azul royal, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD ou Pen Drive, incluindo os slides da apresentação.

**Art. 14** Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.

**Parágrafo único:** nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

**Art. 15** Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TCC no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador de curso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D)

**Parágrafo único:** os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

**Art. 16** O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TCC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de





se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

## CAPÍTULO 5: DA AVALIAÇÃO DO TCC

**Art. 17** A avaliação do TCC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

**Parágrafo primeiro:** o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TCC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC. (APÊNDICE E)

**Parágrafo segundo:** todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela EFAN.

**Art. 18** A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho, originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F)

**Art. 19** As segunda e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

**Parágrafo Único:** a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.

**Art. 20** Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

- I. Média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
- II. Média 6,0 a 8,9: trabalho aprovado
- III. Média inferior a 6,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
- IV. Sem média: aprovado com ressalvas;





**Art. 21º** O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis).

**Art. 22** Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TCC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TCC e coordenador de TCC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

**Art. 23** No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

**Art. 24** A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TCC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

**Parágrafo primeiro:** as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão realizadas em sessão pública;

**Parágrafo segundo:** as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso, em versão definitiva.

**Parágrafo terceiro:** o trabalho final deverá ser acompanhado de autorização do aluno para divulgação do seu trabalho em repositório no site da IES, bem como para consulta pública na biblioteca.

## CAPÍTULO 6: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 25** É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de TCC.

**Art. 26** Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.



**Parágrafo único:** em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo Diretor Acadêmico, com a presença do coordenador do curso, coordenador de TCC e o professor orientador do TCC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da EFAN.

**Art. 27** É vedada orientação de TCC nos meses de recesso escolar e férias, salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.

**Art. 28** Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da EFAN.

## CAPÍTULO 7: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 29** O aluno tem até 30 (trinta) dias úteis antes do encerramento do semestre para juntar a carta de aceite de publicação do artigo sobre o trabalho monográfico, em conjunto com o banner para apresentação no simpósio.

**Art. 30** A apresentação no simpósio constituirá o equivalente a 40% da nota, enquanto que a publicação na revista ocupará os outros 60%.

**Art. 31** A publicação em revista com qualis A, garantirá a nota 10, no percentual reservado a publicação enquanto que a publicação em revista com qualis B, garantirá nota 8 no percentual informado no artigo anterior.

**Art. 32** Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TCC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção da IES.

**Art. 33** Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção da IES.





**APÊNDICE A**

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR (A)  
ORIENTADOR (A)**

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, substituição do/a professor/a orientador/a.

ALUNO	
NOME	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	
NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	

Natalândia - MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do/a aluno/a





## APÊNDICE C

### ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A estrutura do TCC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão

Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)





Em caso de dúvidas, a IES possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no site.





**APÊNDICE D**  
**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC**

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

<b>ALUNO/A</b>	
<b>MATRÍCULA</b>	
<b>TELEFONES</b>	
<b>E-MAIL</b>	
<b>TEMA</b>	
<b>APRESENTAÇÃO DO TEMA</b>	
<b>PROFESSOR/A ORIENTADOR/A</b>	

Natalândia – MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Professor/a orientador/a

\_\_\_\_\_  
Assinatura do aluno





## APÊNDICE E

### FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do (a): Professor (a) Orientador (a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor (a) \_\_\_\_\_, em comum acordo com o (a) aluno (a) \_\_\_\_\_, sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título \_\_\_\_\_, os seguintes membros:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

Sendo o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_ horas, a data para apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são \_\_\_\_\_

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do (a) aluno (a), referente aos trabalhos intermediários, é \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de \_\_\_\_\_ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
Professor (a) Orientador (a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.





**APÊNDICE F**  
**AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

<b>DADOS DO ALUNO</b>		
Nome:		
Título do Trabalho:		
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>		
<b>SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos</b>		<b>NOTA</b>
Conhecimento teórico		
Domínio prático do tema		
Complexidade do trabalho		
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial		
<b>Subtotal</b>		
<b>SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos</b>		
Fundamentação teórica		
Coerência temática		
Estrutura formal		
Bibliografia		
<b>Subtotal</b>		
<b>SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos</b>		<b>Aluno</b>
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
<b>Subtotal</b>		
<b>Total: soma total das notas</b>		

Natalândia – MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do avaliador





**APÊNDICE G**  
**AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA- SIMPÓSIO**  
**Trabalho de curso III**

DADOS DO ALUNO		
Nome:		
Título do Trabalho:		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NOTA	
<b>SOBRE O BANNER ESCRITO: 4,0 pontos</b>		
Conhecimento teórico		
Domínio prático do tema		
Complexidade do trabalho		
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial		
<b>Subtotal</b>		
<b>SOBRE A APRESENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: 6,0 pontos</b>	<b>Aluno</b>	
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
<b>Subtotal</b>		
<b>Total: soma total das notas</b>		

Natalândia – MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do avaliador



## ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS

### SOBRE O TRABALHO ESCRITO

I. **CONHECIMENTO TEÓRICO:** é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.

II. **DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA:** é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.

III. **COMPLEXIDADE DO TRABALHO :-** corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.

IV. **COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL:** - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

### SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

I. **FUNDAMENTAÇÃO TEORICA** deve expressar o conjunto de idéias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.

II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

III. **ESTRUTURA FORMAL** trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.





IV. BIBLIOGRAFIA refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

### **SOBRE A APRESENTAÇÃO**

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.





**APÊNDICE G**  
**FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC**

<b>DADOS DO ALUNO</b>			
Nome:			
Título do Trabalho:			
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<b>Av1</b>	<b>Av2</b>	<b>Av3</b>
	<b>Orientador</b>	<b>Membro da banca</b>	<b>Membro da banca</b>
<b>SOBRE O TRABALHO ESCRITO</b>			
Subtotal			
<b>SOBRE A PARTE METODOLÓGICA</b>			
Subtotal			
<b>SOBRE A APRESENTAÇÃO</b>			
Subtotal			
<b>Média aritmética das notas dos membros da banca</b>			
<b>Total das notas do orientador X 0,50</b>			
<b>Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50</b>			
<b>Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca</b>			



**Conheça a  
Faculdade EFAN**



**FACULDADE EFAN, EXISTIMOS PARA MUDAR VIDAS!**